

Vol. 3

O sertão de Oswaldo Lamartine

Encouramento e arreios
do vaqueiro no Seridó

Ferro de ribeiras do
Rio Grande do Norte

Apontamentos
sobre a faca de ponta

**Reitor**

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFERN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Alexandro Teixeira Gomes

Elaine Cristina Gavioli

Everton Rodrigues Barbosa

Fabrcio Germano Alves

Francisco Wildson Confessor

Gilberto Corso

Gleydson Pinheiro Albano

Gustavo Zampier dos Santos Lima

Izabel Souza do Nascimento

Josenildo Soares Bezerra

Ligia Rejane Siqueira Garcia

Lucélio Dantas de Aquino

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Dias Pereira

Martin Pablo Cammarota

Nereida Soares Martins

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Tatyana Mabel Nobre Barbosa

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Editoração e Revisão

Helton Rubiano (Coordenador)

Isabelle Cavalcante (Colaboradora)

Thaynan Silva (Colaborador)

Design editorial

Rafael Campos (Projeto gráfico)

Obra da capa

Newton Navarro (Sem título, 1981.)

Vicente Serejo
Graco Aurélio Melo Viana
Helton Rubiano de Macedo
(Org.)

O sertão de Oswaldo Lamartine

Volume 3

Encouramento e arreios do vaqueiro no Seridó

Ferro de ribeiras do Rio Grande do Norte

Apontamentos sobre a faca de ponta


edufnr
Natal, 2022

60
anos

Fundada em 1962, a Editora da UFRN (EDUFRN) permanece até hoje dedicada à sua principal missão: produzir livros com o fim de divulgar o conhecimento técnico-científico produzido na Universidade, além de promover expressões culturais do Rio Grande do Norte. Com esse objetivo, a EDUFRN demonstra o desafio de aliar uma tradição de seis décadas ao espírito renovador que guia suas ações rumo ao futuro.

Este livro é uma ação de extensão (PD003-2021)
da Editora da UFRN (EDUFRN)
e contou com recursos do Programa Caravana Cultural
da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFRN).

Coordenadoria de Processos Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

O Sertão de Oswaldo Lamartine [recurso eletrônico] : volume 3 / organizadores
Vicente Serejo, Graco Aurélio Melo Viana, Helton Rubiano de Macedo ;
apresentação José Daniel Diniz Melo. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 4,5 MB). –
Natal, RN: EDUFRN, 2022.

Modo de acesso: World Wide Web

<<http://repositorio.ufrn.br>>.

Título fornecido pelo criador do recurso

ISBN 978-65-5569-224-2

v. 3. Encouramento e arreios do vaqueiro do Seridó ; Ferro de ribeiras do Rio
Grande do Norte ; Apontamento sobre a faca de ponta

1. Faria, Oswaldo Lamartine de, 1919-2007. 2. Sertões – Seridó, Região do RN.
I. Serejo, Vicente. II. Viana, Graco Aurélio Melo. III. Macedo, Helton Rubiano. IV.
Melo, José Daniel Diniz.

RN/UF/BCZM

2021/27

CDD 981.32

CDU 94(813.2)

Elaborado por Gersonaide de Souza Venceslau – CRB-15/311

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

Apresentação

José Daniel Diniz Melo

Reitor da UFRN

No ano de 2005, Oswaldo Lamartine de Faria recebia o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Já ultrapassara oitenta de existência. O reconhecimento, a seu tanto tardio, mas obviamente oportuno, fazia justiça a um autor que, não tendo pertencido à academia, produziu obra de suma importância sobre o semiárido seridoense, numa prosa por todos elogiada. Encontrável apenas em sebos – por vezes reeditada por iniciativa do sebista natalense Abimael Silva – fragmentada em muitos pequenos volumes, sua obra necessitava de um ordenamento editorial capaz de confirmar e ampliar sua grandeza. É o que ora faz a UFRN com a publicação de *O sertão de Oswaldo Lamartine*, mediante autorização do filho Cassiano Lamartine, e obedecendo criteriosa organização de Vicente Serejo, Graco Aurélio Melo Viana e Helton Rubiano de Macedo. Assim, os interessados em melhor conhecer essa fascinante região brasileira a encontrarão ordenada tematicamente nos volumes agora entregues em bela concepção editorial.

Nascido em Natal – menino do litoral, portanto – até poderia Oswaldo Lamartine surpreender pela sua opção intelectual, ainda mais pelo que parecia ser o destino de estudar de forma incansável a terra que funde culturalmente os estados irmãos Rio Grande do Norte e Paraíba: os sertões do Seridó. Ocorre que esse doutor natalense, dominado pelo sentimento telúrico, tinha a correr nas veias o mais autêntico sangue seridoense, herdado de outro amoroso por aquelas terras, cujas tradições chegou a pesquisar, em *Velhos costumes do meu sertão*, o ex-governador Juvenal Lamartine.

Do pai, herdaria Oswaldo o amor irrecorrível pelo sertão do Seridó, fascinado por tudo que se refere a sua geografia física e humana: a pecuária, a fauna, a flora, os instrumentos de trabalho, as técnicas de armazenamento de água, as serras e a caatinga, o vaqueiro, a comida, a lírica popular. Desde que começou, ainda muito jovem e já merecendo reconhecimento de quem lia seus textos (especialmente do velho parceiro Vingt-Un Rosado), Oswaldo Lamartine logo se colocou em uma vastíssima galeria, da qual permito-me destacar nomes como os de Manoel Dantas, Zila Mamede, José Bezerra Gomes, os governadores Lamartine e José Augusto, Paulo Balá e o inesquecível professor Muirakytan Macêdo. E de pronto se tornou admirado pela intelectualidade brasileira, merecendo referências elogiosas de intelectuais do porte de Gilberto Freyre, Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna e José Lins do Rêgo.

Não posso deixar de assinalar a grande alegria de me encontrar à frente da Reitoria no momento em que a UFRN produz e disponibiliza esta obra. Por isso, gostaria de homenagear os responsáveis por este trabalho que faltava à Cultura Brasileira. Parabenizo também os leitores pela excelente oportunidade de descobrir (em muitos casos, redescobrir) a riqueza que há em *O sertão de Oswaldo Lamartine*. Porém, congratulo-me, sobretudo, com os conterrâneos seridoenses, presenteados com o sertão de todos, vivamente retratado aqui.

Oswaldo Lamartine¹

Rachel de Queiroz

Conheci Oswaldo Lamartine quando começava a escrever o *Memorial de Maria Moura*, nos começos de 1990. Eu estava “situando” o romance; fixara-o geograficamente naqueles sertões que nascem nos fundos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, e marcham pelo Oeste, na direção de Goiás. Eu me inspirava, para essa localização, num velho mapa que descobrira nos guardados do meu avô engenheiro, o Dr. Rufino, onde a região aparecia desenhada apenas nos seus limites externos e marcada pelo letreiro: “Território não mapeado”. Parece que mais tarde, não sei se pelo Marechal Rondon, foi mapeada a região.

Outros problemas com que eu me defrontava eram os hábitos locais, os tratos domésticos, a alimentação, as bebidas. E a roupa. E as armas. Consultados os meus queridos amigos Melquíades e Arair Pinto Paiva (ele um estudioso do cangaço), discutimos

1 O *Galo*, n. 7, Fundação José Augusto, Natal-RN, julho de 1997.

bacamartes e facas de briga, a introdução do café, então artigo de luxo, etc., etc. Foi aliás deles dois que recebi informação sobre a existência do “cubico” ou cubículo, uma espécie de quartinho subterrâneo, oculto, onde se punham em segurança amigos que se escondiam ou se prendiam inimigos.

Mostraram-me até uma foto das ruínas do “cubico” da casa do sítio da bisavó dos dois, a famosa D. Fideralina. Mas quando fui me tornando mais exigente, tiveram eles a grande ideia – e me apresentaram ao mestre “sertanólogo”, o hoje meu amigo, meu irmão, Oswaldo Lamartine. Acho que, no Brasil, ninguém entende mais do sertão e do Nordeste do que Oswaldo. Quanto a mim, senti-me como garimpeiro que descobre uma mina. Oswaldo levou a sério a tarefa, e passou a me fornecer toda espécie de informação que lhe solicitava: desenhava roupas, chapéus, cachimbos e, principalmente, as armas dos meus cabras. Tenho aqui ao lado a pasta que guardas essas preciosidades – desenhos muito bem-feitos de punhal (especificando o que seria de marfim ou prata no cabo, o corte e as dimensões da lâmina de aço). Outro desenho, um bacadarte de fabricação inglesa (chamado pelos cabras “vagalume”), tendo gravado na coronha o nome do fabricante, I. Hall. Mas a joia, entre todos os desenhos, é o de uma pistola também inglesa (E.D.N. and North) chamada pelos cabras de “cotó”. E mais, ao lado dos desenhos, o glossário, que não posso reproduzir aqui já que me consumiria todo o espaço; vai de “jeritiba” (cachaça) até as 24 enumerações das horas do dia, como “quebra da barra”, “pingo do meio-dia”, “roda de sol” etc.

Na página das dedicatórias, quando publicado o romance, agradei a Oswaldo pela “inestimável ajuda”. Foi pouco, mas sendo ele lacônico por natureza, não me atrevi a derramamentos maiores.

Contudo, além da realmente “inestimável ajuda”, o lucro maior que me ficou desse conhecimento foi o fraterno amigo adquirido. E olha que, a princípio, quando José Bonifácio Câmara e Melquíades me falaram dele, eu até cismeiei um pouco: filho de senador e presidente do Rio Grande do Norte, sociólogo e folclorista? E eis que surge aquele anjo magro, só querendo falar das coisas de que nós ambos gostávamos – quer dizer, do sertão. A cada visita, ele me trazia novas contribuições para a minha história: o nome de um pano, os trocos de moeda, os chás caseiros; tivemos grandes confabulações também sobre os ferros de marcar gado, objeto de seu grande interesse (a porta do seu apartamento, aqui no Rio, é “ferrada” como uma rês; e até agora tenho resistido em ferrar a minha também, operação que ele me recomenda, com empenho...).

Acho que só de cem em cem anos pode nascer algum brasileiro como Oswaldo Lamartine. E como ele ainda está na casa dos setenta, vão demorar pelo menos ainda uns trinta anos até aparecer outro.

Oswaldo Lamartine e eu²

Ariano Suassuna

Posso dizer que eu já era amigo de Oswaldo Lamartine antes de conhecê-lo pessoalmente, ou mesmo através de cartas, uma vez que nunca nos correspondemos. Quando, em 1930, minha família precisou deixar a Paraíba, por conta das perseguições de que éramos vítimas, foi o pai de Oswaldo, o então governador Juvenal Lamartine, quem nos acolheu; passamos, assim, uma temporada em Natal, minha mãe, eu e meus irmãos, numa casa do Dr. Juvenal que ficava junto ao mar e cuja lembrança me serviu para escrever uma passagem do meu romance *O rei degolado*. Eu tinha cerca de três anos de idade, e Oswaldo, já com onze anos, salvo engano, encontrava-se estudando no Recife ou no Rio. Tanto eu quanto Oswaldo fomos profundamente feridos na Revolução de 30 e seus desdobramentos: eu perdi meu pai, assassinado; Oswaldo perdeu um irmão, da mesma maneira. O destino foi, assim, naturalmente,

2 Recife-PE, 10 de setembro de 2008. Publicado na edição fac-similar de *Uns fesceninos*, organizada por Carlos Newton Júnior, com selo das Edições Bagaço.

nos unindo e nos fazendo solidários um com o outro. De longe, nos admirávamos mutuamente. Sempre li os seus livros a que tive acesso e sabia que ele lia os meus. Quando o conheci pessoalmente, ambos já velhos, em Natal, Oswaldo me deu dois presentes. O primeiro deles foi uma carta de minha mãe a seu pai, agradecendo a acolhida de 30 e elogiando a simpatia do povo potiguar. O segundo foi ter me levado ao local onde se erguia a casa em que fiquei quando menino e que tanto marcara a minha infância. Oswaldo foi, sem sombra de dúvida, um dos homens mais íntegros que conheci em minha vida.

Mestre Oswaldo³

Virgílio Maia

Conheci Oswaldo Lamartine de Faria através da leitura do seu livro *Ferros de Ribeiras do Rio Grande do Norte*, que um dia, isso já está para mais de dez anos, me veio às mãos por empréstimo do amigo Audifax Rios. A leitura de *Ferros* reavivou em mim lembranças que andavam meio esmaecidas, as da minha infância de magro menino sertanejo, passada no interior do Ceará, em Limoeiro do Norte. Trouxe-me à memória as vacas que meu pai possuía, os nomes delas, Borborema, Colombina, Bordada, Boa Sorte, e aqui era bom que eu soubesse aboiar, assim que nem o vaqueiro Sérgio Preto, o que fazia o gado chorar, mas não sei. Pois a leitura de *Ferros* me acordou para esse mundo, que, desaparecido ou desaparecendo, pode agora ser reinventado para que não desapareça de todo e para nunca mais.

Telefonei então para o Mestre Oswaldo – dei com ele em seu sítio no interior do estado do Rio de Janeiro, *um lenço de chão*, como ele disse – e travamos, a partir daí, uma estreita amizade

3 O *Galo*, n. 7, Fundação José Augusto, Natal-RN, julho de 1997.

epistolar, carta vai, carta vem, livro vai, notícias, informações bibliográficas e essas coisas assim. Devo confessar, porém, que nunca pude corresponder nem à mínima parte com que Mestre Oswaldo tinha de conhecimentos sobre as cousas do sertão. Só os livros de sua autoria – e ele já me mandou todos, inclusive o raríssimo *Uns fesceninos* – já foram uma verdadeira enciclopédia sobre o sertão do Seridó, e, por extensão, sobre o país do Nordeste – esse que se estende do Velho Monge, o Parnaíba, ao Velho Chico, o São Francisco, o país que se confederou em 1824.

Mas aí um dia – quando do lançamento de *Cartas e cartões de Oswaldo Lamartine*, de Veríssimo de Melo, na cidade do Natal – tive a honra e a oportunidade de conhecer o Mestre pessoalmente: impressionou-me, não posso deixar de dizer, a magreza extrema. E, para além disso, no burburinho do lançamento, a calma, a presteza com que a todos atendia, condado e modesto, como se aquele ajustamento não fosse só por causa dele.

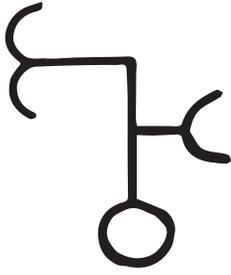
Depois, de uns tempos para cá, Mestre Oswaldo achou de se calar. Mais nenhuma carta do Rio, com a minha marca de ferrar desenhada no envelope. Soube agora que o Mestre se recolheu a uma casa sertaneja que chantou na Fazenda Acauã, município de Riachuelo, Rio Grande do Norte. Pois Mestre Oswaldo que se cuida: qualquer dia, quando ele menos esperar, risco meu cavalo no terreiro da casa-grande, armado com o meu velho abraço. Pode até ser que isso se dê num 15 de novembro, dia do seu aniversário, e então proclamaremos, aos quatro aceiros do mundo, a *República da Pátria do Sertão*.

Sumário

Encouramento e arreios do vaqueiro no Seridó 19

Ferro de ribeiras do Rio Grande do Norte 121

Apontamentos sobre a faca de ponta 211



Oswaldo Lamartine de Faria

Encouramento e arreios do vaqueiro no Seridó

*O arame deu ao vaqueiro, pela primeira vez,
a impressão dominadora da posse alheia,
a imagem do limite.*

(L. C. Cascudo)

Aos meus filhos Isadora e Cassiano.

Tábua

1. Dos primeiros rastros do gado e adonde se imagina que começaram. Do uso do couro, da sabedoria em os esfolar e de como os fazem curtir 27

2. Da roupa de couro, a que chamam de encouramento, com que se vestem para campear no espinho da caatinga. A sua descrição, peça por peça, e de como ainda as fazem costurar 41

2.1 Chapéu de couro46

2.2. Gibão 47

2.3. Guarda-peito 48

2.4. Luvas 49

2.5. Perneiras e guardas 49

2.6. Sapatos 52

2.7. Esporas 52

2.8. Guiada 56

2.9. Ligeira 57

3. Das outras selas e da sela roladeira que é usada para os trabalhos de campo. As diferentes partes que a compõem e de como são feitas 59

3.1. Arção64

3.2. Talabardão 66

3.3. Capa-grande 67

3.4. Capa do coxim e sobrecapa 67

4. Dos pertences da sela roladeira e da serventia de cada um deles 71

- 4.1. Esteira71
- 4.2. Cilha 72
- 4.3. Loros 73
- 4.4. Estribos 74
- 4.5. Peitoral 76
- 4.6. Rabicho 77
- 4.7. Rabichola 77
- 4.8. Corona 78

5. Das rédeas e cabeçadas usadas nas suas montarias 81

- 5.1. Rédeas81
- 5.2. Cabeçadas 83
- 5.3. Cabresto 83

6. Dos apetrechos que conduzem e de suas serventias 85

- 6.1. Mascara85
- 6.2. Relho 85
- 6.3. Chocalho 86
- 6.4. Peia 89
- 6.5. Alforge 89
- 6.6. Borracha 90

7. Notas bibliográficas 93

- 7.1. As plantas de que se fala104

1. Dos primeiros rastros do gado e adonde se imagina que começaram. Do uso do couro, da sabedoria em os esfolar e de como os fazem curtir.

No começo, o cavalo era caçado para se comer, como qualquer outro bicho. E era caça apreciada, carnuda, graúda, arisca e ligeira que costumava viver aos magotes pastando nas chãs mais descampadas. Dele se comia a carne e até o tutano dos ossos (I)¹. Depois – quem sabe – é que cuidaram de aproveitar o couro, os ossos e até mesmo os cabelos da crina e do rabo para trançar cordas.

Quando o bicho-homem esbrabejou o cavalo selvagem e nele escanchou-se para as suas andanças de paz e de guerra, é de se imaginar que cedo teve necessidade de um forro para amaciar a sentada e lhe dar mais equilíbrio e segurança.

De primeiro, deve ter montado em osso², para depois recorrer às esteiras vegetais ou aos couros. Com o passar dos tempos, é que foi tratando de melhorar aquele arremedo de sela com os recursos

1 N.E.: Esta publicação, em sua primeira edição, de 1969, traz dois tipos de notas explicativas: de rodapé e de fim, a primeira está sinalizada com asteriscos (*) e a segunda, com algarismos arábicos. Para melhor orientação do leitor, optamos pela seguinte distinção: as notas de rodapé estarão numeradas com algarismos arábicos, enquanto as notas de fim, com algarismos romanos.

2 Montar em osso: montar sem o uso da sela; em pelo.

materiais e com os conhecimentos de que dispunha. De melhora em melhora, chegou às primitivas selas feitas, está bem-visto, de acordo com o trabalho a que se destinavam e ao meio em que viviam.

As daqui foram, todo mundo sabe, trazidas com os primeiros animais pelo marinheiro³ colonizador. “De onde veio para o Nordeste o gado de várias espécies, cuja presença contribuiu para alterar a fisionomia da paisagem em tantos dos seus traços essenciais, não é fato estabelecido com inteira segurança. Afirmam-se que de Cabo Verde. Outros supõem que já da capitania de São Vicente. O que é certo é que em princípios do século XVII ‘estavam inçadas de gado as duas bandas do rio em seu curso inferior’, diz Capistrano de Abreu, referindo-se ao São Francisco” (II).

Os homens que escrevem a História não se entendem ainda quanto à data exata em que o gado principiou a fazer rastros nos chãos das terras da banda de cá do mar. O feito, ao que parece, deve ter sido aí por volta de 1550, conforme testemunha a carta do governador Tomé de Souza ao Rei, datada de 18 de junho de 1551:

Este anno passado veo a esta cidade a caravela Galga de V. A. com gado vacum que he a mayor nobreza e ffartura que pode aver nestas partes e eu a mandy tornar a caregar a Cabo Verde do mesmo gado. [...] e hum anno ha que he partida daqui e non tenho nova della; se ella non he aribada... deve ser perdida que este anno passado... se averá medo delle nestas partes enquanto ouver memoria de homens. (III)

3 Marinheiro: assim designa o sertanejo os tipos louros e claros – reminiscência, provável, do português colonizador.

E dizem que a Galga não mais aproou por aquelas bandas. Mas é de se imaginar que naquele tempo, aqui ou acolá, quando chegava um veleiro trazendo gente, vinha abarrotado também das coisas e dos bichos reclamados pela precisão dos que aqui se situaram. E quem trouxe o boi deve ter trazido também o cavalo e os arreios. Cavalo para o traquejo do gado e para ajudar a minguar as léguas sem fim dos nossos chãos...

A semente de gado trazida do reino foi, de princípio, mais para acudir a precisão da força do cangote do boi no giro tardo das almanjarras dos engenhos ou no gemer lamuriento das cantadeiras dos carros de boi, carreando cana e lenha, de vez que “os trapiches requerem sessenta bois, os quais moem de doze em doze horas revesados” (IV). Com o tempo, crescendo a aparição, é que se cuidou do aproveitamento do leite, das carnes e do couro, mesmo porque a terra boa de plantar, o massapê fresco e gordo das várzeas, era para situar a cana-de-açúcar. O gado tinha de ser criado longe, retirado, de sertão adentro pelo menos de dez léguas arredado dos canaviais – assim mandava a carta régia de 1701.

Tangido para longe das lavouras, ia o boi, em cada logradouro de sesmaria requerida, fazendo se alevantarem os currais de madeira de miolo. A terra sem fim se perdia nas paredes do céu. E se a mais das vezes a água era escassa, fartura havia de pastagem e mais sadios eram os ares. Assim, de sesmaria em sesmaria, de logradouro em logradouro, de parição em parição, de ferra em ferra, o gado prosperou tanto que, em 1633, quando da chegada dos holandeses no Rio Grande do Norte, deles já se contavam bem umas 20.000 cabeças (V).

Depois de tangidos dali os holandeses, tiveram os criadores de principiar tudo de novo na teimosia de fazer crescer aquele sobejo de gado escapado da matança e do roubo (VI). Mas ainda bem não tinham se aprumado e começado a prosperar, quando o sossego foi outra vez quebrado pela pendenga com os caboclos brabos⁴. Daí foram dez anos de desavença (1687-1697), de flechas rasgando as carnes, tacape de jucá rachando quengo de cristão e o bacamarte fazendo carniça sem carecer tomar chegada. Sim, também é preciso dizer que nesse ínterim ainda tiveram o desalento de três anos encarrilhados de seca (1690-2).

Por esse tempo, já se erguiam os currais das ribeiras do Seridó (VII). E daí para frente o rasto-fêmea do boi pisou os chãos de todo aquele *saartão da terra...*

Naturalmente que as primeiras selas usadas na colônia foram trazidas da outra banda do mar e mesmo quando os primeiros seleiros aqui chegaram ou aqui se improvisaram artesãos, tudo faz crer que manufacturaram ainda os velhos modelos lusitanos. E, naquelas eras, diz a História, a cavalaria lusa principiava a arremedar a escola de cavalaria chamada *estardiota*, refugando, pouco a pouco, a que era então usada – a *gineta*⁵. Esta, aprendida dos mouros, caracterizava-se pelo:

el estribar corto (casi como los jockeys de hoy en dia); el dirigir el animal con solo dos riendas asidas ambas con la mano izquierda – y el empleo de los pies del caballero para

4 Caboclo brabo: o mesmo que indígena, no dizer sertanejo.

5 Gineta: de zenetas ou xenetes, tribo berbere que serviu na Cavalaria de Granada.

animar, contoner y revolver su cabalgadura. La denominación de “jineta” se aplicaba por extensión a diversas piezas del jaez, tales: silla de jineta, estribos de jinetas, frenos de jinetas, espuelas de jineta etc. (VIII).

Ora, em 1547, o noticiário da Coluna Militar na capital portuguesa dizia:

Os cavaleiros estardiotas, mercenários eslavos, recentemente introduzidos nas organizações de cavalaria ligeiras das tropas europeias, estão, aos poucos, exercendo certa influência tanto nos sistemas de montar como no uso de determinadas armas.

Até agora, a cavalaria europeia, em matéria de equitação, seguia geralmente a escola hispano-mourisca, denominada gineta. Começam alguns corpos de tropa a adotar a escola chamada brida ou estardiota, com estribos mais longos, a perna mais estirada, rédea simples, o corpo na quase perpendicular, i. é, o cavaleiro mais escanchado do que sentado na sela de galapos (coxins) mais baixos. Tudo ao contrário da gineta. (IX)

Com os tempos e depois que deram as costas para o mar e tomaram o rumo dos sertões, a diversificação do trabalho, o clima e o espinho da caatinga, é muito factível terem feito o ensino nas modificações dos arreios. Véstias e arreios têm moda diferente no Seridó e no Agreste – zonas quase vizinhas em um estado de minguada área. Daí, está bem-visto, a diversidade de detalhes na indumentária e apetrechos dos vaqueiros de ribeiras mais distantes – como a do São Francisco ou a dos sertões do Piauí.

É de se imaginar que tão cedo o colonizador assentou as estacas dos primeiros currais na caatinga seridoense, ainda no século

XVII, começou a se valer do couro para as mais diferentes necessidades do seu mundo, tal qual registra Capistrano de Abreu (X).

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água (XI), o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso⁶; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (E ainda hoje por lá assim se fala “sofre mais do que couro de pisar fumo”, em alusão ao couro de pisar rapé).

A maior parte desses utensílios continuam vivos na vida daqueles sertões. Ainda no princípio deste século, Moisés Sesiom, bocaciano e repentista caicoense que assistiu o descambar dos anos nas ribeiras do Açu, glosava o mote:

Dá sapato e dá gibão⁷
Toda obra o couro dá.
Dá manta⁸, bota e silhão⁹,

6 O mais velho açude existente na região do Seridó, segundo levantamento que procedemos em 1958, é o do Recreio, construído em 1842, no município do Caicó.

7 Gibão: casaco de couro curtido que usa o vaqueiro para campear; o mesmo que véstia.

8 Manta: couro curtido (conservando o pelo) usado como forro para as selas.

9 Silhão: sela de mulher de um só estribo. A dama cavalga de lado, com uma perna estribada e a outra curva, apoiada em um suporte existente logo abaixo da lua da sela.

Dá chapéu, dá bandoleira¹⁰,
Dá corona¹¹ e dá perneira¹²,
Dá sapato e dá gibão.
Prá se fazer matulão¹³
O couro é como não há,
Serve até prá caçua¹⁴.
Dá peia¹⁵, dá rabichola¹⁶,
Se prendendo a couro ou sola,
Toda obra o couro dá [...]

Adonde se principiou o bê-á-bá da artimanha de se curtir couros, não o sabemos com certeza. Ora, é de se imaginar que os primitivos processos de preservação do couro tenham surgido entre os povos pastores e melhorados com o tempo, pouco a pouco, ali ou acolá, entre essa ou aquela civilização. Dizem os estudiosos que Sidonianos, sob Nemramus, há 3.000 anos antes de Cristo, já se vestiam com os couros dos bichos que matavam para comer.

10 Bandoleira: correia usada para conduzir armas longas.

11 Corona: peça de couro curtido com desenhos pespontados contendo bolsos onde conduzem roupas e objetos quando em viagem. É usada à guisa de capa, sobre a sela.

12 Perneira: calça de couro curtido que compõe a indumentária de campo do vaqueiro.
13 Matulão: saco de couro de carneiro curtido com a lã para fora, onde conduzem, principalmente, roupa.

14 Caçua: depósito com alças nas pontas que se prendem, aos pares, nos cabeçotes das cangalhas. Manufaturados de cipó, couro cru ou talo de carnaúba. Quando de couro, se denomina uru.

15 Peia: algemas de couro que se prendem nas mãos (peia de mão) ou nas mãos e pés (peia de pé e mão) dos animais para, quando soltos, serem impedidos de correr ou se afastar.

16 Rabichola: tira larga de couro curtido, usada abaixo do rabicho para evitar que a sela se desloque para a frente.

E registram os cronistas chineses que, por volta de 1770 a. C., Tchín Fung, fundador da dinastia dos Chang, descobriu como fazer-se a tanagem das peles, dando com isso enorme passo para a evolução do incipiente processo de curtimento (XII).

Muito tempo depois é que os árabes-mouros transportaram as indústrias do papel e do couro para a Península Ibérica. Assim é que o ensino foi esbarrar em Portugal e de lá veio velejando para cá. No Nordeste, ao que se tem notícia,

a exploração organizada da indústria de preparação de couros e peles só surgiu em Pernambuco em fins do século passado, com a fundação, em 1891, do Curtume Didiá, situado no município de Olinda (XIII).

Em 28/nov./1919, o governador do Rio Grande do Norte, Dr. Joaquim Ferreira Chaves, promulgava a Lei nº 454 que isentava de impostos o indivíduo ou companhia que estabelecesse no estado a “indústria de exploração das folhas e casca de manguê”. Ainda em 1º de dezembro do mesmo ano, a Lei nº 462 concedia isenção de impostos por 15 anos “aquelle que estabelecer no Estado cortumes modelos”. Isso prova que o aproveitamento do couro no Rio Grande do Norte em bases industriais é de outro dia... E, ao que parece, só por volta de 1917 ou 1920 é que o Rio Grande do Norte teve o seu primeiro curtume, em bases industriais, instalado na cidade do Natal por Antônio Campos & Nóbrega (Inf. do ind. João F. Mota).

Para as necessidades da fazenda, o couro era, como ainda é, tratado por lá mesmo – de vez que a profissão de curtidor continua bem viva por todas aquelas ribeiras. Os mais habilidosos,

cedo se distinguem no ofício, a ponto de receberem encomendas de municípios mais distantes.

O cuidado para obtenção de um bom couro principia a se fazer ainda no esfolar do bicho. Logo que é sangrado e morto, cuidam de esfolá-lo com faca bem amolada e de ponta rombuda, de modo a evitar cortes que o venham desvalorizar. E para o fazer com gabo, o couro deve ser tirado bem limpo, i. é, livre de cortes e restos de gordura ou carne. O serviço é principiado sempre na linha da barriga, de cima para baixo, para retirada das vísceras. Daí a maneira de falarem com sentido de malvadeza: “vai lhe tirá o couro pelas costas”, aprendizado de seis séculos, mesminho como Pedro, o Cru, mandou arrancar o coração de Álvaro Gonçalves, um matador daquela “que depois de ser morta, foi rainha...”

Depois, é bom que seja lavado para ficar limpo de toda a sujeira, ou seja, restos de sangue, pelancas etc. Ao mesmo tempo, já se têm cortadas umas varas linheiras e resistentes para esticar o couro. Pelo comum, a madeira mais usada é o marmeleiro.

Pequenas mossas nas margens do couro (cabeça, garras, barriga e imediações da cauda) são feitas para se enfiar os entalhes das pontas das varas que, colocadas em “x”, mantém o couro fortemente esticado.

Daí por diante, resta apenas a secagem que é feita em lugar bem ventilado, à sombra, durante mais ou menos uns três a quatro dias.

Está o Seridó¹⁷ encravado no miolo da área semiárida do Nordeste, onde a escassez de chuvas¹⁸, a vegetação espinhenta, rala e de folhas caducas, o solo enladeiraado, com altitude média de 250 m, raso, erodido, pedregoso e esturricado por 3.000 horas/luz/ano – escalda a 60°C durante os meses de seca quando o vento açoita a 20 km/hora – contribuindo para a inexistência de ectoparasitas nos seus rebanhos¹⁹. Assim, o couro do gado ali criado está livre do ataque de carrapatos e bernes, o que o valoriza para as necessidades locais e o comércio de exportação (XIV).

Naqueles mundos, o que mais estraga o couro do boi são as queimaduras dos ferros de marcar e a magrenha nos anos secos. Esquecidas são as leis disciplinadoras do uso do ferro – como é moda por todos esses brasis... Nas leis provinciais que aprovaram as posturas dos nossos primeiros municípios, esbarramos, a cada página, com a recomendação de “serão os creadores obrigados a fazer ser-rar as pontas dos novinhos, ou nenhum creador poderá conservar touros em ponta” etc. A medida, naturalmente, não visava ainda

17 Seridó, diz L. C. Cascudo (*História do Rio Grande do Norte*), parece ser cariri. Corioloano de Medeiros traduziu por *Ceri-tob*, do tupi, pouca folhagem, descampado, sem árvores, desassombrado, aplicável à região. Cobrindo uma área de 9.386 km², i. é, oito vezes maior do que o estado da Guanabara (1.171 km²) e uma população de 146.293 hab. 15,6 hab/km², segundo o Censo de 1960. Está retalhado em 16 municípios: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Florânia, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Ouro Branco, Parelhas, São Fernando, São João do Sabugi, São Vicente e Serra Negra do Norte.

18 Segundo o *Atlas pluviométrico do Brasil*, a média anual no período de 1914 a 1938, no Posto de Currais Novos, foi de apenas 398,3 mm, a menor do estado, contra 1.450,2 mm da cidade do Natal.

19 A média das máximas é de 33°C e a das mínimas 22°C, com um índice de aridez, segundo J. G. Duque, de 3,3.

preservar o couro da rês e sim o dos nossos avoengos – embora, indiretamente, contribuísse para isso. Mas, em 21 de março de 1885, a Lei Provincial nº 945, que aprovava as posturas adicionais da cidade de Imperatriz (Martins), rezava em seu art. 2º: “Fica igualmente proibido neste municipio ferrar-se gado vacum em outra parte do corpo que não seja a extremidade inferior da coxa”.

Os vaqueiros mais zelosos cuidam em escolher couros sadios e de bom tamanho para entregá-los aos cuidados de um bom curtidor e com eles mandar costurar suas véstias e arreios.

Não costuma o sertanejo, a mais das vezes, distinguir, no falar, couros de peles, a exemplo do que faz a literatura técnica. Para eles há uma mais simplória apartação: couro de gado (bovino) e couro de criação (caprinos e ovinos).

O curtimento é afazer de profissionais que ganham fama pela valia do seu trabalho. Embora alguns o façam como atividade ocasional, os melhores e mais acreditados vivem do ofício de curtir.

A mais das vezes, as instalações são rústicas. No refrigério da sombra de uma árvore ou latada, fazem levantar um tanque de alvenaria bem acimentado com uma braça de comprido por metro e meio de largura e uns três a quatro palmos de fundura, que dá para curtir uns dez couros de cada vez.

O tanino natural mais usado por aqueles mundos é o da casca do angico que vai rareando de ano para ano com a saarização do meio e o corte desenfreado dos tiradores de casca. E isso já vem dos antigos. As leis provinciais viviam gaguejando: “os tiradores de

cascas de angicos para cortumes terão muito cuidado em não deixar abaixo a rama dessa arvore nociva ao gado”. Era o permanente cuidado com o tingui e imprevidente descaso com a árvore... De uns tempos para cá é que lá um ou outro fazendeiro mais cuidadoso, disciplina a tiragem da casca sob a recomendação: (a) nas árvores mais linheiras, i. é, de caule pouco tortuoso e capaz de fornecer madeira para alguma obra, descascar a partir da bifurcação dos galhos; (b) mas muito tortas, a casca pode ser tirada a partir do tronco; (c) num e noutro caso, descascar apenas um dos lados e nunca circundando completamente o caule – para assegurar a sobrevivência da planta.

Antes de curtido, o couro de gado é passado na cinza para fazer cair o cabelo e engrossar. Para isso, fica de molho por 24 horas em água, para depois ser mergulhado em uma decoada²⁰. Aí nessa golda é virado, todos os dias e, a partir do terceiro dia, bota-se mais água no tanque para enfraquecer o caldo. Depois de uns sete dias, é retirado, escorrido e descabelado, o que fazem com uma lâmina de caco de enxada. Volta a ficar de molho n’água por mais umas 24 horas. Está bem-visto que quando se quer um couro curtido em cabelo, não se passa ele na cinza (XV).

O curtimento propriamente dito se principia com a preparação da casca. A casca do angico, depois de seca, é esfarelada a cacete ou pilada em sacos de aniagem, quando é despejada no tanque com uns dois dedos d’água até ficar bem embebida. Formada a primeira camada de casca embebida de uns dois dedos de

20 Duzentas latas (de querosene) d’água para 2 1/2 a 3 latas de cinza de catingueira, angico ou aroeira.

espessura, é colocada sobre ela o primeiro couro. Em cima dele se bota mais uma camada de casca e, em seguida, o segundo couro. Casca e couro se alternam até a última peça que é coberta com uma derradeira camada de farelo de casca. Depois se despeja água no tanque até cobrir o último couro.

Os couros são revirados todos os santos dias e, dia sim e dia não, é mudada a casca. Esse serviço se repete até o nono dia. Depois dos dez dias, continua a viragem diária dos couros, mas a mudança da casca é espaçada para 3 em 3 dias. E assim fazem até uns 22 dias. Daí os couros são retirados, lavados e secados à sombra, em varões. A operação do curtimento (da passagem na cinza à secagem) leva, pouco mais ou menos, uns 31 dias.

Isso para o couro de gado. O couro de criação (caprinos e ovinos) é também lavado e botado de molho na cinza até o 6º dia quando é descabelado; depois, com mais uns dez dias na golda da casca, já está curtido...

Assim nos ensinou, em novembro de 1964, o velho Amaro Garcia de Medeiros, natural de Serra Negra do Norte (RN) que, aos 72 janeiros, ainda continuava curtindo para a sua freguesia.

* * *

Para se principiar as obras, o couro, depois de curtido, carece de ser grosado. E grosar nada mais é que desbastar, por igual, as peles do lado interno, i. é, do carnal. Para isso, o couro é previamente enxombrado e, no grosador, é igualado com ajuda de um facão longo e bem vasado.

Assim, o operador – com uma mão no cabo e outra na ponta – curva o facão suavemente à medida que vai debastando o couro das peles e das partes mais grossas. Isso ele sempre faz em movimentos de cima para baixo.

O grosador é feito de um tronco linheiro e liso de pereiro, serrado ao comprido e que fica apoiado (de lombo para cima) com uma ponta no chão e a outra sustida em uma forquilha à moda cavalete.

Depois, as solas e os couros são tratados com um cuidadoso banho de óleo até ficarem bem brandas e macias para o trabalho do ofício. Antigamente, dizem os mais velhos, isso era feito com óleo de piqui, linhaça, carrapateira ou mesmo o óleo de peixe. Hoje dão preferência ao óleo da semente do algodão. Mas o importante – dizem eles – é que seja óleo de origem vegetal ou animal, bem apurado e sem cheiro ativo. E o ofício é de trabalho limpo e agradável. Poucos teréns servem à arte dos mestres fazedores de selas e encouramentos. Cavaletes para as selas, máquina de costura, serrotes, alicates, torqueses, compassos, réguas, uma tábua que mede pouco mais ou menos 1 x 8 palmos onde se apoiam para cortar as peças menores e um sem-número de agulhas, sovelas, alisadeiras, quicés bem amoladas, novelos de linhas e um bolão de cera de abelha.

E na fala de toda aquela gente, *sola* quer dizer o couro do gado bovino depois de curtido; antes, quando ainda cru, é chamado simplesmente de couro de boi. A mesma diferenciação parece existir nos sertões cearenses, conforme registra Carlos Feitosa em seu estudo sobre *A manufatura da sela no artesanato do couro*.

2. Da roupa de couro, a que chamam de encouramento, com que se vestem para campear no espinho da caatinga. A sua descrição, peça por peça, e de como ainda as fazem costurar.

Quando o vaqueiro primeiro se internou nos matos desses brasis, para apascentar alguma rês daquele gado trazido ainda do além-mar, é bem factível ter vestido couros. E, se não o fez, sentiu a precisão de com eles se proteger... Mesminho como fazia nos campos portugueses – enervado de *pelico* e *safões*. De lá para cá, de pai para filho, de ferra em ferra, deve ter ido moldando suas véstias, consoante os couros dos bichos aqui da terra, ao clima, ao trancado dos matos e aos espinhos da caatinga.

É o que parece ter sucedido. Mesmo porque os povos pastores dos quatro aceiros do mundo vestiam ou ainda vestem couros para lidar com seus gados. E se dê por visto o gaúcho dos pampas e o *cowboy* do oeste americano – cada um com sua roupa que o meio e a necessidade do trabalho ensinaram a modelar.

O melhoramento das raças, a divisão e a subdivisão das propriedades, a pastagem artificial, a fenagem, a ensilagem, os concentrados, as instalações rurais e o melhor manejo do gado fazem crer

que a atual véstia dos nossos vaqueiros será, com o passar dos anos, modificada ou mesmo substituída, sobrevivendo aqui ou acolá nas criações extensivas ou nas tradicionais festas das vaquejadas.

Daí, a natural preocupação em descrevê-las, peça por peça, tim-tim por tim-tim, de modo a oferecer um figurino, o quanto possível exato e fiel, de como se enervaram os vaqueiros por todos os sertões do Seridó.

No estirão de léguas sem-fim, de caminhos que mais pareciam veredas apartando Assú de Mossoró, foi que, em 1810, o inglês Koster esbarrou com a figura de um nosso vaqueiro. E ele o viu e o descreveu por aqui assim:

Montava um pequeno cavalo com cauda e crinas compridas. A sela era um tanto elevada adiante e atrás. Os estribos eram de ferro ferrugento e os freios da mesma forma. As rédeas eram duas correias estreitas e longas.

Sua roupa consistia em grandes calções ou polainas de couro taninado, mas não preparado, de cor suja de ferrugem, amarrados da cinta e por baixo víamos as ceroulas de algodão onde o couro não protegia. Sobre o peito, havia uma pele de cabrito, ligada por detrás com quatro tiras, e uma jaqueta, também feita de couro, a qual é geralmente atirada num dos ombros. Seu chapéu, de couro, tinha a fôrma muito baixa e com as abas curtas. Tinha calçados os chinelos da mesma cor e as esporas de ferro eram sustidas nos seus pés nus por umas correias que prendiam os chinelos e as esporas. Na mão direita, empunhava um longo chicote e, ao lado, uma espada, metida num boldrié que lhe descia da espádua. No cinto, uma faca, e um cachimbo curto e sujo na boca. Na parte posterior da sela, estava amarrado um

pedaço de fazenda vermelha, enrolada em forma de manto, que habitualmente contém a rede e uma muda de roupa, isto é, uma camisa, ceroulas e, às vezes, umas calças de Nanquim (XVI). Nas bruacas que pendiam de cada lado da sela conduzem geralmente farinha e a carne assada no outro lado, e o isqueiro de pedra (as folhas servem de mecha) (XVII), fumo e outro cachimbo sobressalente. A todo esse equipamento, o sertanejo junta ainda uma pistola, cujo longo cano desce pela coxa esquerda (XVIII).

A roupa de couro ou encouramento é também, por todos aqueles ermos, chamada de veste ou véstia e até de linforme (uniforme), por alguns. Assim, tomar dos couros, se encourar ou ainda se enervar designa para o sertanejo seridoense simplesmente o vestir o encouramento para os trabalhos do campo.

De primeiro, os encouramentos eram feitos de couro de veado, por ser mais resistente e duradouro; a xácara História sertaneja do valente José Garcia confirma a tradição:

Garcia abriu suas malas
aonde tinha guardado
a vestimenta de couro
bom guarda-peito arreado,
porque o vaqueiro lorde
faz de couro de veado.

Com a extinção desses Cervídeos na quase totalidade dos municípios do estado, face a ausência de uma política conservacionista²¹, passou o vaqueiro a manufaturar suas véstias de couro de bode.

21 O veado está entre as oito espécies extintas no Seridó, i. é, 13% das 47 que compõem a fauna cinegética regional. (V. *A caça nos sertões do Seridó*). A sua presença hoje se restringe a dois ou três municípios do litoral-agreste onde já é rara, em vias de extinção.

Em todas as peças do encouramento, exceto no chapéu o carnal do couro fica para o lado de fora, e assim mesmo isso é moderno.

Enervados em suas véstias, do quebrar da barra ao sol se pôr, se internam no espinho da caatinga no afã de rastejar uma rês tresmalhada, de rever o gado de sua vaqueirice, de beneficiar um animal mais necessitado, de encurralar um boi para o marchante, de enchocalhar uma novilha amojada ou de apascentar uma vaca parida de novo. É um galopar sem canseiras por léguas e léguas, na intimidade de cada palmo dos seus chãos, no enladeirado das quebradas das serras, no escorregadio dos lajedos, no quebra-corpo das veredas, no trancado de mato das chãs, nos laços traiçoeiros dos mofumbais das várzeas e no rasgar do espinho da sarjadeira, da amorosa, do xique-xique, da quixabeira, do juazeiro, do facheiro, do cardeiro, da favela e da jurema, pois sabido é, em todos aqueles ermos, que *por onde passa o boi passa o vaqueiro...*

O dia a dia dessa diligência garantiu a posse das sesmarias requeridas *para povoar com seus gados*. E varou o tempo. E viu se espichar ladeira arriba e abaixo *o arame que lhe deu a impressão dominadora da posse alheia, a imagem do limite*. A chegada dos primeiros jumentos e deles gerados os burros para descansar seus cavalos de fábrica nos anos secos. O casteamento do gado crioulo com os orelhudos zebus, crescendo em arrobação das carnes e minguando em cuias de leite. O abrir dos caminhos e o ronco do caminhão engolindo chão e encurtando as distâncias. O rodar das manivelas das desnatadeiras empedrando nos jiraus os queijos de manteiga. O querosene, o acetileno e depois a luz elétrica clareando as noites. O zoar do avião quebrando

o silêncio dos céus e até o falar estrangeiro do rádio, desassossegando em cada cachola o juízo de cada um. E assim veio ele varando o tempo, na fartura dos invernos, na escassez dos anos desmantelados e na magrenha da fome dos anos secos, por todos aqueles sertões do Seridó, mesminho, como ainda ontem o viu e o descreveu nas ribeiras do arraial de Canudos, Euclides da Cunha, em sua “armadura de um vermelho pardo, como se fosse de bronze flexível, não tem cintilações, não rebrilha ferida pelo sol. É fosca e poenta. Envolve o combatente de uma batalha sem vitórias. Forma grosseira de campeador medieval desgarrado em nosso tempo”.

No litoral-agreste do Rio Grande do Norte, deram, de uns tempos para cá, para substituir algumas peças (gibão, peitoral e luvas) por uma lona encorpada. Justificam esse procedimento, alegando que nessa área o inverno (chuvas) é mais prolongado e costuma chover mais durante o dia, quando se encontram campeando – o que contribui para encascorar os couros. No alto sertão, os invernos são mais curtos, chove mais frequentemente durante as noites, o mato é mais ralo, o sol é mais forte e os couros são melhor curtidos.

Um encouramento completo é formado pelo *chapéu-de-couro*, *gibão* (também chamado de *véstia*), *guarda-peito* ou peitoral, *luvas*, *perneiras* (que no litoral-agreste é substituída pelo *guarda*) e *sapatos*; leva, no seu feitio, uns sete couros de bode de bom tamanho e, em setembro de 1963, estava custando Cr\$ 30.000,00 quando o dólar custava Cr\$ 1.235,00, o salário mínimo mensal no Rio de Janeiro era de Cr\$ 21.000,00, o da cidade do Natal, Cr\$ 13.500,00 e o do interior do Rio Grande do Norte, Cr\$ 11.700,00.

Espiando de cima para baixo, i. é, da cabeça aos pés, o vaqueiro seridoense tem o seu encouramento formado das seguintes peças:

2.1. Chapéu de couro

De copa cônica e abas de largura variável, é manufaturado de couro de bode curtido. A maneira de quebrar as abas do chapéu indicava, antigamente, a ribeira a que pertencia o vaqueiro. A copa é chamada de *carapuça* e é manufaturada com duas camadas de couro fino, tendo sua base, o *matame*, três camadas; no matame, alguns furos, cercados de desenhos de costura pespontada, permitem a ventilação. Nos campos, longe de casa, quando encontram água para beber e na falta de uma caneca, afundam a carapuça e nela fazem despejar a água onde a bebem.

No litoral-agreste do estado, os vaqueiros usam chapéus de abas mais curtas (cerca de três dedos); alegam que o mato mais fechado, os invernos (períodos de chuvas) mais longos e diurnos dificultam o uso de abas mais largas, de vez que, quando muito molhadas, desabam sobre os olhos, tapando a vista do vaqueiro. No alto sertão e Seridó, as condições diferem, permitindo o uso de abas mais largas (4 a 5 dedos), o que contribui ainda para proteger a vista do excesso de luminosidade. É que no Seridó e alto sertão a vegetação é mais rala, chove menos e os pés-d'água mais fortes costumam cair durante a noite.

As abas são feitas de quatro camadas de couro superpostas e costuradas à máquina. Na base das abas, dois furos de cada lado

dão passagem às 4 correias do *barbicacho* que aí se entrançam, regulando o comprimento do mesmo. O *barbicacho* é, de comum, lascado em dois, prendendo-se o dianteiro ao queixo (ou testa) e o traseiro à nuca do vaqueiro. Fora dos afazeres do campo, o *barbicacho* dianteiro fica guardado na parte interna da carapuça.

Até bem poucos anos, os chapéus eram manufaturados por atividade artesanal de alguns mestres, inclusive mulheres; hoje, algumas oficinas, pouco a pouco, se mecanizam e viram fábricas, como a de Silvino Ferreira (rua Rio Branco, s/n, Caicó).

O uso do chapéu de couro é típico da área do criatório; os sertanejos mal avisados que se atrevem a cruzar as ruas da capital de chapéu de couro à cabeça, são alvos da molecagem, que grita galhofando: *Chapéu de couro dá um estouro...!*

2.2. Gibão

Casaco de couro curtido usado pelos vaqueiros para campear. É também chamado de *véstia* ou *vesta*. Desprovido de gola, tem mangas compridas e bolsos internos que se atacam em nó de rosa. Na sua manufatura, todas as costuras internas são de dois cabos. Dois pares de correias, na altura do colarinho e do externo, servem para abotoá-lo.

Antes de se internar na caatinga, andando pelos caminhos, o vaqueiro costuma conduzi-lo jogado sobre um dos ombros. E naquela soalheira do sertão, quando esbarra e apeia do cavalo em lugar onde não tenha uma sombra para se abrigar – o gibão é dei-

xado cobrindo a sela para que ela não esquite. Um ou os dois estribos, entrançados por cima, evitam que venha a cair, deixando a sela descoberta. É que sela quente – dizem por lá – faz mal, dá hemorroida... Certa vez, ouvimos um velho vaqueiro sentenciar:

– Para quem vive em riba de uma sela aqui por essas bandas, isso é um veneno.

– !?!

– Porque velho é que nem rede e pote – se acaba pelos fundos...

2.3. Guarda-peito

Peça de couro curtido que é vestida sob o gibão e serve para proteger o peito e o ventre do vaqueiro nas carreiras do mato. Usado sobre a camisa, é preso ao corpo por duas tranças de quatro pernas ou correias de couro que se cruzam nas costas do cavaleiro e terminam em nó de rosa.

A banda de cima – *vista* –, que protege a parte superior do peito até a altura das clavículas, é formada de duas peças de couro superpostas. Também esse reforço se prolonga em todas as suas margens – *barras* –, que são costuradas à máquina ou à mão, formando o desenho do 8.

Apenas a parte central é feita com uma única peça de couro. Antigamente, lá um ou outro vaqueiro mais lorde costumava usar nessa parte do meio o couro do gato maracajá, curtido em cabelo.

Parece ser o guarda-peito, depois do chapéu, a peça do encouramento de maior uso naqueles mundos. Mesmo quando entregue

às lides do curral ou a serviços outros em que não esteja montado – é comum o vaqueiro envergar o seu guarda-peito, à moda colete, como um distintivo único da sua orgulhosa profissão.

Colete ou *peitoral* são palavras também usadas por lá como sinônimos do guarda-peito.

2.4. Luvas

Costuradas em couro de bode curtido, servem para proteger as mãos do vaqueiro do espinho da caatinga. Abotoam-se em nó de rosa, na altura do lado interno da munheca, cobrindo o dorso e deixando nus os dedos e as palmas das mãos.

O trabalho da feitura é todo costurado à máquina com linha nº 20. Apenas as suas margens – a que chamam de *vista* – são reforçadas; o restante é trabalhado em uma única peça de couro.

No litoral-agreste do estado as luvas são, comumente, costuradas em lona.

2.5. Perneiras e guardas

Perneiras e guardas são calças de couro de bode curtido que compõem o encouramento do vaqueiro. Do joelho para baixo, as perneiras são bem justas, tanto que mandam, de brincadeira, o freguês ensebar os pés ao se encourar com elas. Terminam as perneiras em um *bico* que protege o dorso do pé, tendo, nas abas inferiores do mesmo, um par de correias que se atacam por baixo da alpercata (ou sapato).

No litoral-agreste, as perneiras são substituídas por outras – ali denominadas *guardas* –, menos apertadas e mais curtas, de vez que não se prolongam por todo o dorso do pé. E de uns tempos para cá o vaqueiro seridoense vem arremedando o uso dos guardas, talvez por serem mais fácil de usar, mais fácil de costurar e também mais baratos no mandar costurar.

Tanto as perneiras como os guardas, quando em uso, são atacadados à cintura por meio de correias que em outras ribeiras apelidam de mombucabo²². Na altura da coxa, pela parte de dentro, carregam um trinchete ou faca mais pesada capaz de acudi-los na precisão de cortar uma vergôntea de pau, tirar um couro de morrinha ou mesmo sangrar uma rês. Os guardas como as perneiras são costurados com a parte do carnal para fora.

O talhe, tanto da perneira sertaneja como do guarda do litoral-agreste, deixa a descoberto toda a região das nádegas do cavaleiro. Daí a necessidade de o vaqueiro usar uma roupa por baixo do encouramento. Antigamente, a peça-forro protetora era a ceroula de algodãozinho.

22 Mombucabo: “É a única peça de algodão de toda a complicada indumentária de couro do vaqueiro. É um cadarço de quatro centímetros de largura, tecido de linha grossa, que faz as vezes de cinto, correndo através da bainha do cós das perneiras. Fora da sela, o vaqueiro habitualmente o desamarra da cintura e, sem o desenfiar, dá-lhe um laço que desaba com a parte superior da peça de couro desajustada. Isso porque as perneiras, prolongadas na frente até a cintura, se escavam lateralmente, cingindo por detrás os membros pela raiz das coxas. Faltando-lhes o apoio do mombucabo, toda a parte superior despenca até quase os joelhos, descobrindo inteiramente os calções” (TORRES, Mário Brandão. *Acauã*. Editora A Noite, Rio de Janeiro, 1950). No Seridó, mombucabo é uma tira de pano que corre transversalmente, prendendo os punhos da rede de dormir.

Faz tempo que dessa usança se valeu um nosso Malazarte. Os velhos sertanejos seridoenses ainda recordam a lendária e endiabrada figura de Xandinho (Alexandre Lopes de Araújo), cunhado do cel. João Damasceno Pereira de Araújo, que viveu e traquinou em fins do século passado na Fazenda Margarida, no município do Acari. Xandinho foi o mais extraordinário derrubador de gado e incorrigível arteiro de todos aqueles sertões.

De uma feita, tendo sido convidado o cel. Damasceno para uma vaquejada nas ribeiras do Potengi, Xandinho a ele se fez juntar e no caminho tramaram o sucedido. E ali mesmo se apartaram, chegando por estradas diferentes ao lugar onde Xandinho se apresentou como um vaqueiro desconhecido. O cel. Damasceno fingiu engrajar-se do cavalo do cunhado, pedindo ao dono da festa que o deixasse tirar uma rês, pois queria ver o trabalho daquele animal.

Os bois jejuados e encurralados eram espirrados, à ponta de ferrão, em busca do pátio que se espichava em frente da casa-grande e ia morrer na caatinga do lado do nascente. Do alpendre, duro de gente, os convidados com suas famílias assistiam às carreiras.

E assim foi o acontecido. Logo no sair da porteira, Xandinho enrolou o boi e aprumou a carreira no rumo da casa-grande até se emparelhar com a assistência. Ali, ergueu-se nos estribos para a aberta. E ecoou de todas as bocas um grito de espanto! É que desvestido de uma ceroula ou calça que lhe forrassse as pernas – deixava à vista de todos as suas vergonhas... Derrubado o boi, passou de carreira enfiada indo se internar nos matos. E contam que só se apeou para bater a sela em águas do Seridó...

2.6. Sapatos

Os sapatos de todos aqueles vaqueiros são manufaturados por lá mesmo nas tendas dos sapateiros de cada um lugar. O material empregado é sempre o couro de bode curtido, com o carnal para fora. Tentos do próprio couro fazem a vez dos cadarços. Nunca, ou muito raramente, usam meias.

O uso dos sapatos entre os vaqueiros parece ser relativamente recente. Até uns tempos atrás, usavam apenas *alpercatas* (XIX) nos serviços de campo, de vez que o rosto da perneira serve para proteger o peito do pé. Koster assim o testemunhou, conforme transcrição que fizemos mais no começo, quando ele descreve a indumentária do vaqueiro.

E nos *Regimentos de Ofícios* da cidade do Natal, de 12/mar., 9/abr. e 29/ago. de 1791, “um par de botinas de veado, sem sapato um cruzado; feittio, duzentos réis” (XX).

2.7. Esporas

Também, como os estribos, são de ferro-ferrugento, metal amarelo, níquel ou prata – dependendo das posses e do capricho de cada um.

Ignacio da Catingueira (1845-1881), cantando com Romano de Mãe d’água, fazia alusão ao uso da prata nos arreios: (XXI)

Esta agora é engraçada,
Eu digo com toda a fé:
De prata se faz arreio,
Faca, garfo e cuié,
De prata se faz espora
Prá negro botá no pé.

Duas correias de couro servem para ajustá-las aos pés. A *ci-lha* que passa sob o salto ou calcanhar e a *atacadeira* que se afivela ao dorso do pé.

Na parte metálica, destaca-se o *cachorro* – haste que liga a roseta à curva da espora, na altura do calcanhar. Dizem que as primeiras esporas, mandadas vir da praça, tinham, no local do eixo que prende a roseta, a cabeça de um cachorro – originando-se daí o nome daquela peça. A literatura de cordel registra-a em versos de Manoel Cabeceira (1845-1914):

Seu Capitão João de Melo
Dê licença, sem demora,
E veja eu rasgar um negro
Nos cachorro da espora!

O sertanejo usa rosetas meãs em tamanho, a menos que o animal seja de pouca ardigueza, reclamando puas mais afiadas e graúdas. Na substituição das rosetas já muito gastas e cegas, os ferreiros sertanejos se valiam de uma moeda de vintém (cobre) ou

de cruzado (níquel); hoje preferem manufaturá-las com pedaços de lâminas de enxada. Alguns animais mais velhacos reagem à espora dando coice no pé do cavaleiro. Daí a expressão com que apelidam os indivíduos afobados e que de tudo reclamam: “[...] stá dando coice nas esporas”; ou a forma mais chula: “[...] peidando nas esporas”.

Os ciganos usam umas esporas de cachorro exageradamente longas para, aquecidas as rosetas ao fogo, açoitarem os animais lerdos antes de levá-los às feiras de barganha. O animal fica de tal modo medroso de espora que ao seu simples tinir já se mostra inquieto, afogueado, num pé e noutro...

Constitui por todos aqueles sertões um gesto de falta de respeito entrar em casa de pessoa estranha com as esporas nos pés:

As esporas dos cavaleiros, tinindo, arrastando as rosetas nos tijolos, anunciavam o companheiro, o irmão, o par, o igual. Muitos fazendeiros do século XIX jamais permitiram que os seus escravos vaqueiros usassem as duas esporas, embora tivessem grandes regalias e gabos pela confiança neles depositada. Só podiam usar uma espora, em qualquer calcanhar, mas uma só. O mesmo se dá com os filhos menores, até o pungir da barba que lhes dava a maioridade ou o casamento. (CASCUDO, L. C. *Tradições populares da pecuária nordestina*). (XXII)

A restrição não é só papa-jerimum, nem brasileira; Justo P. Saenz, *Equitacion gaucha en la pampa y mesopotamia*, registra-a:

[...] el gaucho, rústico, de educación innata y con muy arraigados principios de respeto adquiridos de sus antepasados hispanos, consideró siempre una falta de urbanidad hacia los socialmente superiores a él, penetrar a sus casas con las espuelas puestas.

As velhas *esporas-de-arrasto* de rosetas desmesuradas que tinham e riscavam os chãos a cada passada do cavaleiro, lá uma vez perdida, são encontradas pelos sertões. *Chilenas* a apelidavam os da geração contemporânea à Guerra do Paraguai (1864-1870), mesminho como ainda hoje é conhecida em todas as chãs dos Pampas.

No tempo dos comboios que o caminhão enxotou das estradas, também se usava uma espora de cachorro comprido para montar em cangalha; comumente era afivelada apenas em um dos pés e conhecida como *espora-de-matuto*.

Quando toma dos couros para campear, o vaqueiro ataca as esporas com a fivela para o lado de dentro, ou seja, o da barriga do animal. Assim faz, explica, para que uma ponta de pau nelas não venha a se enganchar. Em passeio ou viagem, a espora é afivelada normalmente como nas escolas hípicas ou na cavalaria militar, i. é, com a fivela para o lado de fora.

No falar sertanejo, *onde satanáas perdeu as esporas* quer dizer um lugar indesejável, longínquo, oco do mundo. E quando os mais velhos chamavam alguém de *espora quebrada*, era com o significado de não merecer fé, pessoa cuja palavra era que nem um risco n'água, homem sem merecimento. E isso é dizer de coisa

dos antigos, pois tem bem uns mil anos, de vez que parece ter sido ainda herdada dos heroicos tempos da cavalaria (século IX a XV), quando a degradação do cavaleiro era feita pela destruição de suas armas e o corte das esporas. A cerimônia envolvia uma certa pompa fúnebre: em praça pública, no pátio de um castelo ou em outro qualquer lugar dos mais apropriados, os pares se reuniam para a exautoração. Ali mesmo, o cavaleiro desleal era desarmado e tinha as suas armas e esporas quebradas.

Na gesta de Garin de Lorrain (séc. XII), quando um traidor é condenado à degradação, mandam que:

Li esperon li soit coupé par mi,
Prés du talon, au branc d'acier forbi.²³

Está bem-visto que o falar é muito velho, ainda do tempo em que o diabo era menino, trazido de boca em boca para a vaqueirice da caatinga do nosso *saartão da terra...*

2.8. Guiada

Vara de ferrão, hoje em desuso, que os vaqueiros antigamente usavam para derrubar o gado. Versão do *Rabicho da Geralda*, de 1792, dizia: “Diga ao sr. João Gomes / que traga sua guiada, / E venha pronto prá irmos, / Ao rabicho da Geralda”. Luís da Câmara Cascudo afirma desconhecer registro de vaquejada anterior a

23 *História breve da cavalaria*. Philippe du Puy de Clinchamps. Lisboa, Editorial Verbo Ltda., 1965.

1870, onde o vaqueiro derrube o animal pela cauda. O processo, testemunhado por Koster, em 1810, no interior do Rio Grande do Norte, foi assim descrito:

[...] monta a cavalo com uma longa vara, terminada por uma ponta de ferrão, e persegue o animal que quer derrubar até que, emparelhando-se, fere-o nos flancos, entre as costas e anca e, se o alcançar no momento em que o boi levanta as patas traseiras, sacudi-lo-á em terra com tanta violência que este rolará.

Evocando os hábitos do Seridó em que viveu, Juvenal Lamartine (1874-1956) em seu depoimento confessa: “já não alcancei em uso a pequena vara de ferrão conduzida para derrubar, de que falavam os mais velhos e constatada pelo exato Koster” (XXIII).

2.9. Ligeira

É assim chamada uma trança roliça de couro curtido, flexível, pouco mais fina que um cabo de enxada, tendo em uma das pontas uma alça com que a conduzem passada no pulso e, na outra ponta, uma língua de sola que serve para açoitar o animal. No começo e fim da trança – corpo da ligeira –, há um nó de rosa que abotoa em uma casa oposta. Assim, em caso de precisão, o vaqueiro pode abotoá-las como uma algema às mãos da rês à moda peia de mão.

3. Das outras selas e da sela roladeira que é usada para os trabalhos de campo. As diferentes partes que a compõem e de como são feitas.

As primeiras selas, está bem-visto, devem ter sido trazidas do reino e, lá mais para trás, já falamos das usanças da cavalaria lusa daqueles tempos. Assim, temos para nós que os primitivos modelos eram do tipo ginete ou, quem sabe, um arremedo de qualquer deles. Em verdade, o ginete ainda hoje é conhecido e até muito usado na zona Oeste do estado – sela de capa quadrada, desprovida de borraínas e mais avantajada que a da roladeira.

O Dicionário de Moraes registra três tipos de sela: bastarda, estardiota (ou de brida) e gineta. A bastarda era um tipo intermediário entre a gineta e a estardiota. Inventários do século XVIII revelam a existência apenas da bastarda e da gineta... A sela de estrada é remanescente da estardiota, o que é fácil de verificar pelas transformações da palavra: estardiota, estradiota, estrada. É pequena, delicada, borraínas anteriores, maçoneta (maçaneta) pouco saliente, preferida pelos senhores de engenho e pessoas de idade... A roladeira é uma evolução da bastarda, que Koster observou, embora sem mencionar-lhe o nome, ser alta e cômoda, obrigando a uma posição hirta. O ginete é a sela dos vaqueiros, de conformação própria para o trabalho

do campo, com borraínas muito baixas apenas na frente... A susana é de introdução recente. Representa uma derivação do ginete, com mais acabamento e abas iguais. (XXIV).

Muito tempo depois é que parece ter aparecido a roladeira. O trabalho dos vaqueiros nas pegadas dos barbatões, internando-se em carreira desabalada no espinho da caatinga, carecia de maior proteção e firmeza na sela. E quem sabe daí não tenha surgido a lembrança em um seleiro mais astucioso de inventar burranhas na frente e atrás. Também pode a roladeira ter sido trazida de outras terras e, por ser mais vantajosa para os trabalhos de campo daquele *saartão da terra*, ter caído no gosto dos vaqueiros seridenses. A informação mais antiga sobre ela nos foi dada por Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956) e dizia que: “[...] as primeiras roladeiras fabricadas pelo mestre Florentino e depois por Cazé, no Caicó, datam de mais ou menos 1890 e substituíram as ginetas”.

Seleiros afamados deixaram nome na memória dos criadores: mestre Florentino, Cazé e depois Antônio Italiano fizeram escola no Caicó dos nossos antepassados. Mais recentemente, o artesanato passando de pai para filho na família de Enéias do Logradouro (hoje nas mãos de Nilo, filho de mestre Almino) e Francisco Marinheiro (Sítio das Oiticicas), ambos nas ribeiras do Caicó. Assim, quem deseja uma sela de qualidade, ainda hoje faz encomenda em qualquer dessas tendas, ou lá para os lados de Caráúbas ou de Serrinha (mestre Possidônio) e até no Brejo do Cruz (PB), na tenda de Antonino. E ainda em setembro de 1963, uma sela roladeira, singela, estava sendo encomendada por pouco mais

ou menos uns Cr\$ 25 mil; enfeitada de Cr\$ 30 a 35 mil, quando o dólar andava pela casa dos Cr\$ 1.235.

Assim, pelo visto, parece que os primeiros modelos usados no Seridó foram os da sela apelidada de *ginete* ou *gineta*, substituída, com o tempo, pela roladeira, para os trabalhos de campo, isso já a partir de 1890.

A *suzana* – que mais parece um ginete almofadado e provido de burranhas – é tipicamente uma sela de passeio ou viagem. Talvez reminiscência do tempo dos cavalos de sela, ajazados, que esquivavam pelas estradas, de ventas acesas e pretos de suor. Cavalos de sela que mais para atrás eram chamados de *cavalos de stada*.

[...] o que era retido em estrebaria especial, instalada próximo à residência, fácil de ser divisado do alpendre senhorial, era o cavalo tratado com esmero, acarinhado, recomendado a escudeiro de confiança. Até meio efeminado devido ao excesso de mimos que lhe dispensavam. Parecia mais uma concubina, trancado, vigiado, isolado, dispendioso e só procurado nos momentos de gozo, de desejo, quando então se entregava quase obrigado, refugando a sela, casqueando nervoso o terreiro, molestado no seu sossego, na sua vida de lorde. Vivia retirado da proximidade dos outros, do almargio (Al-margem), solto nos campos, comendo a erva dos pastos, sem assistência, defendendo-se, por si mesmo, dos perigos, sem dengues e sem conforto (XXVI).

Inventários do séc. XVIII na região agreste do Rio Grande do Norte (XXVII) falam em valores que variam de “uma sela e um freio, em meio uso 3\$200 a selas bastardas já usadas com estrivos de prata e estanho, a 7\$000 cada”. No mesmo processo, eram ava-

liadas “vacas parideiras a 2\$560 rs; bois mansos a 3\$000 rs; poldras a 6\$000 rs; um cavalo ruço de estivar, andador, 40\$000 rs e um cavalo manso de campo, 14\$000 rs”. Os preços pouco vagueiam de um documento para outro. Um negro moço, do gentio da Guiné, custava de 80\$000 a 120\$000 e “umas esporas de prata, pesando 79 1/2 oitavas”, foram avaliadas em 7\$640 rs.

O exame dos documentos faz concluir que o valor de uma sela era, pouco mais ou menos, igual ao de uma vaca parideira e que os equinos, sobretudo os cavalos de sela, custavam de duas a cinco vezes mais do que o gado de criar.

No Seridó, o *Mapa de preços correntes da Paróquia da Vila do Príncipe*, datado de jan./1802, e organizado pelo fundador de Currais Novos, Capitão-mor de Ordenanças Cipriano Lopes Galvão, relaciona (XXVIII):

	Máximo	Médio	Mínimo	Por
Algodão em lâ	5500 ”	4500 ”	4000 ”	a R
Sola	800 ”	720 ”	640 ”	I
Couros miúdos	320 ”	240 ”	160 ”	I
Bois	8000 ”	6000 ”	4500 ”	I
Cavalos	16000 ”	12000 ”	10000 ”	I

Para melhor entendimento das diferentes partes da *roladeira*, valemo-nos de uma sela ainda da feitura do finado Almino Enéias do Logradouro (Caicó), que o velho Pedro Ourives (1878-1964) estava remontando, i. é, botando uma sobrecapa nova, loros etc. Ele e seu filho, Francisco Lins de Oliveira, que também estudou na tenda

do mestre Almino, foram quem nos desasnaram no assunto. E, peça por peça, iam falando e explicando, enquanto rabiscávamos estas notas por aqui assim... Em primeiro, é preciso saber que uma sela roladeira leva uns três couros de bode de bom tamanho, afora um couro de boi, que é para o feitio das partes das capas. E depois de tudo composto, i. é, arreado a ponto de se escanchar e ganhar os matos, o cavalo do vaqueiro amostra:

Sela roladeira	Sela	arção talabardão capa-grande capa do coxim com sobrecapa
	Pertences	esteira cilha loros estribos peitoral rabicho rabichola
	Rédias e cabeçadas	cortadeira brida cabresto
	Apetrechos	máscara relho chocalho peia alforge borracha corona

E por falar em sela, vale a pena lembrar os ditos e abusões sertanejos que fazem menção a ela. Assim é que dizem: “quem nasceu prá cangalha não dá prá sela”, quando querem se referir a uma pessoa que não tem merecimento para o lugar que ocupa; equivale ao “quem nasceu prá vintém não chega a tostão”, usado nas cidades. Com referência às pessoas que se furtam a um compromisso, costumam sentenciar: “[...] correu com a sela”, alusivo aos animais que ao menor descuido do cavaleiro desmontado, se escapolem, deixando-o a pé... Também acreditam que a sela exposta ao sol, i. é, quente, provoca hemorroidas.

3.1. Arção

É o miolo ou esqueleto que dá estrutura à sela. A sua manufatura reclama a arte dos mestres mais afamados, de vez que dela depende a melhor funcionalidade da montada para o cavaleiro e para a saúde do espinhaço do animal. O seu melhor feitio dá resistência à sela, comodidade para os dias inteiros de campo ou viagem sem enfadar o cavaleiro nem pisar a montaria, maior segurança no esbrabejar um poldro ou nos malabarismos das carreiras de mato.

Consoante a importância do arção para o bom acabamento da montada, é que os que vivem em cima de uma sela – nos trabalhos de campo ou comendo chão em léguas de caminho – procuram adquiri-las das oficinas mais afamadas.

O cuidado na sua manufatura principia na escolha da madeira, que tem de ser forte para aguentar o peso dos cavaleiros e os muxicões da mucica²⁴ no derrubar da rês.

24 Mucica: puxavante com que os vaqueiros derrubam a rês pela cauda.

No Seridó, os mestres de mais fama usam de preferência as curvas do mofumbo ou o cumaru e a oiticica. Dela fazem a parte dianteira – que forma a maçaneta, Santo Antônio ou lua-da-sela e a traseira (meia-lua) unidas pela ressafra²⁵ e enervadas²⁶.

As ressafras, uma de cada lado, são traves de comum feitas com João-mole ou mangueira que aparafusam o arção dianteiro ao traseiro. Carecem ser de madeira sadia e bem fixa, de vez que têm de aguentar todo o arrojado do peso do cavaleiro.

Esse conjunto de madeira, formado pela parte dianteira, traseira e as duas ressafras laterais, é enervado com couro cru de gado bovino e pespontado com correia de couro de bode – formando um todo fornido, que apelidam arção. O couro cru é previamente enxombrado²⁷ com água para se tornar mais brando ao trabalho de encapamento e melhor se ajustar ao esqueleto do arção.

Alguns modelos, inclusive o aqui desenhado, saído das oficinas do mestre Almino do Logradouro (Caicó, RN), mostram duas fendas laterais-dianteiras, as casas do loro, por onde passam as correias, em cuja extremidade ficam presos os estribos. Outros mestres preferem passar os loros por cima do arção, abarcando-o, para que um esforço maior nos estribos não se reflita nas ressafras.

Nas beiradas da curva inferior do arção traseiro, de um lado e de outro, são costuradas argolas – *pegador da rabichola*. A argola que

25 Ressafra: peça de madeira dupla que une a parte dianteira à traseira do arção da sela. Espendras ou alpendras no Ceará.

26 Enervar: revestir de couro cru. Também serve para designar vestir véstias ou se encourar.

27 Enxombrar: molhar, umedecer.

serve de pegador ao peitoral é presa a uma tira de couro que rodeia a lua da sela, i. é, a parte superior do arção dianteiro. E, bem na garupa do arção traseiro, na altura do espinhaço do animal, é fixada uma alça de metal – a *aranha-do-rabicho* – onde se afivela o lápis do rabicho.

3.2. Talabardão²⁸

Peça dupla de sola tratada onde são costurados os suadores. É presa debaixo do arção para que as almofadas dos suadores livrem o lombo do animal de pisaduras.

Os dois suadores, um de cada lado do talabardão, são de algodãozinho da Bahia ou de outra qualquer fazenda resistente, costurados pelas beiradas do pano com fio da Bahia encerado, em costura de braceiro²⁹.

O importante nos suadores é o material do enchimento, que deve ser macio, fresco e não emboloar, mesmo umedecido pelo suor do animal, livrando desse modo que a sela venha a provocar pisaduras.

No Seridó, os mais zelosos preferem, para enchimento, a folha do angico, camunzé ou capim-de-boi. A folha do angico é cortada madura e botada para secar ao sol em lajedos previamente varridos. Seca, recolhem os folíolos e procedem o enchimento dos suadores. O suador é, de antemão, costurado no talabardão, restando apenas o arremate de alguns pontos (cerca de 5 cm), por onde fazem o enchimento com ajuda de um funil e de uma vareta.

28 Talabardão: corr. de albardão.

29 Costura de braceiro: dizem do “ponto atrás”, em “x” que fazem com a ajuda de uma sovela.

3.3. Capa-grande

É a capa, de sola tratada, que cobre o arção. É formada de duas peças de sola, costuradas ao meio, na linha do divisor das águas da sela. As costuras de emenda e as que passam pelos azeiros da capa-grande são feitas à mão, com linha zero encerada.

Mostra a capa-grande em seu desenho, na parte traseira: (a) abertura que deixa a descoberto a saliência posterior do arção, onde está encaixada a aranha-do-rabicho; (b) mais abaixo, os dois furos que correspondem à correia do talabardão e (c) na margem inferior, marca do fabricante, i. é, desenhos impressos com rebaiador de letras ou símbolos característicos de cada mestre. No meio da capa-grande, de cada lado e à altura da coxa do cavaleiro, há uma abertura – a casa da cilha (por onde passa a cilha) e, mais para a frente alguns centímetros, mais duas, uma sobre a outra, as casas do loro. A correia do loro entra pela casa de baixo e dá a volta pela de cima. Um pouco abaixo da lua ou Santo Antônio, na margem externa, dois pequenos furos iguais ao da parte de trás, por onde passam as correias dianteiras do talabardão.

3.4. Capa do coxim e sobrecapa

É a peça dupla de couro e sola que cobre a capa-grande nas selas roladeiras. A parte de fora, a sobrecapa, é de couro de bode (curtido) e é colada, com grude de goma de mandioca; a de dentro (de sola tratada) é a capa do coxim. A adesão do couro à sola é ajudada, nas

partes salientes (canudos ou borrainas³⁰), pela pressão de elos partidos, à moda garras, que deixam abocanhados ao lugar até a secagem do grude. Usam, de comum, rodela cerrada de chifre de boi e preferem as de cor amarela – dizendo que são mais fortes e fornidas.

Na costura divisor das águas do meio da sela fazem uma pequena abertura para o enchimento do coxim e conseqüente almofadamento da sentada. Internamente, há uma peça de algodãozinho, costurada com sovela curva e colada com grude, que é cheia de pena de papo de ribaçã³¹, cabelo da cauda do boi cortado miúdo ou pendão de cana. A costura de sovela curva é feita com linha fio da Bahia e a guia da linha é a cerda do porco, preferivelmente caititu³²; a extremidade da linha é esgarçada e torcida na ponta bifurcada da cerda.

Em seguida, são costuradas, também à sovela, as borrainas (ou canudos), duas dianteiras e a traseira que contorna a parte posterior da sentada. A armação é feita com algodão da Bahia e socada com estrume úmido de animal.

Destacam-se na capa do coxim, os canudos ou borrainas; o da frente, principia logo depois da lua da sela, de cada um dos lados, e morre a pouco menos de um palmo abaixo da altura da casa do loro. Visa proteger os joelhos do vaqueiro nas carreiras de mato e oferecer maior apoio na montada. O intervalo entre um canudo e outro, ou seja, o dianteiro e o traseiro, na altura da casa do loro, medem pouco mais ou menos um palmo.

30 Burranha é como chamam em todos aqueles sertões.

31 Ribaça: *Zenaida auriculata*.

32 Caititu: *Tayassu tajacu*, Lin.

Na parte das abas da sela, a capa do coxim é um pouco menor do que a que ela cobre (capa-grande), deixando aparecer uns dois a três centímetros da outra.

4. Dos pertences da sela roladeira e da serventia de cada um deles.

4.1. Esteira

É o forro que se coloca diretamente sobre o dorso da montaria para receber a sela. Comumente é de couro curtido (porco do mato, bode ou carneiro), conservando o cabelo. As mais pobres são de fibras vegetais. E a mais apreciada é feita de couro do porco caititu (*Tayassu tajacu*, Lin), porquanto as cerdas fazem escorrer o suor do animal evitando que a mesma e os suadores da sela encascorem³³. Face à extinção do caititu na fauna regional³⁴, os couros são trazidos de outras ribeiras do estado (Matão e Chapada do Apodi) ou mesmo dos estados vizinhos.

Há também uma segunda peça de couro curtido em cabelo que, quando em uso, se coloca entre a esteira e a sela; é a *manta*. No mais das vezes, é escolhida entre os couros mais vistosos (onça pintada), embastados de longos pelos ou lãs (caprinos ou ovinos), de vez que a sua serventia é mais de adorno. É muito apreciada pelos donos dos afamados cavalos de sela quando os levam a passear e, mais recentemente, nas corridas de vaquejadas.

33 Encascorar: endurecer, emboloar, perder a soltura ou flexibilidade.

34 Cf. *A caça nos sertões do Seridó*.

4.2. Cilha

A “cia” seridoense é nada mais que uma correia de sola, medindo pouco menos de uma braça (2,20 m) e na bitola de uns dois dedos de largura que, afivelada na altura do cilhadouro do animal, nele firma a sela.

Nos sertões do Seridó, usam apenas uma única cilha, ao contrário de outras ribeiras onde fazem acrescentar uma segunda, prendendo a sela também pelos vazios do animal, à moda barrigueira. Nos animais mais desbarrigados, para evitar que a cilha corra para o vazio, costumam usar uma fina tira de sola que, partindo do peitoral, passa entre as mãos da montaria e vai se prender na cilha; essa tira é apelidada de *macaco*.

A segurança do cavaleiro está na maior resistência da cilha e dos loros. Daí a sola neles usada ser escolhida a capricho e merecer sempre um melhor cuidado e trato.

Nas selas de campo – roladeiras –, a cilha é singela, forte e sem qualquer enfeite. Já nas outras, de passeio ou viagem, é, mais das vezes, embelezada com uma trança fechada, de 3 ou 5 pernas. É um trabalho de ciência, privilégio dos melhores mestres, de vez que o loro é lascado em tiras paralelas, somente na sua parte média em que abarca o cilhadouro do animal. Sua feitura é a mesma anotada por Carlos Feitosa na oficina do mestre Chicute nos sertões de Iguatu (CE): “[...] Costuma-se preparar com três pernas e com cinco e só acerta quem passa a ponta de três em três, ou de cinco em cinco, consoante a quantidade de pernas”. (XXIX).

4.3. Loros

Correia dupla de sola tratada que, passando pela casa do loro na ressaфра do arção, ou mesmo abarcando este último, prende os estribos à sela. Mede pouco mais ou menos uns seis palmos de comprimento por uns dois dedos de largura. Nas suas extremidades, prendem-se os estribos onde o cavaleiro se apoia para maior firmeza.

Nas pegas de gado, quando se internam no mato, tendo muitas vezes, cavalo e cavaleiro, de diminuir em tamanho nos malabarismos para se livrarem dos castigos dos paus – deitado na pá do cavalo, agachando-se, pendurando-se, riscando as esporas no chão, ou confundindo-se com a montaria – o peso de todo esse esforço se faz nas correias dos loros.

Também nos limpos dos pátios, nas carreiras de vaquejadas – quando enrolam a bassoura³⁵ da rês na mão e se preparam para a aberta do cavalo e a mucica – o ato reflexo é o de se firmar nos estribos. E tanto assim é que as quedas mais desastrosas quase sempre sucedem quando se tora a correia da cilha ou de um dos loros.

Encurtam-se ou encompridam-se os loros por intermédio de uma fivela. Assim é que medem o comprimento desejado, apoiando a palma da mão na sela (altura da casa do loro) e, com o braço estendido, bitolam o loro, de modo a que a casa do estribo coincida com o sovaco do cavaleiro.

De comum, o sertanejo estriba longo, i. é, montado, suas pernas apoiadas nos estribos ficam quase completamente distendidas.

35 Bassoura: variante de vassoura; a cauda da rês. O mesmo que saia, sedém e cabo.

Raros os que estribam curto, com maior flexão da perna – o que é tido como feio por aqueles mundos. Nos trabalhos de campo ou nas viagens de muitas léguas, essa é a moda daquelas ribeiras e justificam-na dizendo que o estribar curto enfada o cavaleiro...

Quando têm de se apeiar em lugar ensolarado, cobrem a sela com o gibão ou mesmo com o chapéu de couro, cruzando os estribos por cima deles. É que sela quente faz mal...

Bater os loros – não sabemos por que – tem, no seu linguajar, o significado de morrer.

4.4. Estribos

É a peça dupla, uma de cada lado, em que o cavaleiro se firma com os pés para lhe dar maior equilíbrio e segurança na sela.

O estribo clássico do vaqueiro, hoje mais raramente encontrado, tem a sua armação de madeira revestida de couro e o rosto coberto de sola, costurado com linha encerada de fio da Bahia, em costura de dois cabos. Nele, o pé penetra apenas pela parte de trás, de vez que o rosto é tapado para evitar que, nas carreiras de mato, vergôntea de pau venha a se enganchar. É, está bem-visto, uma forma de adaptação ao meio e ao trabalho de campear. Mais das vezes, tem a forma de triângulo de bordos arredondados. Outros povos criadores também usam o estribo coberto:

[...] el estribo de madera labrada y as veces enchapada en plata conocido por “de baúl” o “chileno”, que afecta la forma de un zapato hueco donde se introduce el pie entero y que se

usa tanto en Chile como en las provincias argentinas de la Cordillera, Córdoba y San Luis, correspondió también a los arreos de la jineta.³⁶

Na manufatura da armação, usam uma madeira resistente e branda, i. é, flexível, que, na caatinga seridoense, é tirada do brandão, quiri, sucupira-branca e embiriba. Outros estribos, com o mesmo formato, são desprovidos de rosto, limitando-se à armação de madeira revestida, e uns mais raros, do mesmo material, têm forma circular.

Os estribos de prata, ricamente trabalhados, mais pesados e de diferentes formatos, eram dos loros dos animais de sela que pisavam o massapê gordo da aristocracia do açúcar lá para as bandas do mar. No sertão, lá um ou outro fazendeiro mais abastado se dava a esse luxo, para enfeitar a sela do seu cavalo esquipador ou da burra de mais confiança para as viagens de muitas léguas.

Sempre de formato mais singelo e desprovido de adornos, o estribo do vaqueiro carece é de maior resistência e funcionalidade ao seu trabalho. Donde a sua feitura mais larga que ajuda a “achar os estribos” quando numa carreira mais desastrada sucede perdê-los, i. é, escapular do pé.

O sertanejo monta às esquerdas e sempre desse mesmo lado lida com o animal. Identifica e faz caçoada dos cavaleiros de outras ribeiras que tomam o animal indiferentemente ou pelas direitas.

36 SAENS, Justo P. *Op. cit.*

De uns tempos para cá, tem-se generalizado o uso dos estribos de metal – ferro ferrugento, metal amarelo, níquel ou prata – de acordo com a maior ou menor posse de cada um. Em 1810, Koster já registrava: “[...] os estribos eram de ferro ferrugento e os freios da mesma forma”.

4.5. Peitoral

Tira de sola tratada, de pouco mais ou menos uns dois dedos de largura, cujas pontas se afivelam nas argolas do peitoral da sela, passando pelo peito da montaria. Serve para evitar que a sela corra (se desloque) para trás nas subidas íngremes.

Alguns vaqueiros mais orgulhosos dos seus arreios e de suas montadas costumam enfeitar o peitoral com desenhos em rebaixador ou mesmo corações e estrelas de sola. E os modernos *cavalos de vaquejada* (ou corrida), que são tratados com os mesmos dengues de alfenim dos desaparecidos *cavalos de stada*, têm os arreios e cabeçadas enfeitados de botões, estrelas e corações de latão ou prata. Mesminho como os atavios que os nossos antepassados usavam nas suas afamadas burras de sela, engolideiras de léguas e de distâncias.

E no romanceiro popular do século XVI – *Dom Gaifeiros* – já cantava à lusitana gente:

Aperta a cilha ao cavalo

Afrouxa-lhe o peitoral...

4.6. Rabicho

A alça de sola tratada que, passando por baixo da inserção da cauda do animal, vem se afivelar na aranha da sela. As duas pontas que ali se prendem têm o nome de *lapis*; uma ou duas fivelas permitem sua graduação para encurtar ou encompridar.

É manufaturado à mão, com linha zero ou pespontado de correia. A parte que fica sob a cauda do animal é roliça, lisa de bordos e se apelida de *chouriço*.

É importante que o chouriço seja bem tratado e liso para evitar cortes ou peladuras que fazem o animal ficar sentido e indócil. Daí a alusão sertaneja às pessoas irritadiças e que por qualquer dá cá aquela palha se melindram: “[...] fulano parece qu’stá cortado no rabicho”; ou quando as correias estão afiveladas muito justas: “[...] de rabicho apertado!”.

4.7. Rabichola

Tira larga de sola tratada que se afivela nas argolas da sela e contorna o animal na altura das nádegas. Serve para evitar que a sela venha a correr para a frente.

A rabichola é, de comum, usada nos muares, no esbrabejar de poldros, quando se trata de um animal menso³⁷, ou ainda para campear em lugares enladeirados. Uma vez ou outra, quando a rabichola sobe para perto do rabicho, é usado um *macaco* (estreita

37 Menso: o que possui a garupa levantada, i. é, o trem anterior mais baixo que o posterior.

tira de sola) que, subjugando-a, passa entre as pernas do animal e vai se prender à cilha.

Os mais caprichosos costumam enfeitar as rabicholas, mormente das afamadas burras de sela, com botões, medalhas ou estrelas de prata, latão ou desenhos em baixo-relevo impressos a rebaixador.

Veza por outra, nos caminhos perdidos daqueles sertões, o viajante estanca ante o grito distante de advertência, sem suspeitar da pilhéria engatilhada:

– Êêêiii, meu sinhôô!!! 'Sbarre aíí!

O cavaleiro refreia o seu animal curioso no porquê da chamada, ao que o outro completa:

– A rabichola caiu!!!

Mas a resposta clássica vem em cima da bucha:

– Apois apanhe e bote na sua mãe...

4.8. Corona

Peça de couro trabalhada que arremeda uma capa sobreposta à sela e que tanto serve para amaciar a sentada como para conduzir objetos em viagem. Uns poucos a chamam de *carona*. Em cima da risca, a corona não constitui um pertence dos arreios do vaqueiro. A menção vale como referência a uma peça que parece estar em vias de desaparecimento.

Ricamente almofadada por costuras à máquina e outras pespontadas de correias, formando em detalhe desenhos decorativos em labirinto de linhas curvas, cujos pequenos espaços recheados guardam entre si uma distância de, quando muito, um dedo de largura. Na parte externa, tem, pouco mais ou menos na altura do joelho do cavaleiro, quatro bolsos forrados de pano, sendo dois pares de cada lado. Na parte interna, dois grandes bolsos, onde fazem conduzir mudas de roupa, papéis etc. As abas das bandas internas, em couro de bode curtido em cabelo, costumam deixar à mostra longos pelos como enfeite.

Quando as distâncias maiores eram vencidas a casco de cavalo, a corona era peça indispensável não só para almofadar a sela e ajudar a vencer o enfado das léguas sem-fim, como para nela guardar e levar alimentos, roupas de muda, papéis etc. Pouco se viaja a cavalo nos dias de hoje. As estradas da gasolina se espicham por todo o sertão e as raras coronas envelhecem esquecidas nos cavaletes dos arreios...

5. Das rédeas e cabeçadas usadas nas suas montarias.

5.1. Rédeas

Assim é denominado o par de correias, ordinariamente de sola tratada, na largura de uns 2 a 2,5 cm que, afiveladas às peças de metal no chanfro e boca do animal, servem para guiá-lo.

O serviço, mais das vezes, é quem bitola o comprimento das rédeas. Os vaqueiros nos trabalhos de campo costumam usá-las mais curtas e mais ou menos do mesmo tamanho de modo a permitir empunhá-las à altura da cernelha do animal. Nas longas caminhadas das estradas que dão acesso aos campos, alguns usam uma alça que, anelada à rédea da brida, encomprida-a, para uma empunhadura mais cômoda. Uns poucos têm o cuidado de fazer a rédea da cortadeira de trança e a da brida de correia lisa para melhor distingui-las pelo simples tato.

Porque, no comum, duas são as rédeas ali em uso. A *cortadeira* ou *cabeção*, superior, que se prende à argola da peça de metal do mesmo nome. Consoante as outras peças de metal (estribos, esporas, fivelas etc.), é de ferro, níquel ou prata – variando com a posse do cavaleiro. A cortadeira é uma peça de formato curvo,

denteada na superfície interior (parte que se ajusta na porção inferior do chanfro do animal) e serve, em conjugação com a brida, para estancá-lo ou fazê-lo virar para um lado ou outro. É a rédea mais trabalhada no esbrabejar dos poldros e a que suporta mais fortes muxicões, sendo assim a recomendada aos de pouco saber das coisas de montaria.

A outra, a *rédea da brida*, é afivelada mais abaixo, nas argolas da brida. De formato variável, a brida é uma peça de metal com curvatura em “U” – o *bocado* – parte que se introduz na boca, sobre a língua do animal. É a rédea mais doce, de atendimento mais maneiro, privilégio dos mais entendidos, de vez que o seu uso desastrado pode inutilizar o animal, deixando-o *desbocado*, i. é, o que não obedece ao comando da brida. Alguns, portadores desse defeito, costumam erguer exageradamente a cabeça, o que faz o sertanejo galhofar: “contar estrelas [...]”. Vale acrescentar que a expressão é comum a outras terras e como foi esbarrar naquelas bibocas ou de lá veio, não o sabemos. O fato é que o inglês usa igual terminologia para o mesmo defeito: *star-gazer*; e no pampa argentino é chamado também por:

Estrellero: díce-se del caballo que por maña adquirida o cuello defectuoso levanta y echa hacia atrás continuamente la cabeza, exponiendo al jinete a ser golpeado por ella. Proviene este término, como es natural, de la similitud del movimiento descripto, con el que se ejecutaria para mirar las estrellas³⁸.

38 SAENS, Justo P. Op. cit.

E até mesmo o vocabulário sertanejo confirma o delicado uso da rédea da brida no manejo da montaria. Tanto assim é que, estando alguém, menino ou adulto, necessitado de uns ensinamentos maneiros que nem conselhos ou mesmo umas lamboradas – é comum se dizer: “[...] ’stá carecendo de umas pancadas na rédea da brida”. E quando se referem a uma pessoa meio aluada do juízo, costumam falar: “[...] é que ele tem uma rédea mais curta que a outra”.

5.2. Cabeçadas

É o que chamam por lá ao conjunto de correias que são afiveladas à cabeça da montaria e de onde partem as rédeas.

Nelas se anota: *cangoteira*, a que circunda a nuca do animal; *testeira*, saindo das mesmas argolas da canhoteira, passa pela frente da montaria indo se costurar na argola oposta; *sirigola* (serigola) ou *barbicacho*, começando na mencionada argola, arroteia a tábua dos queixos (garracha); *focinheira* é a que prende as cabeçadas na altura da cortadeira (porção inferior do chanfro); e *correia da cortadeira*, a que se ajusta à cortadeira, passando pelo maxilar inferior do animal. Prendendo a brida e correndo junto à correia da cortadeira, existe a *barbela*, que pode ser uma pequena corrente metálica ou uma simples tira de couro cru.

5.3. Cabresto

Corda de formato e comprimento variável que termina em laçada abarcando o focinho (focinheira) e a nuca (cabeçada) do

animal. É a primeira peça a ser colocada, ficando assim sob as cabeçadas, tendo a extremidade enrolada e amarrada numa das correias do talabardão da sela. Serve o cabresto para amarrar o animal quando não está em uso, conduzi-lo ou puxá-lo.

Pouco mais grosso que um lápis, é manufaturado de cordas ou mesmo trançado de couro cru. Só não serve de couro de tamanduá, porque se o animal for mordido de cobra, morre em cima do rastro e não tem doutor que dê jeito... É o que dizem por aqueles mundos.

Antigamente, no tempo das terras indivisas e quando o automóvel ainda não tinha empestado as estradas sertanejas, aqui e acolá aparecia um malfeito de ladrões de cavalo. E naqueles ermos mais facilmente se perdoa um assassino que um ladrão de cavalo... O cabresto foi, assim, por muito tempo, o símbolo pilhérico dos amigos dos animais alheios. Ainda há bem poucos anos, o cantador cearense João Francisco Amorim, em peleja travada com João Izidro Ferreira, na cidade de Princesa (PB), atrevidamente improvisou:

O povo de Pernambuco,
é um povo sem pretexto;
Juntou-se com a Paraíba:
é a panela e o texto;
Não dão deztões num cavalo,
Dão cem mil réis num cabresto...

Também o linguajar regional registra certo dito com significado de prudência e moderação: “Cavalo corredor, cabresto curto [...]”. E o falar “quebrar o cabresto”, para dizer da primeira experiência sexual do rapaz.

6. Dos apetrechos que conduzem e de suas serventias

6.1. Mascara

No sertão se diz mascara em vez de máscara. É um pedaço de sola, pouco maior que um prato, que o vaqueiro prende à parte anterior da cabeça da rês, impedindo assim a sua visão frontal. A rês mascarada fica apenas enxergando pelos lados, o que a impede de correr, sob pena de esbarrar nos paus e tropeçar nos buracos.

É usada para tirar o gado mais arisco de um lugar para outro, ou quando o vaqueiro, após derrubá-lo na caatinga, o faz tanger para determinado local. A máscara é conduzida presa a uma das correias do talabardão da sela.

6.2. Relho

O vaqueiro costuma levar, dobrado e inquerido, um relho de couro cru, atado a uma das correias do talabardão da garupa. O relho faz a vez de uma corda de laçar, de amarra de chocalho, servindo também para acudir outra qualquer emergência na luta para subjugar uma rês mais arisca. Tem poucas braças de tamanho e regula, na grossura, pouco mais ou menos a de um dedo mindinho.

6.3. Chocalho

É o cinferro de latão que, preso ao pescoço do gado por uma tira de sola – a amarra –, ajuda a localizá-lo. Alguns modelos mais raros e antigos, de formato cilíndrico, eram chamados também, por alguns, de campá.

O uso do chocalho talvez venha ainda da fase da domesticação dos primeiros animais. Adonde, quando e quem fez a sua usança a primeira vez – não o sabemos. O que é certo é que em inscrições egípcias ele já aparece dependurado no pescoço de um touro...

Enchocalham-se, preferentemente, as vacas amojadas para encontrá-las quando paridas. A partir daí, dormem no curral onde são desleitudas nas horas da madrugada e, logo depois, soltas até a tardinha, quando voltam, com sentido na ração.

Também são enchocalhados os bois de trabalho e as reses mais mansas dos fundos dos pastos, para amagotar o gado solteiro.

Serve assim o chocalho para localizar determinada rês. Daí, o vaqueiro conduzi-lo preso a uma das correias do talabardão da sela, devidamente peado, i. é, com o badalo amarrado a uma correia; na falta desta, costumam entupi-lo com folhas de mato – o que motivou a imagem tão recorrida por eles quando falam da escassez de forrageiras: “No cercado da aba da serra não tem capim com que se tape um chocalho [...]”.

Pelo badalar, identificam um a um os chocalhos da sua vaqueirice. Internados na caatinga, é comum assisti-los estancar o

cavalo, tirar o chapéu e, erguidos nos estribos depois de escutar um instante, sentenciar: “Prá banda dali bate o chocáio da vaca Andorinha [...]”.

Nos primeiros anos das eras de 40, trabalhávamos na Fazenda Lagoa Nova (São Paulo do Potengi, RN). Certa vez, compramos na capital uma partida de chocalhos para atender a uma encomenda dos vaqueiros. E surpresos ficamos quando o vaqueiro Olinto Ignacio (1892-1964), depois de examinar cada um, resmungou:

– Má impregado o dinheirão que o doutô-véio gastou mode vos’mincê istudá.

– !?!

– Nun sabe nem escuiê chocáio. Cumprô tudo cum o mesmo tinido...

Tempos depois, verificamos que Olinto era incapaz de diferenciar o som rouco da buzina da camioneta da Fazenda, de outra aguda como a do misto do finado Joquinha.

E também se valem da palavra chocalho para algumas comparações: “Fulano parece que bebeu água de chocalho” – pessoa falastrona; “Sicrano é destampado que só chocalho em pé de serra” – alusivo aos que falam gritando; “[...] nessa terra só quem não bebe cachaça é chocalho e sino, assim mesmo porque têm a boca virada prá baixo”.

O criatório vai, dia a dia, amadrinhando técnicas mais modernas, saindo assim do estágio extensivo para regimes de semies-

tabulação ou de melhor traquejo. Também minguaram os cercados de solta, retalhados pelo arame nas subdivisões de melhor aproveitamento ou nos quinhões de herança. Logo, é natural que o chocalho seja agora menos usado do que naqueles tempos. E foi não só por isso como pelo seu maior valor comercial nos dias de hoje, que o sertanejo começou a neles botar o desenho do ferro da fazenda, pontilhado à ponta de ponção.

Algumas regiões desse mundão velho têm a usança de chocalhos desmedidamente graúdos. O desenho que fazemos reproduzir neste livro, de uma figura do antigo Egito, mostra um zebu enchocalhado com um desses gigantes. Será que o desmesurado tamanho corre por conta de algum erro de proporção do artista? Ou da precisão de um badalar mais alto para ser escutado nas planícies que margeiam o Nilo e o deserto, de vez que naquele tempo, é de se imaginar, o gado era ainda criado espalhado pelas terras indivisas do sem-fim?

Na Suíça, os chocalhos chegam a regular pouco mais ou menos o tamanho da cabeça de um homem! É bem verdade que o gado de lá é altamente especializado e manso, a ponto de ser traquejado até por mulheres e meninos. Mas é preciso não esquecer que a maior altitude naqueles cantões resulta em menor densidade do ar onde, conseqüentemente, o som caminha com mais dificuldade. E também por lá os pastos são entremeados de vales e montanhas com sovaços de serras, onde o tinido do badalar ricocheteia, se abafa, amortece e se perde das ouças dos seus pastores. Quem sabe o daí dessa usança.

6.4. Peia

Alça, comumente de sola tratada e de variado modelo, à moda de algemas, com que se prende os membros do gado para evitar que possa correr. Há duas qualidades de peias: a *peia de mão*, que algema os dois membros dianteiros; e a *peia de pé e mão*, que prende uma das mãos ao pé correspondente (direito ou esquerdo).

Habitualmente o vaqueiro leva para os trabalhos de campo a menor, i. é, a peia de mão.

A peia não impede o animal de andar, apenas de correr. Daí a justificativa alusiva ao homem casado dado a conquistas amorosas: “Cavalo peado (ou amarrado) também come [...]”.

6.5. Alforge

É feito de couro de criação, curtido, e mede uns dois e meio a três palmos de comprimento por pouco mais ou menos uns oito dedos de largura. Serve para conduzir comida. A boca fica justamente no meio do alforge e se fecha em correias. Quando em uso, é carregado preso às correias do talabardão da garupa, de modo que a boca fique na altura do espinhaço do animal, caindo as duas pontas para cada um dos lados da garupa.

O cardápio do alforge é quase invariável; é comida de sustância e de todo o dia na mesa sertaneja: paçoca de carne de sol com farinha de mandioca (XXX), rapadura e queijo.

Confirmando a tradição da comida de alforge, contava Bonato Liberato Dantas (1897-1955) que a família dos Mugunzá, conhecida em toda a ribeira do Espinharas, havia sido assim apelidada por ter um dos seus antepassados, em um adjunto de apartação, levado mugunzá nos alforges...

As propriedades no Seridó vêm minguando, a cada partilha de herança, a extensão de seus campos. Raras fazendas hoje têm cercados que ocupem vaqueiros em um dia inteiro em campos ermos. Assim, pouco a pouco, vai desaparecendo a necessidade da usança do alforge nos trabalhos do vaqueiro.

6.6. Borracha³⁹

Saco de couro curtido com gargalo e rolha de madeira em que se conduz água para beber. A constante revência⁴⁰ da borracha faz com que a água nela guardada se mantenha sempre fria, o que é explicado pela contínua evaporação do líquido porejado pela superfície do couro.

Cada dia que se passa, mais se observa o desuso da borracha pelos vaqueiros. A divisão e subdivisão dos cercados em propriedades já retalhadas rareiam, cada vez mais, os campos de léguas e mais léguas que tomavam todo um dia de trabalho na caatinga esturricada. Mas, quando assim faziam e ainda agora mais raramente o repetem – o alforge com a comida (paçoca) e a borracha

39 Cf. nota IX.

40 Rever: porejar, filtrar; deixar passar o líquido.

d'água são, em um lugar qualquer do campo, ocultados na rama de um pé de pau ou na sombra de uma loca de pedra.

Hoje, com o tráfego crescente de veículos por todos os sertões, é mais fácil se ver o uso da borracha – de modelo mais graúdo – na carroceria dos caminhões do que na garupa de uma sela...

7. Notas bibliográficas

I – “Os cavalos eram abundantes na Europa nos tempos paleolíticos. Que eram usados para alimento é atestado pelos ossos quebrados e desmembrados, na sua maioria de cavalos novos, à volta dos sítios de moradas antigas, como o de Solutre perto de Lião. Não eram provavelmente domesticados a esse tempo, mas caçados para alimento. O cavalo é um animal primariamente adaptado a regiões de campos abertos e, aparentemente, se tornou raro na Europa durante o Neolítico, com o aumento crescente das florestas... Os ossos de cavalos são raros nos depósitos neolíticos, mas os da idade do bronze incluem pedaços de freio e outros apetrechos, provando, assim, sua domesticação naquela ocasião. Provavelmente, todos os cavalos domesticados na Europa e oeste da Ásia descendem do cavalo de Tarpã, que ainda existia em estado selvagem no leste da Europa, na região que se estende da Prússia Oriental para o sul, mesmo tão recentemente como no século XVIII e talvez XIX... O cavalo aparece definitivamente na história do Ocidente antes de 2.500 a.C., quando os indo-europeus neolíticos, vindos da bacia do Cáspio, o trouxeram para Anatólia e, mais tarde, para Babilônia. LUSH, Jay L. *Melhoramento genético dos animais domésticos*. Rio de Janeiro, USAID, 1964.

II – FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 2. ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1951.

III – PORTO, Costa. *Estudo sobre o sistema sesmarial*. Recife, Imprensa Universitária, 1965.

IV – CARDIM, Fernão. *Narrativas epistolares*.

V – CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, Ministério da Educação e Cultura, 1965.

VI – L. C. Cascudo em nota de pé de página do estudo sobre as *Tradições populares da pecuária nordestina*, registra: “[...] o maior fornecimento de reses para o consumo era feito pelos criadores de gado do Rio Grande. Em 1635, os Conselheiros Políticos exaltaram a conquista final desta Capitania, como um benefício inestimável da fortuna. Sem o Rio Grande, os soldados holandeses tão miseravelmente tratados, com os sós recursos de armazéns, ficariam condenados a morrer de fome; sem o Rio Grande, a alimentação da população de Pernambuco em constante crescimento, seria uma coisa impossível”; Hermann Wätjen, *O domínio holandês no Brasil*, p. 442-3. Na tentativa de dezembro de 1631, quando os holandeses, dirigidos por Steyn-Callenfels, foram repelidos, houve saque nas vizinhanças de Natal. Uma testemunha de vista e paladar depõe, gabando o rebanho abundante. Numa rápida visita, avistara duas mil cabeças. “Durante três dias, consumimos mais carne fresca do que no decurso de todo o ano anterior”, escreveu Ambrosio Richshoffer, *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais*, p. 131. Joan Nieuhof informa: “O Rio Grande era, portanto, a única região de onde se recebiam quantidades ponderáveis de farinha e gado que minoravam em parte a escassez de gêneros reinante no Recife”. (*Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, 248).

VII – “[...] em 1676, Teodósio Leite de Oliveira, Teodósia dos Prazeres e Manoel Gonçalves Diniz recebiam datas de terra para po-

voar com seus gados. Três anos depois, em 1679, eram deferidas as datas da Serra do Trapuá (Acauã) a Luís de Souza Furna, Antônio Lopo e Pedro de Albuquerque da Câmara, sendo que o primeiro fora um dos comandantes das expedições contra os índios”. (AUGUSTO, José. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi Editor, 1954). “Em 1680, Sebastião de Oliveira Ledo desbravou o rio Espinharas, começando o serviço das cabeceiras, vindo até as Extremas, possivelmente onde é hoje a povoação de Barra de São Pedro. Ali se encontrara com os Pitãs da Bahia e com Teodosio de Oliveira Ledo, que foram os batedores do Piranhas ou Açú”. (MONTEIRO, Vergniaud Lamartine. *Monografia de Serra Negra do Norte*. Caicó: Tip. Medeiros, 1953). L. C. Cascudo (*História do Rio Grande do Norte*) diz que a tradição evoca uma sesmaria dada em 1670 aos Oliveira Ledo.

VIII – SAENZ, Justo P. *Equitacion gaucha en la Pampa y Mesopotamia*. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1951.

IX – *O Brasil em jornal*, n. 11, p. 8 (1547). Editora Reforma: Rio de Janeiro.

X – ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet, 1954.

XI – “A água conduzia-se na borracha, saco de couro que a tornava fria e límpida; nome vindo do português. Os indígenas amazônicos faziam-na com a seringa e daí denominar-se *borracha* ao látex da seringueira”. (L. C. CASCUDO. *História do Rio Grande do Norte*); “Saco de carregar água de uso universal. Segundo Teodoro Sampaio: mipibu – corrutela de *mbi-pibu*, o odre, o saco de couro,

vulgarmente chamado borracha”. (L. C. CASCUDO em n. t. de *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Henry Koster).

XII – GOULART, José Alípio. Escôrço histórico do couro. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16/ago./1964. *Brasil do boi e do couro*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1965 e 1966 (2 v.). *O ciclo do couro no Nordeste*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1966.

XIII – ETENE-BNB. *Estruturas da indústria pernambucana*. Fortaleza, ago./1962.

XIV – O Nordeste se caracteriza como exportador de couro cru, destinando 20% de sua produção para outras áreas do país e para o exterior.

Os principais estados exportadores de couro em bruto são a Bahia e o Ceará, responsáveis por mais de 70% das exportações dessa matéria-prima para o exterior. Por sua vez, a Itália e a Holanda são os principais mercados, absorvendo 71% das exportações. Esses países, juntamente com a Alemanha e a Inglaterra, também importadores de matéria-prima nordestina, pertencem ao principal grupo mundial de tradicionais países curtidores.

As exportações nordestinas de couro cru para o exterior caracterizam-se por uma flutuação bastante acentuada, havendo, porém, uma correlação entre os volumes exportados e a produção regional. Com efeito, nos períodos 1945/51 e 1955/59, a produção e a exportação mantiveram-se ascendentes, enquanto que no período 1951/55 decresceram essas duas atividades. Confirmando esse movimento simultâneo de produção e exportação no mesmo sentido,

ainda de 1959 a 1961, últimos anos para os quais se dispõe de estatísticas, essa correlação se manteve.

Os movimentos crescentes de exportação, por outro lado, são simultâneos a decréscimos nos preços de couro cru, de onde se pode concluir que as exportações de couro cru se intensificam com o aumento da produção e da queda dos preços. Vale ressaltar que os excedentes exportáveis aumentam justamente nas épocas em que decresce a produção dos curtumes regionais, em consequência das retrações periódicas do mercado de curtidos nordestinos.

Considerando o período 1941/1961, as exportações para o exterior alcançaram uma média de 5.800 toneladas, porém, entre 1952 e 1961, essa média baixou para 2.900 toneladas, significando um maior consumo de matéria-prima pela indústria regional de curtumes, uma vez que a produção interna de couro cru tem crescido.

Os principais estados importadores de couro em bruto produzido no Nordeste são Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul, para onde o produto é transportado por via marítima e via rodoviária. Em que pese a importância que ultimamente vem tendo esse meio de transporte, a ausência de dados estatísticos detalhados sobre o comércio por vias internas impede que se conheça o volume dessas exportações.

O Nordeste detém 18% da produção de couro bovino do país, dos quais 20% são considerados dos melhores do mercado, e uma criação de caprinos que soma 81% do rebanho nacional.

A produção de couro bruto de origem bovina na região foi estimada em 32.000 t. Para peles de origem caprina e ovina, a estimativa

é da ordem de 4.250 t. É provável que a produção real exceda essas cifras por não haver possibilidade de se computarem todas as exportações por vias internas. A produção dos curtumes é de cerca de 1.180 mil couros bovinos e 860 mil peles caprinas e ovinas.

Dos 102 curtumes existentes no Nordeste, 8 estão inativos e apenas 48 podem ser considerados empresas industriais, dentro dos padrões técnicos estabelecidos.

O Banco do Nordeste do Brasil S/A, através do seu Departamento de Estudos Econômicos (ETENE), promoveu, juntamente com a SUDENE, uma pesquisa completa sobre essa indústria, a fim de obter os elementos necessários à elaboração de uma política capaz de superar os obstáculos que têm impedido o desenvolvimento da mesma.

São as seguintes as principais conclusões apontadas pelo referido estudo no que diz respeito à industrialização de couros de bovinos:

- Há possibilidades para a substituição das exportações regionais de matéria-prima por curtidos, visando ao Centro-Sul, uma vez que os excedentes nordestinos de couro cru representam apenas 4% do que é curtido naquela região.
- A produção de matéria-prima é suficiente para atender a procura dos curtumes. As exportações para o exterior e para as outras áreas do país são da ordem de 6 mil toneladas anuais, representando cerca de 22% do total industrializado no Nordeste.
- A tecnologia desatualizada e o pequeno tamanho das empresas são responsáveis pela situação deficitária em que possivelmente a maioria delas se encontra. Estimativas de custos mostram que o

produtor de vaqueta, operando rotineiramente, somente poderá apresentar resultados positivos se tiver capacidade de industrializar um mínimo de 250 couros por dia.

Quanto ao beneficiamento de peles, conclui-se, principalmente, o seguinte:

– Um aumento substancial do curtimento de peles somente poderia concretizar-se através de curtumes de alta produtividade, visando a concorrência com empresas do Centro-Sul, que são supridas de matéria-prima do NE.

– A qualidade dos curtidos de peles produzidos atualmente no NE recebem satisfatória classificação nos mercados do Sul.

– A produção nordestina de peles excede a procura do curtume regional e cresce a uma taxa anual não cumulativa de 2,8%. O excedente exportável é adquirido pelos curtumes do Centro-Sul e pelo exterior, representando mais de quatro vezes a quantidade beneficiada pela indústria da área.

O treinamento de técnicos em curtumes; o financiamento para o reequipamento das indústrias; incentivos à instalação de novos curtumes de peles, tecnologicamente modernos; o estudo da viabilidade do aproveitamento industrial de subprodutos, bem como da possibilidade de se produzir na região alguns produtos químicos utilizados pelos curtumes são, em resumo, as tarefas que receberão incentivos do BNB e da SUDENE. (BNB-SRP 67/07 – *A exportação de couro do Nordeste* e 65/13 – *Maiores possibilidades para a indústria de curtumes no Nordeste*).

XV – “Durante a Festa Nacional do Couro, a instalar-se no Parque Ibirapuera, em São Paulo, no dia 6 de março, será lançado no mercado brasileiro novo processo para a depilação de couros e peles, que constitui a última novidade tecnológica no beneficiamento daquela matéria prima. O novo método foi apresentado em setembro, durante a semana internacional do couro, realizada em Paris. A depilação oxidativa, desenvolvida pelo Hoeschst, na Alemanha, com base num conjunto de agentes químicos conhecido como Imprabell Co., reduz o número de operações e elimina a utilização de diversos produtos químicos auxiliares empregados nos métodos tradicionais”. (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21/fev./65).

XVI – “[...] *a pair of nankeen pantaloons*. Em meados do século XVIII e XIX, as fazendas de Nanquim, tecidas na China, foram usadíssimas no Brasil. Eram tecidos de algodão e de ganga amarela, azul e vermelha”. (CASCUDO, L. C. in n. t. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Henry Koster).

XVII – Processo para obter fogo usado pelo sertanejo nordestino. Consta de uma ponta de chifre (geralmente de bovino) cheia de algodão; ao seu bordo prendem, com o indicador de uma das mãos, uma *pedra figo* (fígado) *de galinha* (sílex) e com a outra golpeiam-na com um pedaço de aço (ou lima). A faísca assim obtida inflama o algodão. Para apagá-lo é suficiente tampar a boca do chifre, o que fazem com uma rodela cortada do fruto da cabaça (*Cucurbita Lagenaria* Linn.) e presa à ponta do chifre por uma correia. O conjunto da pedra e lima é apelidado de *fuzil* – talvez em alusão às antigas armas de pederneiras também conhecidas como *bacamarte de chispa*, anterior à espo-

leta, em que a faísca para inflamar a pólvora era produzida por igual processo. Essa forma tosca de isqueiro, já em desuso, é por lá ainda conhecida pelos nomes de *artifício* ou *papa-fogo*. O artifício leva sobre o fósforo – além da economicidade – a vantagem de se obter fogo a despeito da maior ventania, desde que o operador golpee a pedra contra o vento; ou melhor, valendo-se da direção do vento para fazer a faísca cair no algodão.

XVIII – KOSTER, Henry. *Travels in Brazil*. Trad. bras. de Luís da Câmara Cascudo (*Viagens ao Nordeste do Brasil*). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

XIX – “Alpergatas, alpercatas, apragatas, seg. Constâncio: alpargas, alpargata, em árabe albarga ou abagat, calçado que tem o rosto enfiado de couro; calçado delicado para mulher, de veludo, seda etc. Alpercate: termo de sapato, abertura entre a orelha e a pala do sapato”. (CASCUDO, L. C. em n. t. de *Viagens ao Nordeste do Brasil*. *Op. cit.*) “O sertanejo usa a expressão *inchar nas apragatas* no sentido de enfurecer-se e dispor-se à luta; ex: *Se eu inchar nas apragatas, você se arrepende!* O mesmo que *queimar as apragatas* ou *queimar nas apragatas*. (MOTA, Leonardo. *Violeiros do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1955). Desde muito tempo que o sertanejo faz uso de dois modelos tradicionais de alpercatas – ou apragatas – maneira de dizer mais usada por eles. As *apragatas de rabicho*, que arremedam o tipo usado pelos franciscanos, tendo o rosto mais tapado e, comumente, enfeitado de desenhos pespontados em couro branco ou preto, se prendem ao pé por intermédio de fivelas. Com a invasão do automóvel, a partir da era de vinte, valeram-se dos pneus velhos para obter maior dura-

ção no solado. E quando da morte de Lampião, em 1938, surgiram modelos femininos, modernos e mais sofisticados, apelidados por lá de Maria Bonita – no estilo que acreditavam ser usado pela companheira daquele cangaceiro. A outra alpercata, mais pobre, singela, e de uso doméstico, é a *apragata de correia entre os dedos*, também conhecida como *apragata de chulapo* – dado o barulho característico que faz quando é usada em passadas ligeiras, não arrastadas. Lembra a conhecida sandália japonesa. A de andar em casa, de sola mais fina, é leve e cômoda; as de trabalho, usada pelos mais pobres, tem sola mais grossa, dupla, ou mesmo reforçada com pneu de automóvel.

XX – CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. *Op. cit.*

XXI – COUTINHO FILHO, F. *Violas e repentis*. Recife: s. ed., 1953.

XXII – CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradições populares da pecuária nordestina*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1956.

XXIII – FARIA, Juvenal Lamartine de. *Velhos costumes do meu sertão*. Natal, Fundação José Augusto, 1965.

XXIV – CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954.

XXV – “Crateús é o lugar onde se manufacturam as melhores selas no estado (CE), e o seu modelo continua tradicional até nos desenhos, assegura o Mestre Chicute. A do Cariri é a pior do mundo, por ser de carregação. A sela mais perfeita que se conhece é a da Pa-

raíba, que é a melhor do Nordeste, pois é toda montada em correias, não contando um só prego”. FEITOSA, Carlos. *A sela no artesanato do couro*. Bol. Antropologia, 4 (1): 67-90, dez./1960. Fortaleza, Ceará. [Essa nota não está sinalizada no corpo do texto original].

XXVI – GOULART, José Alípio. *O cavalo na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1964.

XXVII – GALVÃO, Hélio. Velhas heranças. *Bando*, ano III, v. II, n. 1. Natal, ago.-set./1951.

XXVIII – AUGUSTO, José. *Seridó*. *Op. cit.*

XXIX – FEITOSA, Carlos. A manufatura da sela, sua técnica e sua arte. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 4/dez./1960.

XXX – Paçoca – “Alimento que consiste, ordinariamente, numa mistura conserva de carne seca e farinha de mandioca, ou milho, às vezes acrescida de rapadura. Foram os aborígenes que nô-la forneceram. Paçoca: corr. *poçoca*, gersupino de *poçoc*, esmigalhar à mão, desfiar, pilar, esfarinhar. Paçoca é, pois, o desfiado, o pilado, o esfarinhado. É o alimento preparado com carne assada e farinha, piladas conjuntamente, constituindo isso uma espécie de conserva, mui própria para as viagens do sertão” (Th. Sampaio. *O tupi na geografia nacional*, p. 253). “A composição da paçoca não possui unidade, bem como seu preparo, no todo do país. Num mesmo estado, pode a paçoca alterar de composição, conforme a região. Enquanto no Sul da Bahia, p. ex., é feita de banana-da-terra com coco ralado, no centro e no Norte passa a ser obtida da carne seca pilada com farinha e rapadura, ou sem esta. Desigual também é entre os ameríndios. Bertoni verifica: Passoká –

farinha, mel e certas amêndoas assadas (castanhas de Bertholetia, noz de Pachira, amêndoas de palmeiras)”. CASCUDO, L. C. *Dicionário do folclore brasileiro. Op. cit.*

7.1. As plantas de que se fala⁴¹

AMOROSA – *Mimosa pigra* Linn., (?) da fam. das Leguminosas Mimosóideas.

ANGICO – *Piptadenia macrocarpa* Benth. da fam. das Leguminosas Mimosóideas.

BARANDÃO – ⁽⁴²⁾

CAMUNZÉ – *Pithecolobium polycephalum* Benth., da fam. das Leguminosas Mimosóideas.

CAPIM-BOI – ⁽⁴²⁾

CARDEIRO – *Cereus chrysostele* Vaupl. da fam. das Cactáceas.

CARRAPATEIRA – *Ricinus communis* Linn., da fam. das Euforbiáceas.

CUMARU – *Torresea cearensis* Fr. All., da fam. das Leguminosas Papilionóideas.

EMBIRIBA – *Guatteria* sp., da fam. das Anonáceas.

FACHEIRO – *Cereus squamosus* Guerk. da fam. das Cactáceas.

41 Cf. BRAGA, Renato. *Plantas do Nordeste e especialmente do Ceará*. 2. ed. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1960.

42 A bibliografia disponível não nos permitiu a distância e a despeito dos esforços identificar a nomenclatura científica dessas plantas.

FAVELA – *Cnidocolus phyllacanthus* Pax & K. Hoffm., da fam. das Euforbiáceas.

JOÃO MOLE – (42)

JOAZEIRO – *Zizyphus Joazeiro* Mart., da fam. das Ranáceas.

JUREMA – *Mimosa acutistipula* Benth. da fam. das Leguminosas Mimosóideas.

JUCÁ – *Caesalpinia ferrea* Mart., da fam. das Leguminosas Cesalpinioídeas.

MANGUE – *Rhizophora mangle* Linn., da fam. das Rizoforáceas.

MANGUEIRA – *Mangifera indica* Linn., da fam. das Anacardiáceas.

MARMELEIRO – *Croton hemiargyreus* Muell. Arg., da fam. das Euforbiáceas.

MOFUMBO – *Cobretum leprosum* Mart., da fam. das Cobretáceas.

OITICICA – *Licania rigida* Benth. da fam. das Rosáceas.

PEREIRO – *Aspidosperma pyrifolium* Mart., da fam. das Rosáceas.

PIQUI – *Caryocar coriaceum* Wittm., da fam. das Cariocaráceas.

QUIRI – (42)

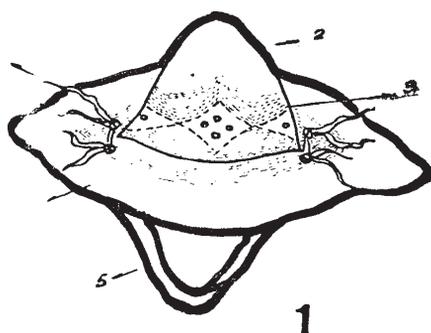
QUIXABEIRA – *Bumelia sertorum* Mart., da fam. das Sapotáceas.

SARJADEIRA – ? da fam. das Leguminosas Mimosóideas.

SUCUPIRA BRANCA – *Pterodon polygaliflorus* Benth., da fam. das Leguminosas Papilionoídeas.

XIQUE-XIQUE – *Cereus Gounellei* K. Schum da fam. das Cactáceas.

1. Chapéu de couro



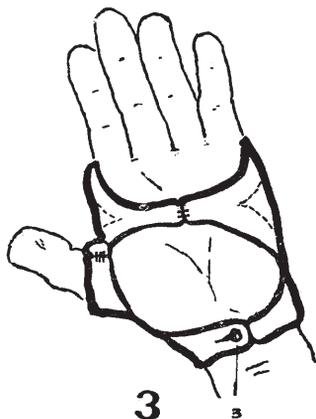
1 - Correias do barbicacho, em número de quatro para cada lado, que servem para regular o comprimento do barbicacho. 2 - Corapuça, feita de duas peças de couro. 3 - Matame, três couros superpostos, em desenho costurado à máquina, com furos para a ventilação. 4 - Abas, formadas por quatro couros superpostos. 5 - Barbicacho.

2. Luvas



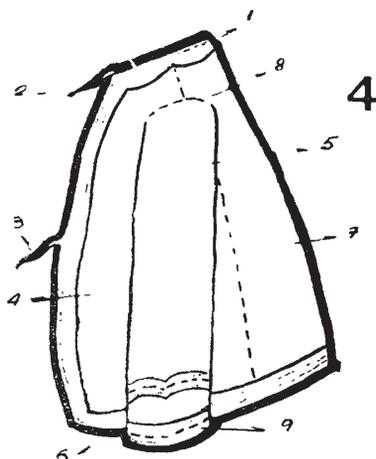
1 - Vista, em duas peças de couro. 2 - Luva, feita com uma única camada de couro.

3. Luva



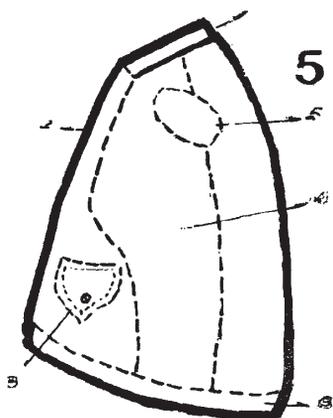
3 - Botão em nó de rosa.

4. Gibão ou vesta (lado esquerdo)



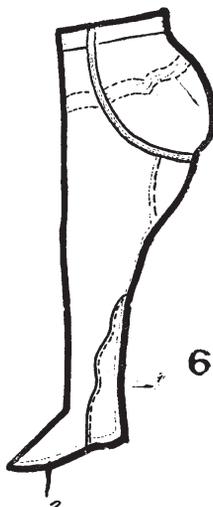
1 - Colarinho. 2 e 3 - Correias atacadeiras. 4 - Aba, com duas costuras à máquina e uma em pesponto. 5 - Manga. 6 - Punho. 7 - Costas. 8 - Costura de dois cabos. 9 - Costura em pesponto, ladeada por duas costuras à máquina.

5. Gibão (Averso)



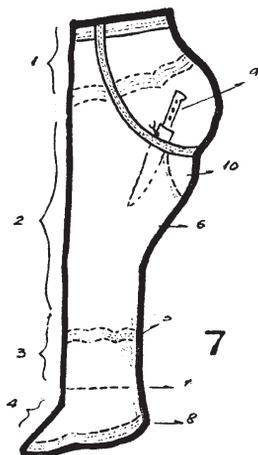
1 - Colarinho (em duas dobras). 2 - Barra. 3 - Bolso com botão em nó de rosa. 4 - Aba (a aba e as costas têm uma única camada de couro). 5 - Casa da manga. 6 - Barra, em couro duplo. Obs.: Todas as costuras internas são em dois cabos.

6. Perneira (perna direita)



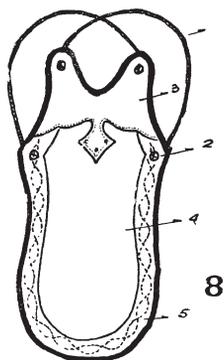
1 - Vista. 2 - Correia que se prende sob o pé.

7. Guarda



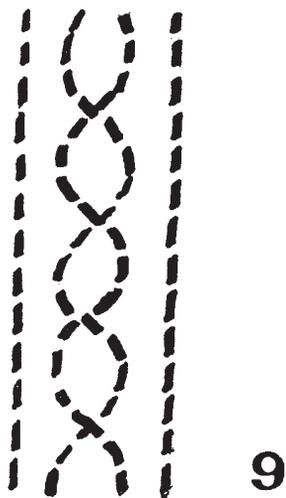
1 - Cós, em duas peças. 2 - Guarda (couro simples). 3 - Contraforte, em duas peças. 4 - Bico, idem. 5 - Duas costuras à máquina que ladeiam um pespontado de correia. 6 - Costura à máquina. 7 - Costura de correia. 8 - Costura de dois cabos. 9 - Faca. 10 - Vista do pé da coxa, em duas peças de couro.

8. Guarda-peito ou colete

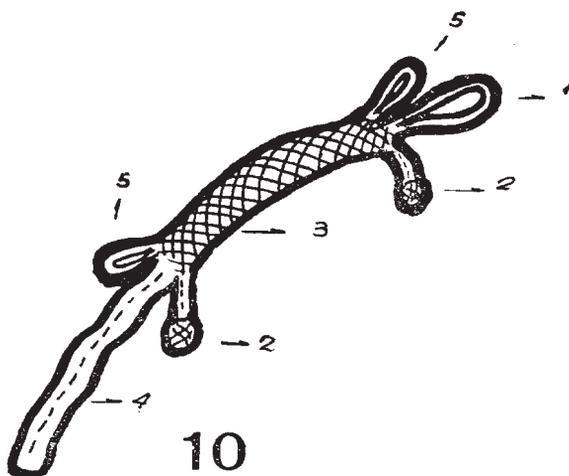


1 - Trança de couro em 4 pernas. 2 - Nó de rosa. 3 - Vista, em duas camadas de couro. 4 - Guarda-peito em peça única. 5 - Barra, reforçada em duas peças, com “desenho do oito”.

9. Desenho do oito

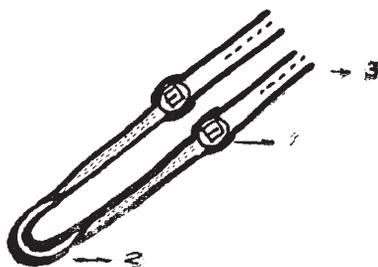


10. Ligeira trançada em couro curtido



1 - Alça com que se conduz presa ao pulso. 2 - Botão em nó de rosa que abotoa na casa oposta (5) transformando-a em peia de mão. 3 - Trança. 4 - Língua.

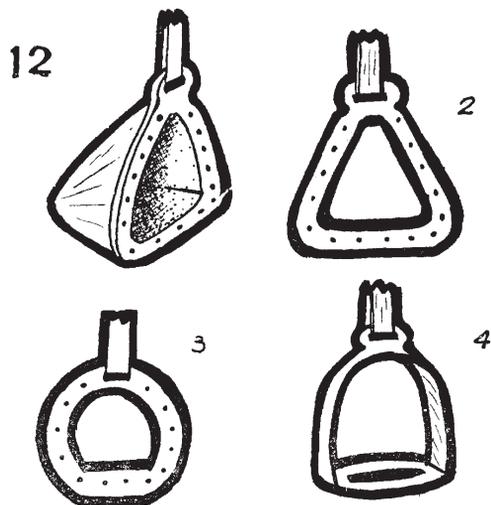
11. Rabicho



11

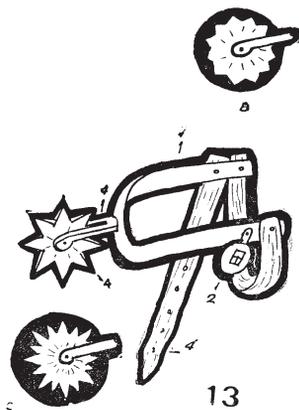
1 - Fivelas. 2 - Chouriço. 3 - Lápiz.

12. Estribos



1 - Estribo coberto, em armação de barandão, quiри ou embiriba (madeiras resistentes e flexíveis), revestido de sola e costurado em 2 cabos com fio da Bahia encerado. 2 - Estribo aberto, de madeira e sola, cravejado. 3 - Estribo aberto, de madeira e sola, cravejado, modelo redondo. 4 - Estribo de metal ferrugento, níquel ou prata.

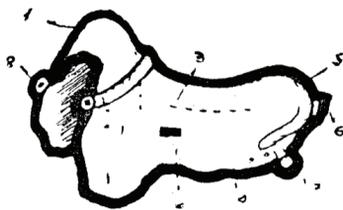
13. Espora



1 - Curva de metal ferrugento, níquel ou prata. 2 - Fivela do mesmo material. 3 - Cilha. 4 - Atacadeira. 5 - Cachorro. A - Roseta de pua ou de estrela. B - Roseta de serra. C - Roseta dente-de-piranha.

14. Arção

14

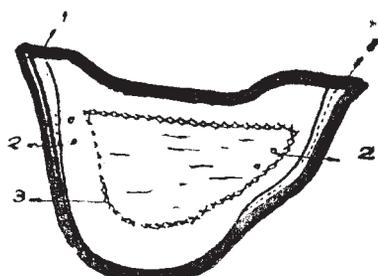


SELA ROLADEIRA

1 - Arção dianteiro, em esqueleto de curva de mofumbo que forma o Santo Antônio ou lua-da-sela. 2 - Casa do loro. 3 - Vão, pespontado em correias de couro cru (nas selas ginetas o vão é aberto). 4 - Ressafra ou espendras (uma de cada lado) que aparafusam um arção ao outro. 5 - Arção traseiro ou meia-lua. 6 - Aranha-do-rabicho. 7 - Pegador da rabichola (argola). 8 - Pegador do peitoral (argola). 9 - Furos das correias do talabardão.

15. Talabardão

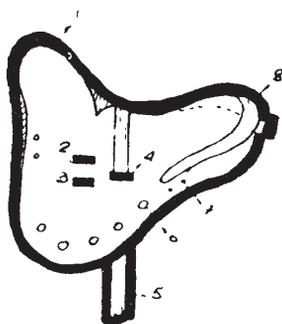
15



(Lado esquerdo): 1 - Dobra costurada à máquina com linha zero. 2 - Furos para as correias do talabardão. 3 - Costura de braceiro, em “X”, com linha de fio da Bahia, franzida, que forma o suador.

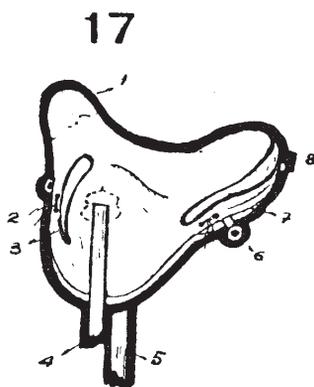
16. Capa-grande (em sola)

16



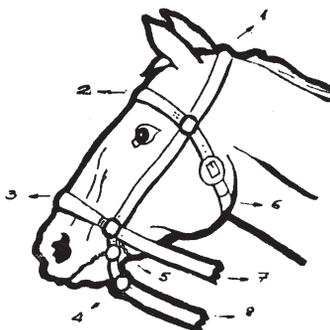
1 - Costura, no divisor das águas, que fecha as duas capas (lado direito com o esquerdo). 2 - Casas do loro; o loro entra na casa inferior (3) e sai na superior (2). 4 - Casa da cilha. 5 - Cilha. 6 - Desenho em rebaixador (marca do seleiro). 7 - Furos das correias do talabardão. 8 - Arção traseiro (não revestido pela sola). 9 - Costuras à mão com linha zero.

17. Capa do coxim



Revestida com a sobrecapa, a ela grudada, completando a fase final do acabamento da sela roladeira. 1 - Santo Antônio ou lua-da-sela. 2 - Correias do talabardão. 3 - Borraina (também chamada de canudo) dianteira. 4 - Loros que sustentam os estribos. 5 - Cilha. 6 - Pegador da rabichola. 7 - Suador. 8 - Aranha-do-rabicho. Obs.: A capa-grande fica aparecendo de vez que excede uns três centímetros.

18. Cabeçadas



18

1 - Cangoteira; 2 - Testeira; 3 - Cortadeira; 4 - Brida; 5 - Barbela; 6 - Sirigóia (cisgola); 7 - Rédea da cortadeira; e 8 - Rédea da brida.

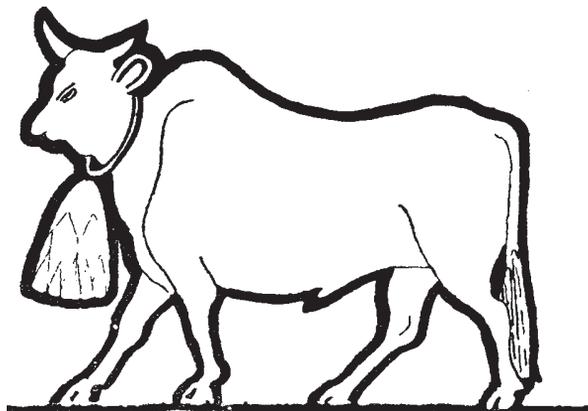
19. Peia de mão



19

Feita de sola tratada e que se abotoa em nó de rosa.

20. Zebu enchocalhado



20

Conforme gravura egípcia antiga que figura no livro de Saint Hilaire (Acclimatation et domestication des animaux utiles, 1861). Copiada de O gado indiano no Brasil, Octavio Domingues.

Seridó – Crescimento da população, por município, segundo os censos

Municípios	Área Km ² (*)	População					Hab/ Km ² (**)
		1940	1950	1960			
				Total	Urbana	Rural	
Acari	669	15.375	8.170	7.984	2.878	5.106	11,93
Caicó	1.413	25.233	24.214	27.447	16.233	11.214	19,42
Carnaúba dos D. (1)	248	–	3.473	4.223	1.453	2.770	17,03
Cerro Corá (2)	415	–	7.405	6.679	1.152	5.527	16,09
Cruzeta (3)	242	–	4.675	5.207	1.991	3.216	21,52
Currais Novos	973	23.279	21.028	21.300	8.522	12.778	21,89
Florânia	602	12.692	8.808	8.439	1.346	7.093	14,02
J. Piranhas (4)	391	–	5.750	6.283	1.265	5.018	16,07
J. Seridó	797	14.803	11.713	11.901	3.344	8.557	14,93
Jucurutu	946	9.672	9.366	10.803	1.925	8.878	11,42
Ouro Branco (5)	213	–	4.334	4.406	980	3.426	20,69
Parelhas	835	14.117	13.418	13.044	4.569	8.475	15,62
São Fernando (6)	371	–	–	3.554	345	3.209	9,58
S. João do Sabugi (7)	410	–	4.494	4.681	1.306	3.375	11,42
São Vicente (8)	214	–	3.636	3.252	831	2.421	15,20
Serra Negra do Norte	647	10.631	6.942	7.090	1.401	5.689	10,96
SERIDÓ	9.386	125.802	137.426	146.293	49.541	96.752	15,59
% s/Estado	17,7%	16,4%	14,2%	12,6%	11,4%	13,4%	–
Rio Grande do Norte	53.015	768.018	967.921	1.157.258	435.189	722.069	21,83

Fonte: IBGE – Os dados referentes ao ano de 1940 foram coletados do Anuário Estatístico do Brasil, ano VIII, 1947; os correspondentes a 1950 e 1960, do Anuário Estatístico do Brasil, 1961, inclusive as áreas dos municípios (*). A densidade demográfica foi calculada à base do censo de 1960 (hab/km²) (**).

- (1) Criado pela Lei Est. 1028 de 11.12.53, desmembrado de Acari.
- (2) Criado pela Lei Est. 1031 de 11.12.53, desmembrado de Currais Novos.
- (3) Criado pela Lei Est. 915 de 22.11.53, desmembrado de Acari.
- (4) Criado pela Lei Est. 146 de 23.12.48, desmembrado de Caicó.
- (5) Criado pela Lei Est. 907 de 21.11.53, desmembrado de Jardim do Seridó.
- (6) Criado pela Lei Est. 2333 de 31.12.58, desmembrado de Caicó.
- (7) Criado pela Lei Est. 146 de 23.12.48, desmembrado de Serra Negra.
- (8) Criado pela Lei Est. 1030 de 11.12.53, desmembrado de Florânia.

Rebanho existente – Seridó, RN, 1963

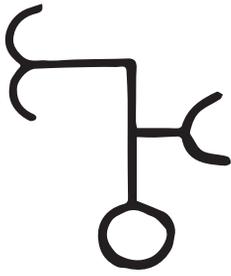
Município	Bovino	Equino	Asinino	Muar	Ovino	Caprino	Suíno
Acari	7.500	280	2.000	3.800	6.000	8.000	–
Caicó	22.000	980	7.400	1.250	19.500	14.900	5.100
Carnaúba	3.800	130	900	120	5.500	6.000	4.300
Cerro Corá	4.000	300	2.500	3.000	2.500	500	3.000
Cruzeta	4.600	172	1.000	250	4.500	1.800	2.000
Currais Novos	12.500	380	2.900	480	6.100	2.800	5.800
Florânia	7.000	150	820	350	2.500	3.000	2.470
J. Piranhas	10.100	440	2.000	120	16.400	1.200	3.200
J. Seridó	8.450	350	2.200	250	16.800	1.700	1.800
Jucurutu	14.300	150	1.500	500	15.000	10.000	10.000
Ouro Branco	2.900	170	1.500	110	8.500	2.600	1.000
Parelhas	4.700	310	1.750	580	2.300	2.200	2.100
S. Fernando	5.100	315	1.200	270	5.700	5.700	2.150
S. J. Sabugi	6.780	395	2.950	550	5.810	3.320	2.400
S. Vicente	1.700	54	600	125	950	950	700
Serra Negra	9.380	810	1.150	910	11.500	6.700	4.800
SERIDÓ	124.810	5.386	32.370	12.665	129.560	71.370	50.820
% s/Estado	18,65	6,19	22,79	17,83	20,27	12,67	8,62
RN	669.000	87.000	142.000	71.000	639.000	563.000	589.000

Fonte: Serviço de Estatística da Produção – Ministério da Agricultura.

**Nordeste – Comércio Exterior:
Participação dos principais estados
na exportação de peles cruas (1941/61 e 1955/61)**

Estados	Percentagens					
	1941/61			1955/61		
	Caprino	Ovino	Total	Caprino	Ovino	Total
Ceará	27,1	28,7	27,7	30,8	23,7	27,0
R. G. do Norte	7,7	14,6	10,7	17,8	27,9	23,4
Paraíba	18,4	18,5	18,5	16,4	14,5	15,3
Pernambuco	30,2	19,3	25,5	9,1	13,9	11,8
Bahia	16,1	18,2	17,0	25,7	19,3	22,1
Outros	0,5	0,7	0,6	0,2	0,7	0,4
NORDESTE	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: *A Indústria de Curtumes do Nordeste*. Banco do Nordeste, 1964.



Oswaldo Lamartine de Faria

Ferro de ribeiras
do Rio Grande do Norte

Aos que perderam o ferro
no quebrar das rédeas das
veredas da vida.

Em 1959, o agrônomo Guilherme de Azevedo era, em Natal, o executor do Acordo do Fomento Animal entre o Ministério da Agricultura e o estado. E além de semear algarobas do Cabo de São Roque à Serra das Varandas, sonhando encabelar nossos pelados chãos, botou-se a fazer o levantamento dos ferros das ribeiras do Rio Grande do Norte.

Principiou com um telegrama circular às prefeituras municipais. Algumas responderam. Teimou no pedido e teve umas poucas respostas. Transferido em 1961 para o Sul, me entregou pasta:

– Você se atreve a continuar?

Aí fui me valer do Instituto Juvenal Lamartine de Pesquisas Sociais da FJA (sociólogos José Augusto de Souza Peres e Florida M. Rodrigues) e por duas vezes mais da própria Fundação José Augusto, além de caningar Deus e o mundo. Aqui acolá pingava uma resposta. Mas, enquanto isso, os municípios se desmembravam desembestados que nem células cancerosas e as muitas secas e minguados invernos da vida me faziam engavetar aquela pasta. Aí foi o tempo que o arame farpado já aceirava todos os chãos de criar e ninguém mais queimava o lado esquerdo da rês com o ferro da ribeira que enferrujava na inutilidade do desuso. Era preciso esbarrar num ano marco. E fui me aconselhar com Cascudo, que decretou: “Esbarre em 1930 que é divisor de águas...” (Correspondência de 12/03/1979).

Esperançoso em completar os 40 municípios do RGN/1930 por três vezes, que nem peitica, voltei a endereçar aerogramas aos que faltavam...

E se assim vai – é o jeito. Quem vier atrás que feche a cancela...

Sumário

1. Do amansar do gado primeiro 129
2. E de como era ele assinado 133
3. A heráldica do ferro incendiado 137
4. Da feitura das marcas e da ferra 155
5. Do ferro da marca ao ferro da ribeira165
6. Anexos 181
7. Bibliografia 205

1. Do amansar do gado primeiro

De se imaginar, e dizem os livros que falam dessas coisas, que o bicho-homem, já nos derradeiros tempos da Idade da Pedra Lascada, ou no começo da Pedra Polida, é que principiou a domesticação do cachorro. Foi assim o cadelo o primeiro animal a viver com ele. Até então, tudo que era vivente de pena ou de cabelo que o homem conseguia caçar era para comer.

E é bem fatível que o primeiro cachorro que ele criou tenha sido tirado de uma ninhada e carregado para ser criado ou, quem sabe lá, até mesmo para ser adorado – de vez que alguns animais eram tidos como sagrados por muitos povos que vieram depois⁴³. E logo o bicho-homem deve ter aprendido que o cachorro era o seu melhor companheiro de caçadas. Aquele pequeno bicho de menor força tinha vista, ouças e faro mais apurados, além de carreira e presas para o adjutório de sua fome de carne.

43 “[...] os druidas adoravam os cavalos brancos; os egípcios, o boi Apis, o gato, o ganso e até os crocodilos; na Índia, também o Zebu recebeu e recebe veneração religiosa [...]; os gregos cultuavam a cabra; os judeus, o pombo branco; os romanos tinham o galo como um animal supersticioso” (DOMINGUES, Octavio. *Introdução à zootecnia*).

Com os tempos e com a ajuda do cachorro, é que deve ter conseguido acuar e pegar para criar e amansar a cabra e depois o carneiro, o boi, o porco, o cavalo e o jumento (ou vice-versa) – isso já na Idade do Bronze⁴⁴. Calculam os homens que estudam o começo das coisas que isso deve ter sido obra de bem uns sete mil anos antes de Nosso Senhor Jesus Cristo⁴⁵.

Por esse tempo é que descobriu a semente e a riqueza desse ou daquele pedaço de chão e deve ter despertado em alguns a inclinação para plantar, erguer um arremedo de casa e esbarrar o ciganismo daqui para acolá em que viviam... Aí, já amagotados em famílias que cresceram em tribos, principiaram a multiplicação das sementes das plantas e dos bichos...

Com o crescimento das parições, veio a precisão de saber a quem pertencia esse ou aquele bicho. Ensina a zootecnia que os animais primitivos, criados aí ao Deus dará, tinham o couro e o esqueleto mais grossos, menor porte, pelagem mais comprida, escura e uniforme... Muito tempo depois é que o homem, mais astucioso, ameigou os efeitos do clima, melhorou as forragens e, orientando as coberturas, desenvolveu tipos e raças para isso ou para aquilo, consoante o seu despotismo.

44 “[...] entre 5.000 espécies de mamíferos, apenas 16 são domesticadas e têm um papel econômico” (O homem moderno massacra seu futuro, *Jornal do Brasil*, 20/set./68, Rio de Janeiro).

45 DUERST in Octavio Domingues, op. cit. “Os ossos de cavalo são raros nos depósitos neolíticos, mas os da idade do bronze incluem pedaços de freio e outros apetrechos, provando, assim, sua domesticação naquela ocasião” (LUSH, Jay L. *Melhoramento genético dos animais domésticos*).

Assim, os primeiros bichos que o bicho-homem criou deviam apresentar mais parência um com o outro da mesma espécie e daí dificultar ainda mais o saber se esse era dessa ou daquela família ou tribo, de vez que viviam em regime comunitário. E com os tempos em saber se este é meu, esse é seu e aquele é de fulano...

2. E de como era ele assinado

Talvez o assinalamento primeiro tenha sido feito com cortes nas orelhas como ainda hoje se faz com as miunças em todo o *saartão da terra*. A usança parece milenar e comum aos povos pastores dos quatro aceiros do mundo:

[...] Em 30 segundos apenas Johan fez as incisões na orelha da rena – uma dentre as mais de 2.000 diferentes marcas de família – depois acrescentou a variante que a identificaria para sempre como propriedade de Nils.⁴⁶

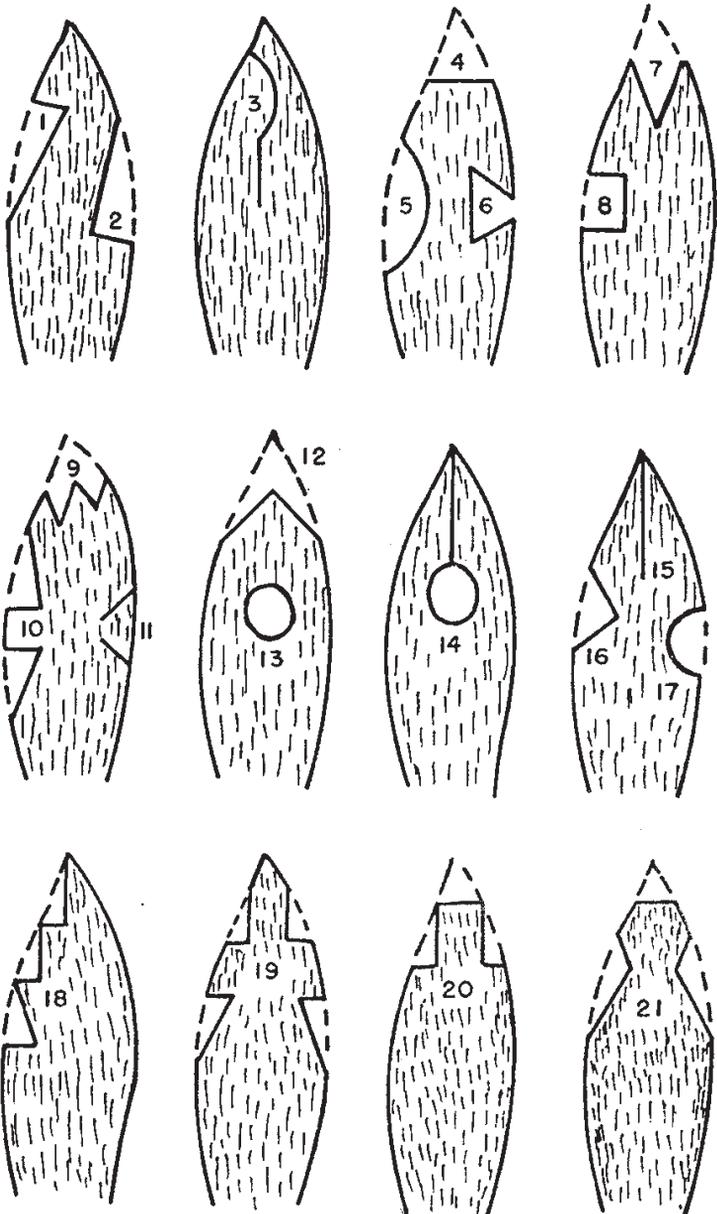
É o que em nossos chãos chamamos *assinar* (“marcar com pequenos cortes nas orelhas, o que o fazem com auxílio de uma pequena tábua e uma quicé bem amolada”). Assina-se hoje quase que exclusivamente as miunças (caprinos e ovinos); até bem poucos anos o gado bovino também era assinado. “Os cavalos são isentos desse afeamento” já registrava Gustavo Barroso⁴⁷. Cada criador tem o seu sinal (ou combinação de mais de um) com que identifica a criação de sua propriedade. Os desenhos pouco diferem de uma região para outra.

46 ELLIOT, Lawrence. *Nômades dos desertos árticos*.

47 *Terra de Sol*.

Em Acari, ribeira do Seridó, em meados das eras de sessenta, o finado Edmundo Gomes da Silva (1904-1980) rabiscou os sinais daquelas bandas aqui copiados que pouco diferem nos demais sertões do estado: “1 – canzil; 2 – entalhada; 3 – brinco-encoberto; 4 – ponta troncha; 5 – levada; 6 – barbilho; 7 – forquilha; 8 – boca-de-lagarta; 9 – garfo; 10 – dente; 11 – rodo; 12 – ponta de lança; 13 – buraco-de-bala; 14 – buraco-de-bala lascado; 15 – brinco, quando até a 1/2 (meio-brinco, 1/3 da orelha); 16 – arpão; 17 – mossa; 18 – meia escadinha (a escadinha completa recorta os dois bordos); 19 – muleta; 20 – bico-de-candeeiro; e 21 – palmatória. Os ladrões de cavalo sofriam a justiça popular, sendo assinados nas orelhas. E ainda hoje os que furtam miunças costumam vender os couros das peças subtraídas com os sinais modificados ou as orelhas amputadas; daí a expressão jocosa: ‘o sinal da criação dele é orelha torada!’”⁴⁸

48 FÁRIA, Oswaldo Lamartine de; AZEVEDO, Guilherme de. *Vocabulário do criatório norte-rio-grandense*.



3. A heráldica do ferro incendiado

Mas naqueles tempos o bicho-homem já conhecia o bronze. E quem sabe lá se espiando uma cicatriz de queimadura deixada em seu próprio corpo, ou no do próximo, não tenha atinado que podia também assim marcar os seus gados (?). De primeiro, devem ter se valido de uma haste de metal incendiada, mesminho como se gizava no sertão velho⁴⁹. Quem teve essa astúcia, adonde foi ou como foi – não deixou rastros de história nos livros que passaram pelos nossos olhos...

Areado, fui me valer de Hélio Galvão que, em carta de 28/mar./1979, respondava:

“[...] Junto Virgílio⁵⁰. Veja como aquela gente sabia amar os bichos. A forma de citar é Virgílio, *Georgicas*, III, 154-162. Não

49 “Giz – além do carimbo de ferro batido, com cabo de osso ou sabugo de milho, há uma espécie de buril – o giz. Com esse buril encandescido, os mais hábeis ferradores do sertão desenham na alcatra da rês, embora ela se mova ou escoucine, sem um erro, a marca da fazenda. É difícil; mas há sertanejo que alardeia só marcar com o giz, que é, no entanto, mais próprio para consertar os ferros que falharam, queimando somente aqui e ali. E por mais velho que seja o boi, o olhar experiente do sertanejo conhece se foi ferrado com a marca, se com giz” (BARROSO, Gustavo. Terra de Sol).

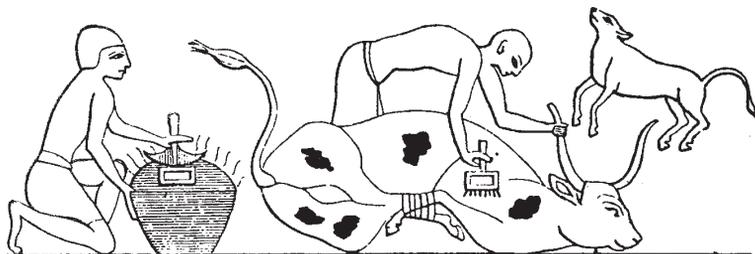
50 VIRGÍLIO (*Publius Vergilius Maro*), 70-19 a.C., no seu poema *Geórgicas* (37 a 30 a.C.).

conheço tradução portuguesa, mas o trecho assinalado, ajudado pela tradução francesa, é isto:

Principalmente não deixar de cuidar das vacas prenhes contra os grandes calores. Leva então o rebanho a pastar de manhã cedo, ao nascer do sol, e à tardinha, quando as estrelas anunciarem que a noite vem chegando.

Depois do parto, é preciso dispensar aos bezerras todos os cuidados. Primeiro marcá-los a fogo, com um sinal que identifique a raça, os que se destinam à reprodução, os que serão reservados para os altares dos deuses e os que te vão ajudar a cultivar a terra, indo e vindo para quebrar os torrões que erijam na planície: depois, é deixá-los pastar à vontade nos pastos verdes dos campos.”

E no Egito dos faraós já se ferrava o boi, conforme se pode ver em figura aqui reproduzida.



Ferra de gado, segundo uma pintura de Tebas (Alto Egito) com cerca de 2.000 anos a.C.

Ao que parece, os antigos tomaram gosto pelo *ferro caldo* (ou em brasa), dele fazendo uso também para marcar seus escravos⁵¹

51 “Os ferros para os cativos eram mais finos e pequenos que os das reses. Vimos no Museu Histórico três desses instrumentos de abjeção” (JÚLIO, Sílvio. *Terra e povo do Ceará*).

e castigar os que infringiam suas leis: a lei *Memmia* condenava o autor de uma injúria a ser marcado na frente com a letra *K* inicial de *kalumnia*, por *calumnia*⁵².

Em Portugal, também a justiça justificava com o ferro incendiado: “No foral antigo de Lourinha, confirmado por El-Rei D. Affonso II, no ano de 1218, se diz: [...] o que furta na casa, ou no campo, ou na eira, seja logo pela 1ª vez marcado na testa com hum ferro quente; pela 2ª vez ponhão-lhe 2º sinal: e pela 3ª enforcuem-no.⁵³ E *tomar ferro caldo ou em brasa* era tomar uma barra de ferro encendido nas mãos nuas, para provar a inocência, se o ferro não queimava a pessoa, que o tomava (Cron. J. I. por Leão *in* MORAES).⁵⁴

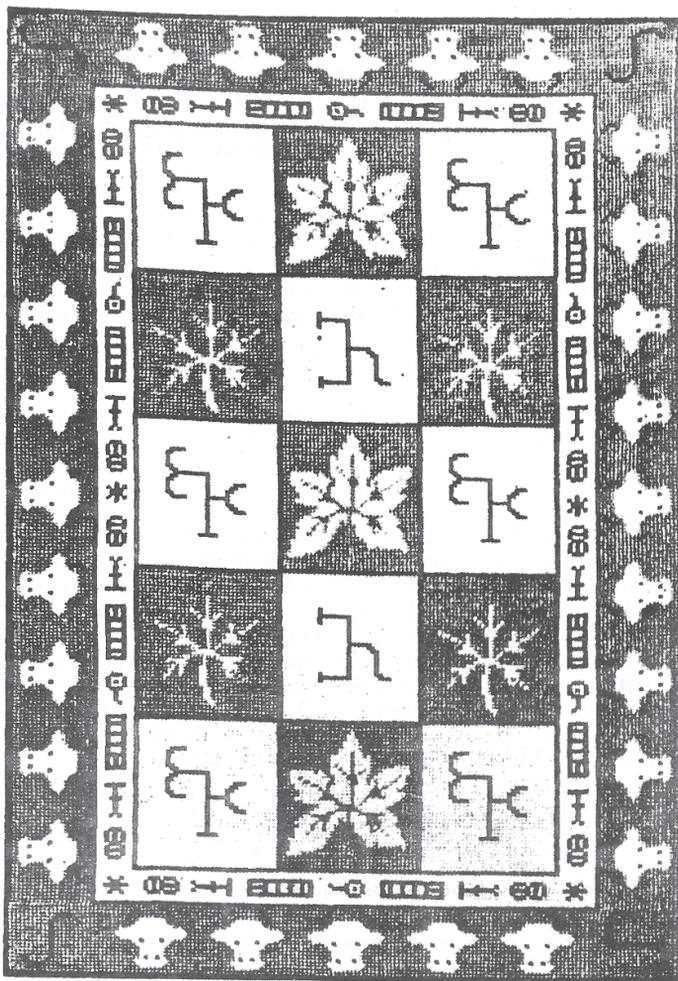
Deixando de banda as leis velhas para farejar o cheiro de couro de vivente chamuscado, a judiação parece que virou selo de propriedade e “nem mesmo mercadorias como homens e animais estão isentos de serem marcados [...] já foi muito praticada nos EE.UU. e, no Paraguai, as mulheres eram marcadas no seio, para serem reconhecidas como propriedade de um homem”⁵⁵.

52 CARVALHO, Antônio José Fernandes de. *Diccionario das instituições, usos e costumes dos romanos*.

53 VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*.

54 MORAES E SILVA, Antônio de. *Diccionario da lingua portuguesa*. Arnaldo de Souza Dantas da Gama (Portugal, 1828-1869), autor de romances históricos que se caracterizam por uma escrupulosa exatidão, descreve em O balio de Leça, passado em fins de 1324, o cerimonial chamado “o juízo de Deus”, i. é, a purgação por ferro-caldo.

55 RUDPFISKY, Bernard in LUZ, Milton. *A ferro e a fogo*.



Tapete em arraiolo e ponto de cruz com 1,32 x 0,92 m. Emoldura o motivo cabeças de boi, tendo nos quatro cantos o S da primitiva ribeira do Seridó. Em bordadura, motivos regionais de inscrições rupestres. Nos quadros, o ferro de Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956, alternado com folhas de algodão em dois contrastes de verde. O ferro dos quadros do centro é do Cel. Silvino Bezerra de Araújo Galvão (1836-1921). Projeto do autor. Execução de Maria de Lourdes Leão Veloso da Rocha. Foto Siqueira – Rio.

Useiros e vezeiros eram os mercadores em ferrar suas peças: “[...] possuem 20, 30 e mais escravos nos quais queimam, na testa e no peito, um sinal para podê-los distinguir uns dos outros”.⁵⁶ Também em algumas grandes senzalas dos engenhos, da catação do ouro e dos cafezais. Pelo Alvará de 24/nov./1813, o Príncipe Regente D. João proibiu essa malvadeza. Daí, quem sabe (?), os anúncios de jornais de negros fugidos publicados na imprensa do Rio de Janeiro, por volta de 1825-6, descreverem as marcas que tinham no corpo, lá deles.⁵⁷

Nos poucos inventários do nosso sertão-velho que passaram pelos nossos olhos, não nos acode a lembrança de negro cativo marcado com ferro. E eram, em todos eles, bem caracterizados pelo sexo, idade, defeitos físicos e habilidades. Pelo sim e pelo não, deitamos perguntação ao prof. Luís da Câmara Cascudo, que em carta de 10/maio/1975 esclarecia:

[...] essa conversa de ferrar negro nunca ouvi falar. Possível alguns amos sádicos, de excepcional selvageria. Mas exigiria massa escrava avultada, canaviais pernambucanos, baianos, cariocas, cafezais paulistas, mineração mineira no séc. XVII.

Olavo de Medeiros Filho, em carta de 25/jan./82, dizia a mesma coisa “[...] nos inventários lidos, não encontrei nenhuma referência a respeito do assunto.” E, a meu pedido, pesquisou o preço do escravo, em relação ao do gado (vaca) em diferentes datas.

56 RICHSHOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais* (1629-1632).

57 GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo*.

[...] em 1798, no inventário de Caetano Dantas Corrêa, o valor de uma vaca era de 7\$500 rs, e os escravos homens, os mais caros, 120\$000 rs, ou sejam, o equivalente a 16 vacas. Em 1847, no de Tomaz de Araújo (III), a vaca valia 16\$000 rs, e os escravos homens, mais caros, 450\$000 rs, i. é, 28 vezes o valor do gado. Em 1862, no inventário de Manoel Pereira Monteiro (III), o escravo mais caro foi avaliado em 1:300\$000 rs, o que equivalia a 52 vacas.

Assim, o preço de um cativo regulava, pouco mais ou menos, o de um automóvel nos dias de hoje. E ferrar é queimar, ferir, adoencar, enfeiar e desvalorizar... Ademais, essa judiação, mesmo mais para cá no tempo, entre os cabras de Lampião, parece que só era do agrado de Zé Baiano: “[...] perto de Penedo ferrô duas mulé na cara cum as letra du nome dêle (JB). Num era a premêra vez que Zé Baiano fazia isso, nem a úrtima. Às vêis, nun tinha rezão de ferrá e ferrava pru marvadeza”⁵⁸

Mas, deixando para trás os arroteios e retomando a conversa dos ferros, os que andaram escavacando a raiz do uso da marca a fogo no gado, para aqui trazido da outra banda do mar, especulam ter principiado com a regulamentação do *Consejo de la Mesta*, em 1499, na Espanha.⁵⁹

Contada e recontada que nem conversa de velho caduco é a história dos primeiros cascos de gado que fizeram rastros nos chãos do Nordeste. Um dos alfarrábios daqueles tempos é a carta

58 Memórias de Labareda (Ângelo Roque da Costa) in LIMA, Estácio de. *O mundo estranho dos cangaceiros*.

59 CASTRO, Francisco Alves de Andrade e. *Marcas a fogo usadas no Ceará*.

do governador Tomé de Souza ao Rei, datada de 18 de junho de 1551, onde se lê: “[...] Este anno passado veo a esta cidade a caravela Galga de V. A. com gado vacum que he a mayor nobreza e ffartura que pode haver nestas partes [...]”.

Está bem-visto que as barcadas de gado para aqui trazidas a partir da viagem da caravela Galga vinham para acudir a canga dos carros de boi, para a cuia de leite do sinhô, para se multiplicar em parições nas fazendas e reforçar de carne a dispensa da casa-grande, a fome das tropas e das populações das cidades e também para o giro tardo das almanjarras “de vez que os trapiches requerem sessenta bois, os quais moem de doze em doze horas revesados”.⁶⁰

Mas aquele mesmo gado que naqueles princípios trouxe o refrigerio da tração, da carne, do leite e do couro, também trouxe o desassossego para as lavouras, reclamando o estaquear de cercas. Daí as velhas pendengas entre os que criam e os que plantam...

As terras boas, os massapês gordos das várzeas, eram chão de cana, da mandioca, do milho e do feijão... Tangido para o *saartão da terra* – dez léguas arredado dos canaviais, como mandava a carta régia de 1701 – o rastro-fêmea do boi fez se alevantarem os currais, aceiros de lutas entre o cristão e o ameraba⁶¹. E porque sadios eram os ares e de sustância as pastagens, em 1633, quando da invasão dos holandeses, o Rio Grande do Norte já contava bem umas vinte mil cabeças.⁶²

60 CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*.

61 Ver Anexo III e VI, onde se legisla sobre as terras para a criação e a lavoura.

62 CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*.

De primeiro, é de se imaginar que a maior parte dos criadores marcava os seus gados gizados e com as figuras mais simples, talvez até pela dificuldade local de um ferreiro para forjar marcas de ferro-batido. Daí, quem sabe (?), a presença ainda viva na fala dos velhos vaqueiros dos nomes daquelas figuras: cruz, quadro, roda, puxete, martelo, “i” aberto (ípsilon), “i” fechado, escada, flor, pé de galinha etc.

Era o riscar primeiro e mais primário dos que distantes viviam das pancadas do mar, apascentavam rebanhos, subiam os rios secos do sertão, estacavam currais, erguiam casas de duas águas, faziam posses e, ilhados do outro mundo, viviam em seus mundos e conheciam quase tudo o que era seu do que não era seu pelos desenhos dos ferros.

Era a heráldica sertaneja forjada na luta sem canseiras de escapar das secas, à míngua de recursos, rasgando as carnes contra os espinhos da caatinga e a flecha do gentio, naquelas solidões do sem-fim. Não veio de mercês, das graças, dos feitos do agrado real, nem do frequentar os salões do paço. Foi gravada a ferro-caldo no viver da solidão de um anônimo e esquecido dos ermos da terra onde vaquejavam os seus rebanhos. Brasão sem cores nem cintilações, queimado a fogo no couro vivo dos gados, nas tábuas das portas, nos caixotes, nos teréns⁶³, nos mourões das porteiras, ou pintado em traços grotescos nos tecidos grosseiros das sacarias,

63 Ainda vi colheres de prata, de artesanato local, pertencentes ao meu avô materno, Cel. Silvino Bezerra de Araújo Galvão (Acari, RN, 1836-1922), com seu ferro gravado nos cabos.

com a nódoa indesbotada do feio-pardo do leite de pinhão-bravo⁶⁴
– melhor cantado por Otoniel Menezes⁶⁵:

Janelas e portas sujas
de riscos e garatujas
monogramas e sinais;
a fogo, acima, outras “marcas”
– são ferros de patriarcas,
que não prevalecem mais.

E se a gente quiser espichar conversa, basta lembrar que, mais no princípio dos tempos, até os desletrados reis ferravam o nome nos documentos – ferravam em cruz – como ainda hoje se diz. Mesminho como no sertão velho para muitos que não sabiam soletrar palavras nem tirar as quatro contas.

Assim, ferrar era que nem assinar, marcar, firmar a posse de cada coisa e dar as provas do que lhe pertencia. E o ferro do cidadão tanto tinha valia em papel como em couro de bicho, móveis, arreios, panos, chocalhos e, em areias das pancadas do mar, até em pés de pau:

[...] os coqueiros, marcados a ferro, que ele compra em terras que não são suas. Em Sibaúma, quase todos os coqueiros são de Osvaldo Moura, que não tem um palmo de terra. Lembro que uma vez li no Tratado de Cunha Gonçalves que isso mesmo acontece em algumas freguesias de Portugal, em relação a oliveiras. A árvore não adere ao solo, como está no Código Civil.⁶⁶

64 Pinhão-bravo. *Jatropha Pohliana* Muell. Arg., fam. das Euforbiáceas.

65 *Sertão de espinho e de flor.*

66 GALVÃO, Hélio. *Cartas da praia.*

Tinha a marca do ferro do cidadão o valimento de sua assinatura e posse. E ainda deve estar por lá, nas prateleiras do cartório velho da cidade de Aracati do Ceará, um processo – sobejo da seca de 1825 – folheado por Eduardo Bezerra Neto, dizendo:

Em plena seca de 1825 seu bisavô Cipriano Lopes Galvão, juntamente com José Bezerra Galvão, foram a Recife fazer as compras com que alimentariam o comércio deles no Seridó. De volta, pararam em Aracati e guardaram as mercadorias no depósito de um tio-avô cearense, Manoel Ignácio Bezerra, irmão de José Bezerra de Menezes, casado com Maria Borges do Sacramento. Ocorreu que Manoel Inácio veio a falecer naquela ocasião. Devido à seca, tinha dívidas. Os credores mais que depressa pediram em juízo a penhora dos bens do finado e conseguiram. Quando se fez a execução, entraram no meio, também, as mercadorias de José e Cipriano que em juízo pediram a liberação do que lhes pertencia. [...] No fim de tudo, os dois foram bem-sucedidos. Duas coisas prestaram-se para o sucesso da demanda: primeiro, os ferros nas caixas contendo as mercadorias (e no processo está o desenho de vários ferros), que serviram de prova de propriedade; segundo, a carta cuja cópia estou juntando, que serviu para provar que os dois estavam em trânsito. [...] O que interessa destacar em relação à carta, é que ela comprova o que a tradição guardou, acerca dos Bezerras do Rio Grande do Norte terem participado do esforço de defesa de Antônio Bezerra, implicado na Confederação do Equador. Uma outra coisa, é terem Cipriano e José tomado o vale do Jaguaribe como rota terrestre para irem ao Seridó, sendo a rota marítima Recife-Aracati.⁶⁷

67 Carta ao autor datada de Fortaleza, 28/nov./1969.

E lá nos sertões de Canudos, Euclides da Cunha⁶⁸ também viu e deu as provas:

A primeira coisa que fazem é aprender o *a b c e*, afinal, toda a exigência da arte em que são eméritos: conhecer os ferros das suas fazendas e os das circunvizinhas. Chama-se assim os sinais de todos os feitios, ou letras, ou desenhos caprichosos como siglas, impressos por tatuagens a fogo, nas ancas do animal, completados pelos cortes, em pequenos ângulos, nas orelhas. Ferrado o boi, está garantido. Pode romper tranqueiras e tresmalhar-se. Leva, indelével, a indicação que o reporá na solta primitiva. Porque o vaqueiro, não se contentando com ter de cór os ferros de sua fazenda, aprende os das demais. Chega, às vezes, por extraordinário esforço de memória, a conhecer, uma por uma, não só as reses de que cuida, como as dos vizinhos, incluindo-lhes a genealogia e hábitos característicos, e os nomes, e as idades etc. Desse modo, quando surge no seu logrador um animal alheio, cuja marca conhece, o restitui de pronto. No caso contrário, conserva o intruso, tratando-o como aos demais. Mas não o leva à feira anual, nem o aplica em trabalho algum; deixa-o morrer de velho. Não lhe pertence.

E arremata outro fixador de nossas velhas usanças.⁶⁹

[...] Se tiver necessidade de matá-lo, ele guarda a cauda e o tampo do couro com o ferro, para em qualquer tempo que o dono aparecer dar-lhes outro animal ou pagá-lo em dinheiro. Se o animal abatido é sem fogo ou orelhudo, ele procura o vigário e manda rezar missas em intenção do dono.

68 *Os sertões*.

69 ALBANO, Ildefonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*.

No entender dos vaqueiros do nosso sertão-velho, os traços linheiros, quebrados ou volteados, que se ajuntam para formar cada ferro, tinham, cada um, consoante a figura do pensar deles, um nome. E por todos aqueles mundos – do Siará Grande aos Cariris Velhos da Paraíba, passando pelos nossos chãos –, os homens, que se enervavam em couro de caatingueiro, batizavam com as mesmas palavras aquelas mesmas figuras.

Assim, para eles, ontem, e aqui-acolá, até ainda hoje, se atende por: *tronco* – um traço vertical e *puxete* se é na horizontal; *galho* – quando a ponta do tronco é quebrada, em batente, para a direita ou esquerda; *haste* – se a ponta de cima do tronco é meio quebrada, em ângulo de uns 45°; *i aberto* – é um ípsilon ou haste bifurcada; *i fechado* – quando o ípsilon se fecha em losango; *chopa ou flecha* – é um ípsilon com as farpas para trás, que nem uma flecha; *pé de galinha* – quando a haste se trifurca; *martelo* – é um puxete na horizontal que termina em tronco; *batim* – um tronco com puxete maior na base e um mais pequeno em cima; *quadro* – é um quadrado ou mesmo um retângulo; *cruz* – dois traços retos, um horizontal e o outro vertical, que se cruzam pelo meio; *enxada* – são dois troncos, regulando um a metade do outro, sendo este ligado ao maior por um puxete, à moda de uma cadeira espiada de través; *escada* – dois troncos unidos por dois puxetes como degraus de uma escada de pedreiro. Essas são as figuras de linhas retas. Agora as volteadas: *asa* – quando do tronco sai um traço em curva que nem a asa de uma caneca; *flor* – o tronco se bifurca como duas asas opostas; *roda ou lua* – é, como o nome está dizendo, um círculo; *meia-roda* ou *meia-lua* – é como uma lua ou roda pela

metade; *baú* – é uma meia-roda fechada em tampa reta, como a seção de um baú; e *balança* – que é formada por um puxete que se finda em baú, lembrando o braço de uma balança.



TRONGO



GALHO



HASTE



i ABERTO



i FECHADO



FLECHA



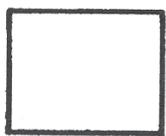
PÉ-DE-GALINHA



MARTELO



BATIM



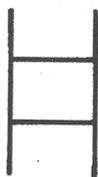
QUADRO



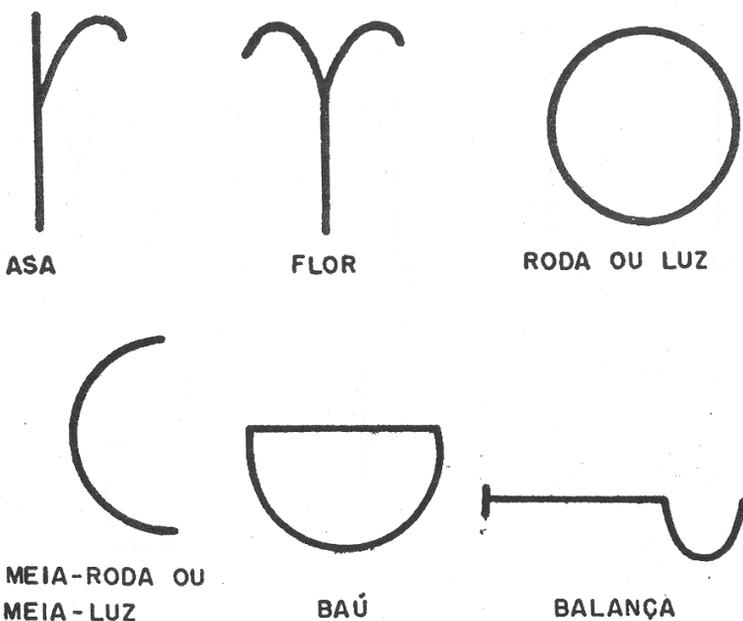
CRUZ



ENXADA



ESCADA



De primeiro, os campos eram em aberto. “A cerca quase que se resumia na estacada de pau-a-pique dos currais onde o gado era recolhido para a ferra e os benefícios [...]. No fim do inverno – São João ou Sant’Ana –, quando a pastagem madura principiava a secar, se dava começo à apartação. Numa fazenda previamente escolhida, que oferecesse mais acomodação nos currais ou por ser mais equidistante das outras, reuniam-se os fazendeiros com pessoas de suas famílias e seus melhores vaqueiros. A pega do gado começava sempre na segunda para ser levado à apartação na sexta-feira. Apartados os bezerros e poldros para o pagamento do dízimo, é que se principiava a ferra”.⁷⁰

70 LAMARTINE, Juvenal. *Velhos costumes do meu sertão*.

Fora do curral, um fogo com lenha de boa qualidade⁷¹ esquentava as marcas da ferra. No curral, o gado era laçado, um a um derrubado a muque e imobilizado – pé e mãos amarrados com arreadores de cabelo ou couro cru.⁷²

E enquanto um homem “quebrava” a cauda e forçava com o joelho o vazio de cada rês para ela não espernear, o outro alisava o pelo, sentava a marca candente, com a mão maneira – pouco mais que o peso do próprio ferro. Cheiros de cabelo e couro queimados se misturavam ao ar. Estrume fresco era passado na queimadura, para que descascasse sem virar ferida nem tomar bicho. Tempos depois, já nas eras de 30 para 40, passaram a usar óleo queimado de automóvel em vez do estrume. Diferente do silêncio-fazer do vaqueiro, a ferra era um trabalho alegre, de zoadas, mangação, gritos de avisos e cuidados, entremeados com o tropel e o berro-dor da rês ferrada.

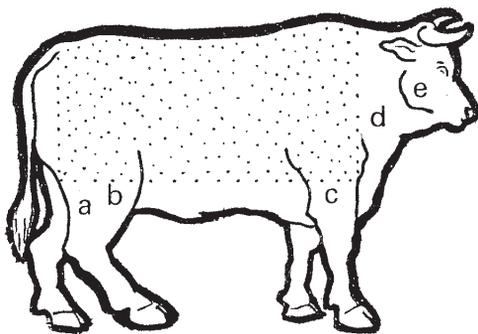
No quarto direito, era queimada a marca do proprietário, que podia ter ainda um número e carimbo. Um número, seguido da marca, e se a rês pertencia a uma de suas filhas mulheres. E um carimbo de diferença referente àquela fazenda, se o fazendeiro possuía mais de uma propriedade naquela mesma ribeira.

71 Jurema preta (*Mimosa acutistípula* Benth., fam. das Leguminosas), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis* Tul., fam. das Leguminosas), aroeira (*Schinus terebinthifolius* Raddi, fam. das Anacardiaceas) etc.

72 O brete só veio depois – lá pelas eras de 50. “Também nas estepes da Austrália, toda vez que uma fazenda resolve ferrar o seu gado os vizinhos são avisados para o adjutório com os seus vaqueiros. Isso eles fazem no período do estio quando o gado bebe, forçosamente, em determinados pontos da fazenda. Mesminho como nos sertões quando dizemos que o gado está *sujeito a bebida*” (JOHANN, A. E. *Steppenwind*).

Do lado esquerdo, a marca da ribeira (bacia hidrográfica principal)⁷³ que minguiu com os tempos, para designar freguesia e se apagar depois nos limites do município.

O gado orelhudo recebia a marca primeira na parte mais baixa da coxa, pouco acima do jarrete. Assim, uma rês, quando negociada, o novo dono ferrava sua marca acima da anterior. Revendida, o novo ferro era queimado acima do outro, caminhando do quarto para a pá e daí para a tábua do queixo. E isso vem ainda das leis velhas, do tempo em que o diabo era menino. Quando o couro principiou a dar dinheiro nos mercados daqui e da outra banda do mar, é que os mais zelosos deixaram de marcar no quarto e na pá, esbarrando a ferra e a contraferra um pouco mais arriba da linha da barriga, de modo a não queimar a parte mais rica do couro.⁷⁴



As letras a-b-c-d-e foram usadas em vez dos ferros-símbolos dos proprietários (lado direito) para melhor entendimento de sua evolução: perna, pá, pescoço e queixo. E foi livrada a parte mais nobre do couro (área pontilhada) conforme manda a Lei nº 4.714, de 29/jun./65 (ver anexo IX).

73 Ou “área ecológica de pastejo” – como prefere o agrônomo Guilherme de Azevedo.

74 E já em 1885, o § 2º da Lei Provincial nº 945 proibia, no município de Imperatriz (Martins), “ferrar-se gado vaccum outra parte do corpo que não seja a extremidade da coxa” (ver anexo IX).

Daí aquele sucedido contado e recontado na fresca dos alpendres no tempo em que o povo ainda sabia e conversava as coisas da terra. Diz que foi na campanha política de 1946. Um certo candidato a deputado estadual, vezeiro vira-casaca, procurou um velho fazendeiro, homem de família numerosa, muitos amigos e algumas centenas de votos contados. Depois de muito arroteio, conversas e promessas, cuida arrancar do homem-bom o compromisso de apoiá-lo nas urnas. O deferimento do artigo foi em cima da bucha:

– Não posso lhe dar meus votos não, seu doutor. É que se vosmicê fosse um boi tinha de ser ferrado na testa...

No quarto esquerdo, reservado apenas à ribeira, a rês só era remarcada se tivesse de ser retirada para outros pastos de outra ribeira.

Esse procedimento permitia ao sertanejo devolver uma rês tresmalhada à sua ribeira de origem e em lá chegando especular de que família era o “caixão da marca” até encontrar o dono.

Muita boiada descia dos sertões do Piauí para povoar nossos pastos. E foi-não-foi uma rês levava sumiço. É que o gado de retirada, aos primeiros sinais de inverno, costuma pender para os pastos de adonde veio. Daí aquela cantiga:

O meu boi morreu,
Que será de mim?
Mando buscar outro – ô maninha
Lá no Piauí.

Indivisas que eram as terras, aqui-acolá uma rês tomava os rumos do poente (Piauí) e, perdida na caatinga sem água, findava virando pasto de urubu, de onde o dizer sertanejo:

– Não sou boi do Piauí pra morrer com o cu pro nascente...

O arame farpado é astúcia de gringo⁷⁵. A partir de 1915 é que principiou aos poucos a ser grampeado nas estacas divisórias dos nossos chãos⁷⁶. Os limites do “o que é meu principia aqui e o seu esbarra ali” fizeram abrir picadas nos rumos das visadas dos teodolitos. E balisadas em seus rumos, se alevantaram cercas, quando na sabença graúda de Cascudo, “[...] o arame deu ao vaqueiro pela primeira vez, a impressão dominadora da posse alheia, a imagem do limite”.

75 Joseph F. Glidden, 24/nov./1874, em Illinois, E.U.A., foi quem primeiro fez o arame torcido com farpas que Jacob Haish (31/ago./1875) aperfeiçoou com fios duplos nos moldes que ainda hoje é usado. (WEBB, Walter Prescott. *The great plains*).

76 “Só em 1915 apareceu o arame farpado...” (NÓBREGA, Janúncio Bezerra da. *Saudades do Seridó*).

4. Da feitura das marcas e da ferra

A marca de ferro batido é forjada nas tendas dos ferreiros sertanejos. Acocorados no chão, alisando a terra, riscam com um graveto ou a ponta da faca o desenho, levam-no rabiscados em um pedaço de papel ou trazem mesmo um ferro velho, empenado e imprestável, para servir de modelo:

Baié traça uma, na areia.
– É de Antão das Zangareia!
explica Inácio Gogó.
Num tá veno o S cortado,
embora muito apagado?
– Rêbêra do Seridó.⁷⁷

O ferreiro espia, especula esse ou aquele detalhe, empreita o trabalho e dos mais zelosos escuta as velhas recomendações:

– ... de pouco fogo e que aguente calor.

Pouco mais ou menos, isso quer dizer: evitar os ângulos ou contornos miúdos ou muito fechados para que, no sarar da ferida, não venha a borrar, isto é, virar-se numa só e imprecisa chaga, em vez de descascar apenas no risco do desenho.

77 MENEZES, Otoniel. *Sertão de espinho e de flor*.

E a marca que aguenta fogo – a que retém por mais tempo o calor, permitindo, quando incandescida, ferrar maior número de reses – tem mais profundidade. Ou seja, a parte do ferro que queima o couro da rês é fina – uns 3 mm de largura; daí vai engrossando para cima, no rumo do cabo, coisa de 2 ou 3 cm de profundidade. A largura da parte superior (oposta à que ferra) é um tiquinho mais grossa, de modo a guardar mais quentura. Assim, uma secção do ferro daria a figura de uma cunha.

O cabo tem pouco mais ou menos uns dois palmos e meio e termina em espeto para nele ser enfiado um sabugo de milho ou pedaço de pinhão-bravo e proteger as mãos do vaqueiro da quentura. Dali, por *diferenças* – pequenos acréscimos em uma das pontas do ferro –, os filhos machos, a partir do mais velho, iam se diferenciando. As meninas-fêmeas usavam o ferro do pai seguido de um número: 1 para a mais velha, 2 para a segunda, e por aí vai...

Contavam os mais velhos que os escravos, quando conseguiam adquirir uma semente de gado, obtinham dos seus amos consentimento para usar o ferro da fazenda de cabeça para baixo. Esse costume sobreviveu entre a vaqueirice para ferrar o gado que lhe cabia na sorte⁷⁸, ou que criavam e ainda criam em terras das fazendas.

As marcas mais antigas e tradicionais são formadas de desenhos-símbolos e passadas de pai para filho por gerações sucessivas

78 Parte do vaqueiro na parição (1/4 dos bezerros e 1/3 dos cabritos). “Fabiano recebia na partilha a quarta parte dos bezerros e a terça dos cabritos” (RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*). “Em junho, após a ferra do gado novo, o vaqueiro tira as sortes, bezerros que lhe cabem em pagamento da pastoreação: um por quatro” (BARROSO, Gustavo. *Terra de sol*).

de criadores.⁷⁹ Assim *perder o ferro é*, no sertão, ver se finar por morrinha ou seca a derradeira rês. Os ferros com letras do alfabeto eram tidos como de criador novato, gente que veio da praça ou do comércio e não teve o imbrigo enterrado no mourão da porteira do curral.

Daí os intrincados e inexplicados desenhos de ferros que algumas vezes parecem arremedar “signos ligados à astrologia, ao zodíaco e à alquimia”, copiados dos almanaques e até mesmo das pedras de letreiro (inscrições rupestres) de todo o *saartão da terra*, como melhor destrincha Ariano Suassuna⁸⁰. Símbolos primitivos comum às “marcas de casa e de posse” e até às runas godas do século II, rastejadas por Rudolph Koch⁸¹.

Um desses traços ou, mais comumente, o ajuntamento de um com o outro, gizados a ferro candente no quarto direito da rês, formavam o ferro do cidadão. Herdado, adquirido, ou mesmo inventado quando para marcar a semente primeira de gado – era

79 Parece que essa usança arremeda uma outra, da outra banda do mar: “Carlos da Silva Lopes funde em cinco alíneas a doutrina heráldico-jurídica vigorante à época do Infante D. Henrique (1394-1460), o *Navegador*: a) O uso de brasão de armas não dependia exclusivamente de mercê especial do soberano. b) Cada indivíduo tinha a faculdade de assumir os símbolos heráldicos que preferisse. c) No caso de aparecerem armas iguais, em uso por indivíduos de famílias diferentes, cabia ao soberano decidir qual deles as devia manter e qual as teria de abandonar. d) Estava também nas atribuições do soberano dar um brasão de armas a quem lhe parecesse. e) O dono de umas armas podia doá-las a outrem” (CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da nobreza brasileira*).

80 *Ferros do Cariri, uma heráldica sertaneja*.

81 KOCH, Rudolph. * Alemanha, Nürnberg, 20/nov./1876, † Offenbach, 09/abr./1934. Gráfico, artesão, calígrafo, foi o mais importante e criativo calígrafo e diagramador de seu tempo. Abriu novos caminhos para a arte sacra através de seus trabalhos em metal para igrejas, desenhos de paramentos e pelo seu livro *Os símbolos cristãos* (1932). *Brockhaus Enzyklopadie*.

registrado nos livros da municipalidade⁸² e ali virava prego batido de ponta virada na legitimidade jurídica da posse⁸³. Aquele desenho básico era e ainda é chamado de *caixão da marca*⁸⁴.

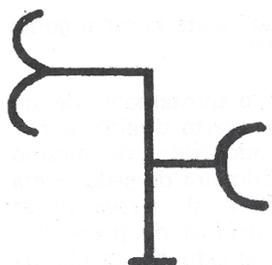
Contava o finado Pedro Américo de Oliveira, de vulgo Pedro Ouvires (Serra Negra, 1878, † Natal, 1964), vaqueiro, pequeno proprietário, tropeiro e mestre-maior de selas e arreios, que o ferro de meu pai, Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956), ele o teve por herança de seu bisavô materno, Joaquim Álvares de Faria (1800-1862), da Fazenda Arapuá. Coisa de bem uns 150 anos pra trás, indo ele de uma feita comprar gado no Piauí, ali adquiriu uma boiada com as respectivas marcas, do espólio de dois filhos de um fazendeiro.

É esse ferro formado por um *tronco* que se esgalha para a esquerda, onde esbarra em duas *meia-luas* viradas para a direita. Mais para o meio e à direita desse tronco sai um *puxete* que se finda no centro de outra meia-lua, também virada para a direita. No pé desse mesmo tronco é que seus filhos-homens fizeram as suas *diferenças*:

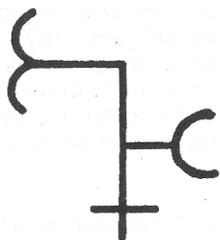
82 Ver anexo VII, Resolução nº 320 de 17/ago./1855: Manda que sejam registrados nos arquivos das Câmaras Municipais os ferros e signaes com que se marcam os gados dos respectivos municípios. O *Livro de Registro de Ferro e Sinal*, da Secretaria da Intendência Municipal de Mossoró, tem o seu primeiro ferro e sinais do criador José Costa. Registrados em 23/abr./1897, pelo seu secretário Manoel Thomaz de Oliveira Bilau.

83 Ainda em 29/mar./1939, o Decreto nº 523 do vizinho estado do Ceará, rezava em seu art. 1º: “A propriedade sobre o gado bovino, equino, asinino e muar é comprovada, no território do estado do Ceará, por meio de marca a fogo.”

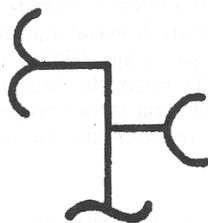
84 *Mesa* é como chamam nos Cariris Velhos da Paraíba (SUASSUNA, Ariano, *op. cit.*).



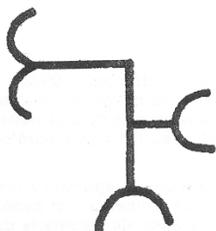
JUVENAL LAMARTINE DE FARIA
(1874 - 1956)



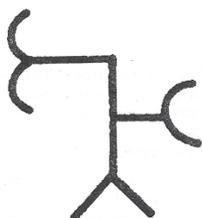
OLAVO
(1899-1966)



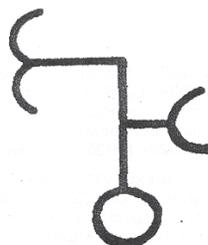
GLOVIS
(1901 -)



OCTAVIO
(1903-1935)



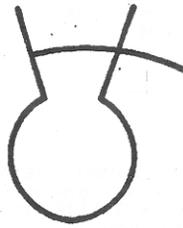
SILVINO
(1907-)



OSVALDO
(1919 -)

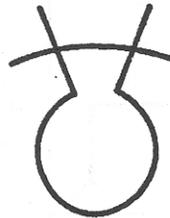
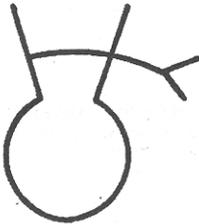
Cel. Rodopiano Fernandes de Azevedo (* 1856 † 1941)

Fazenda Cruzeiro e Alazão (Santo Antônio e Pedro Velho, RN), zona do Agreste.



RODOPIANO F. AZEVEDO FILHO

JOAQUIM FERNANDES DE AZEVEDO



**ADAUTO FERNANDES
DE AZEVEDO**



**EDGAR FERNANDES
DE AZEVEDO**



**BOANERGES FERNANDES
DE AZEVEDO**

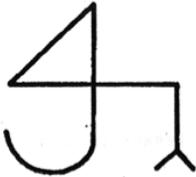


**ORLANDO FER-
NANDES DE
AZEVEDO**

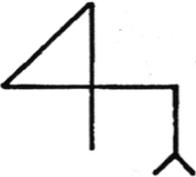
Obs.: O agrônomo Sérgio Guilherme de Azevedo, terceira geração do Cel. Rodopiano, conserva o caixão da marca, fazendo a diferença com um S na ponta direita da linha curva que corta o ferro do avô Joaquim.



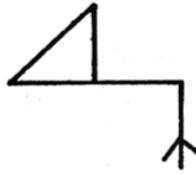
Por volta de 1739, SEBASTIÃO DE MEDEIROS MATOS, natural da Ilha de São Miguel, do Arquipélago dos Açores, já usava o ferro ao lado, aplicado no seu gado, que povoava a ribeira do Quipauá.



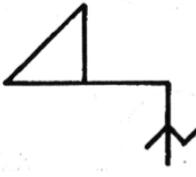
BARTOLOMEU JOSÉ DE MEDEIROS, morador na mesma ribeira, neto do açoriano Sebastião de Medeiros Matos, e que viveu de 1797 a 1894, possuía o ferro à margem, “descendente” daquele primeiro.



JOAQUIM ESTANISLAU DE MEDEIROS (1848-1921), filho de Bartolomeu José, e bisneto de Sebastião, ferrava os seus rebanhos com o ferro representado à esquerda.



FRANCISCO LEANDRO DE MEDEIROS (1880-1927), filho de Joaquim Estanislau, já trineto do velho açoriano, era detentor do ferro, cujo desenho é reproduzido ao lado.



OLAVO SILVA DE MEDEIROS (1907), filho de Francisco Leandro de Medeiros, tetraneto de Sebastião, utilizava o ferro à margem, à época em que ainda possuía fazendo de gado na ribeira do Quipauá. Note-se a conservação, por dois séculos, do mesmo “caixão” do ferro primitivo!...



OLAVO DE MEDEIROS FILHO (1934-), filho de Olavo da Silva Medeiros, 5º neto pela linha varonil de Sebastião de Medeiros Matos. O “quatro”, correspondente ao “caixão” do ferro da família Medeiros, persiste até hoje. Adotou o ferro do seu 6º avô, Rodrigo de Medeiros Rocha, pela circunstância dele apresentar a letra “O”.

O *caixão da marca* do ferro da família com as *diferenças* acrescentadas pelos seus descendentes forma o brasão queimado a ferro em brasa de uma heráldica que vem ainda dos começos daqueles sertões.

Um mais caprichoso estudo que vá até às nascentes de alguns desses ferros de velhos currais de gado, aqui-acolá ainda vivos, desbotados ou se desbotando, é muito capaz de arremedar as árvores genealógicas daquela gente. É que mesmo sem regras escritas dizendo que tinham de ser assim ou assado, conseguiram varar os tempos e tem deles com bem uns duzentos anos. Mas se no *incontinenti* não cuidarem em assoprar as brasas dessa tradição, com um pouco mais, dela restarão apenas as frias cinzas de heranças esquecidas.

O que é símbolo de sadio orgulho e maior respeito entre todos os povos pastores da terra está em nossos sertões se delindo pelo descaso de muitos e também pela indiferença e ignorância dos governos que zarolhamente intimam em unificar os ferros com artigos de leis gerados no mundo mais distante dos currais, mandando encangar os velhos ferros de família a um “sistema de numeração progressiva ordem e progresso”⁸⁵

Ainda em meados de 1959, os prefeitos de Nova Cruz (Joanita Torres Arruda Câmara) e de Touros, acudindo ao pedido do agrônomo Guilherme de Azevedo, que solicitava o desenho das ribeiras locais, mandaram também os ferros de algumas famílias

85 Ver anexo IX, Decreto nº 9.542, de 20/mar./1912, do Presidente Hermes da Fonseca.

de criadores. A riqueza plástica de alguns deles, e de tantos outros que passaram pelos nossos olhos, estão a merecer uma melhor valorização por parte dos nossos artistas.

E mais que entristece, envergonha constatar que o desmazelo do descaso está dando fim às raízes do nosso passado em troca do macaquear mazelas alheias. Quantos fazendeiros ainda conservam seus ferros avoengos queimados no couro vivo das reses, nos mourões das porteiras, no tabuado das portas, na tinta das sacarias ou nos azulejos das louças?⁸⁶ Quantos ainda guardam – mesmo como lembrança ou peça decorativa – rebenques, estribos e esporas de prata dos tempos dos animais de sela ajaezados? E saibam que eles existiam por quase todos que tinham e estimavam um bom animal de sela – o transporte daqueles dias.

Somente no Seridó, de 1754 a 1875, em treze inventários de homens escolhidos ao acaso por Olavo de Medeiros Filho, dez arrolavam: “[...] um par de esporas de prata com 46 oitavas [...] com 94 oitavas [...] de prata, lavrada de ouro, com 72 oitavas” para não falar nos estribos, bridas e fivelas.⁸⁷

E toda essa tradição parece que está sendo arredada das lembranças e varrida das casas como uma nódoa. A obrigação de mantê-la viva não é por soberba descabida e sim por respeito ao

86 Contados e cantados em seus feitos e de cobiçadas crias é o gado com os ferros da região andaluza, como os de Gavira Sanchez (Salvador), considerados dos mais antigos da Espanha: “Nos séculos XV e XVI, os seus toiros já jozavam o privilégio de abrir praça nas corridas reais” (BARRETO, Mascarenhas. *Corrida, breve história da tauromaquia em Portugal*).

87 MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*.

tempo que se foi, pois é com os cacos das coisas que se reconstitui um passado e se argamassa a história de um povo.

Os mexicanos cultuam como joias as esporas de Amazoc e Oaxaca na arte maior de seu ferreiro Dom Joanito. Os portenhos estufam o peito com orgulho de suas bridas, esporas, estribos e adereços – confiados aos Museus de Guiraldes, Santo Antônio de Areco, José Hernandez e coleções particulares. E tamanho é o culto americano pelo seu oeste bravio, que mantém uma revista: *Artists of the Rockies and the Golden West*. A mesminha coisa, em mais pequeno ou mais graúdo tamanho, sucede na Austrália, Espanha, África do Sul, China – enfim, em qualquer chão de maior sabença e respeito pelo seu passado.

5. Do ferro da marca ao ferro da ribeira

Não carece se imaginar muito para calcular o que deve ter sido usado primeiro: a marca ou a ribeira? Ora, a precisão de saber o “esse é meu e aquele é seu” deve ter nascido na família, no grupo ou na tribo, ainda nos começos da história da criação dos bichos. E eles deviam gizar suas marcas em qualquer parte mais visível, tanto de um lado como do outro do corpo do animal.

E naqueles tempos os rastros do homem e o do gado cresciam pelos chãos das terras sem fronteiras. Era o quebrar da barra do criatório, onde essa ou aquela tribo, grupo ou família, aqui ou acolá, é bem fatível ter esbarrado com um animal de marca desconhecida deles. E até adonde iam o direito ou o respeito pelo alheio não sabemos. Mas é de se imaginar as muitas pendengas daí principiadas. Cortamos rastro pelos papéis dos que escreveram sobre o princípio das coisas, mas o tempo apagou o rastro ou turbou a nossa vista...

Dizer que o direito é a disciplina dos costumes de cada povo é como gaguejar cocada de coco de coqueiro... Talvez, um dia, depois de muito sangue de gado e de gente derramado, tenham os mais sisudos atinado da precisão de um sinal qualquer para diferenciar que aquela rês ferrada com uma marca desconhecida dos dali era gado dos que criavam mais arredados dos seus horizontes. E assim devem ter se entendido...

Ou, sei lá, o diferenciar das regiões do criatório não tenha aparecido quando das repartições por freguesias feitas pela Igreja velha:

A instituição remonta tipicamente ao século IV e é no Concílio de Arles, cânón-21, ano de 314, mencionada a existência do clero rural. No Concílio de Calcedônia, ano de 451, cânón-XVII, usa-se pela primeira vez a paróquia como divisão diocesana.⁸⁸

E de lá, quem sabe, o uso velejou para cá, onde as freguesias se perdiam nos confins de muitas léguas de chão deste mundo velho de meu Deus: “Depois da instalação do arcebispado da Bahia (1682), criaram-se freguesias no sertão, enormes, de oitenta, cem léguas e mais...”⁸⁹

Retomado, aqui-acolá, o rastro perdido, daí pra diante muitos criadores principiaram a queimar, além da sua marca (sinal de propriedade), uma outra, combinada entre os que por ali criavam, para designar a região ou freguesia do seu criatório.

O Município era a segunda etapa do mundo administrativo e político. A primeira era a Paróquia, a Freguesia consagradora do esforço cristão e uno.

As paróquias no período colonial eram criadas por Alvará Real. Assim nasceram a do Natal, já existente em 1601, a do Assú, viva em 1629, a da Vila Flor, funcionando em 1742, a de Goianinha, mencionada em 1744, a do Caicó, criada a 15 de abril de 1748, a de Estremoz, a 6 de julho de 1755, a de Paus dos Ferros, a 19 de dezembro de 1756, a de Arez, a 8

88 CASCUDO, Luís da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*.

89 ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial*.

de maio de 1758, a de Portalegre, a 9 de dezembro de 1761, a de São José, a 22 de fevereiro de 1762, a do Apodi, a 3 de fevereiro de 1766.⁹⁰

Parece que, de princípio, havia dois critérios para as ribeiras: o critério fiscal e um outro que seria o de referências, para individualizar e localizar as terras. Nos livros de escrituras e cartas de sesmarias, a gente vai esbarrando nisso. É que, retalhando o chão mais graúdo no mais miúdo – bacia hidrográfica, freguesia e município –, ficava mais fácil e conhecido o pequeno grande mundo de cada um.

De primeiro, letras ou traços demarcavam os pastos das criações pelas bacias dos rios de maior curso ou importância, algum outro acidente geográfico ou até mesmo o nome do santo padroeiro do lugar. A sabaença do preto no branco dos livros velhos assim parece confirmar:

RIBEIRA – Províncias do Norte – Distrito rural que compreende um certo número de fazendas de criar gados. Cada ribeira se distingue das outras pelo nome do rio que a banha; e tem, além, um ferro comum a todas as fazendas do distrito, afora aquele que pertence a cada proprietário.⁹¹

Mas também é de se imaginar uma talvez confusão entre a parência do desenho de um ferro do fazendeiro com o da freguesia, fazendo-os estabelecer: (a) do lado direito – o ferro do proprietário e (b) do lado esquerdo – o da ribeira ou freguesia.

90 CASCUDO, Luís da Câmara. *Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*.

91 ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *Diccionario de vocábulos brasileiros*.

Tanto assim que a Lei Provincial nº 241, de 20/set./1841, no vizinho Siará Grande, determinava:

Art. 1º – Haverá em todos os municípios um distintivo para com ele se marcar o gado vacum e cavalar na parte esquerda.

Art. 2º – Todas as câmaras se comunicarão reciprocamente os seus distintivos, e os notarão com um próprio em um livro aberto.

E MARTINS	M MOSSORÓ	C NATAL	3 NOVA CRUZ
T PAPARY	S PARELHAS	S PATU	3 PAU DOS FERROS
Y PORTALEGRE	2 PEDRO VELHO	X S. DO MATOS	T SANTA CRUZ
J SANTO ANTONÍO	P S. GONÇALO	T S. J. MÍPIBU	1 S. MIGUEL
P SÃO TOMÉ	S SERRA NEGRA	V TAÍPU	N TOUROS

 ACARÍ	 ASSU	 ANGICOS	 APODI
 AREIA BRANCA	 AREZ	 A. SEVERO	 BAIXA VERDE
 CAICÓ	 CANGUARETAMA	 CARAUBAS	 CEARA' MIRIM
 CURRAIS NOVOS	 FLORES	 GOIANINHA	 J. SERIDO'
 LAGES	 LUIZ GOMES	 MACAIBA	 MACAU

Por tudo que foi espiado, lido e perguntado, parece que, para principiar de um começo, se pode tomar o rastro das ribeiras ainda em 1774, na “Idéa da população [...] do Governador e Capitam General José Cezar de Menezes” (ver anexo I), que repartia a Capitania do Rio Grande do Norte em cinco ribeiras: Norte, Assú, Apodi, Seridó e Sul, somando 1 cidade, 5 vilas, 5 freguesias, 283 fazendas, 25 capelas, 4.440 fogos (moradias) e 21.407 pessoas de desobriga.

Daí para frente, da Serra das Varandas, que entesta em terras do Siará Grande, ao Cabo de São Roque, que se fina nas areias molhadas e salgadas das pancadas do mar, quanto mais escasseavam os rastros do caboclo brabo mais imbigos de cristão e de suas criações eram cortados. E, para agasalhar o bicho-homem e os seus bichos, mais casas e currais eram alevantados por todos os logradouros dos sertões da terra.

A letra *C* de cidade – na *ribeira do Norte* – vem ainda dos princípios: “[...] Manoel Mascarenhas Homem estava na Cidade do Natal onde concedeu, a 9 de janeiro de 1600, a primeira sesmaria, à margem esquerda do rio, numa *água a que chamam de Papuna*. Natal jamais fora Povoação nem Vila. Nasceu Cidade. Demarcou-se o sítio da Cidade [...]” – quem conta é Cascudo⁹². E esse *C* varou os tempos. Ainda coisa de uns 30 ou 40 anos, quando o leite que se bebia em Natal vinha das vacarias que se espalhavam por aqueles arredores, a *ribeira do C* ainda ferrava a anca esquerda de suas reses.⁹³

O ferro da *ribeira do Sul* é muito fatível ter começado a ser queimado quando da criação do município de São José do Mipibu, em 1758. Nele é usada a letra *T*, bacia hidrográfica que é do Rio Trairi.

A *ribeira do Assú* é a letra *A* – lavada que é pelas águas do Assú ou Piranhas. Pelo ofício nº 18/66, de 10/fev./1966, a prefeita Maria Olímpia Neves de Oliveira respondia ao professor J. Augusto Souza Peres, Diretor do IJL/FJA-Natal: “[...] fundado pelo Governador-Geral Bernardo Vieira de Melo, em 1696, depois com o

92 CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da terra*.

93 Inf. dos irmãos Manoel e Salviano Gurgel. Natal, ago./1983.

nome de Vila Nova da Princesa, por Lei Provincial, a 22/jul./1766, e hoje com o nome de Assú, por Lei Imperial de 16/out./1845.”

A *ribeira do Apodi* ferra com “[...] as letras iniciais AP (geminadas). Não disponho de elementos para informar a data em que se estabeleceu a marca. “Presume-se quando da criação do município, em 11/abr./1833”, é o que respondeu o Sr. Prefeito Valdemiro Pedro Viana (Of. nº 06/72, de 25/mar./1972).

Ribeira do Seridó – “[...] depois da criação do município, em 31/jul./1788, com o nome de Vila do Príncipe e posse do Sargento-Mór Cipriano Lopes Galvão, seu primeiro administrador, foi, por resolução deste, adotada a antiga marca S”, of. nº 39/59, do Sr. Prefeito do Caicó, Ignacio Bezerra de Araújo, ao executor do Acordo do Fomento Animal, do Ministério da Agricultura.

O S da ribeira seria decorrência da inicial da bacia hidrográfica do Rio Seridó ou, quem sabe, da padroeira local, Sant’Ana, que vem dos idos de 1748? Em outros municípios, como veremos mais para frente, aqui-acolá a inicial do nome do padroeiro fica sendo o ferro da ribeira. No caso de Caicó, parece mais ter valido a do Rio Seridó, tanto assim que se diferenciou tempos depois em todas as outras ribeiras da região.

Acertado aonde principiava e se findava a ribeira do criatório, a mais das vezes ainda quando as coisas do estado se misturavam com as da Igreja, cada comuna cuidou em adotar a sua marca. E com ela o gado passou a ser ferrado do lado esquerdo. Assim, o animal só era contraferrado (na banda esquerda) se fosse vendido para outra ribeira.

Criado o município, era criada a sua letra de ribeira, necessidade que se impunha por toda a zona do criatório. E muitas delas vêm ainda do tempo do Império, quando se principiou, por tudo quanto é canto, o chaleirismo geográfico que, na República, se alastrou de forma epidêmica.

Num país adonde não se guarda papel, não se pode rastejar os acontecidos e datas do seu passado. Lá uma vez perdida, um prefeito mais zeloso – alguns de período posterior a esta pesquisa diz: “[...] sancionei a lei que adotou o ferro-ribeira com as letras S sobre um J como homenagem a São José”⁹⁴ ... achou por bem esta Edilidade conservar a ribeira do município de que foi desmembrado (Acari), acrescido da letra C de Carnaúba, dos Dantas.”⁹⁵ E tem melhores exemplos de desdobramentos de municípios, depois de 1930, mas que merecem ser transcritos: “O município de José da Penha, desmembrado de Luiz Gomes, foi instalado em 9/ fev./1959. Adotei o algarismo 5 como ribeira, considerando que Luiz Gomes adota o número 2, e os vizinhos, Pau dos Ferros 3, São Miguel 1 e Marcelino Vieira 4”⁹⁶

Assim, vamos tentar rastejar o porquê da adoção das nossas ribeiras, até 1930 – “ano divisor das águas”.

94 Of. nº 06, de 17/V/1959, Prefeitura de Almino Afonso.

95 Of. nº 14/59, de 16/VI/1959, do prefeito de Carnaúba dos Dantas, Anatólio C. Medeiros.

96 Of. nº 62/59, de 13/V/1959, do Prefeito de José da Penha.

1. Geográficos

Quando as letras das ribeiras parecem ter sido tiradas da própria geografia local. A região do Seridó serve de melhor exemplo. Era, no começo, uma ribeira só. Lá mais atrás, foi anotado que, em 1788, Caicó era a sede do município de todas as terras seridoenses e tinha o S como ribeira. Com os tempos, aqueles chãos foram se apartando uns dos outros e, em 1930, o Seridó era formado por sete municípios. Mas todos eles – até os que foram criados depois de 30 – conservam o caixão do S da ribeira-mãe, com as diferenças de cada um:

a) *Acari* – o primeiro a ser desmembrado (1833), tem como ribeira o S cortado por um puxete no meio da letra.

b) *Caicó* – município desde 1788. Mantém o S inicial.

c) *Currais Novos* – (1890) manteve a ribeira de Acari, de onde foi desmembrado, fazendo a diferença com uma flor na ponta de cima da curva do S.

d) *Flores* – (1890) rebatizado de Florânia (1943), apartado de Acari, conservou a ribeira do município de origem, fazendo a diferença com uma flor na ponta do puxete que sai do meio do S.

e) *Jardim do Seridó* – (1858) desmembrado do Caicó. Tem o S do Seridó cortado ao meio por um puxete inclinado.

f) *Parelhas* – (1926) desmembrado de Jardim do Seridó, manteve a mesma ribeira, fazendo a diferença com um pequeno puxete na ponta de baixo do S.

g) *Serra Negra* – (1874) hoje *Serra Negra do Norte* (1943), foi, no princípio, terras de Caicó. Tem como ribeira um *SN* em monograma.

Saindo do Seridó para os outros chãos do estado, ainda por origem geográfica, vale anotar em ordem alfabética:

Assú e Apodi – todos os dois, bacias de rios dos mesmos nomes. Municípios em 1766 e 1833, respectivamente.

Areia Branca – município em 1892. A ribeira é um *M* com um puxete na ponta do fim da letra. Uns dizem que vem ainda da Ilha de Maritacaca (1860) e outros que é para se diferenciar de Mossoró, de onde foi desmembrado.

Arez – município em 1876. É um *JT* em monograma, de vez que as terras do município estão entre os rios Jacu e Trairi.

Augusto Severo – município em 1870. “[...] os índios (Pegas) moradores na região chamavam o rio que banha a cidade de Panema ou Upanema”⁹⁷, daí o *P* da sua ribeira.

Canguaretama – município em 1858. “As letras com que eram marcadas as reses do município eram *V* e *F* (em monograma), originadas do próprio topônimo da localidade Vila Flor”, informava o pref. Geraldo Carvalho Villarim, em jan./1968.

Caraúbas – município em 1868. Usa o *VC* em monograma – Vila de Caraúbas.

97 Of. n° 93/79, de 08/maio/1979, do prefeito Francisco Fernandes Pimenta.

Ceará-Mirim – município em 1855, com a transferência da sede de Estremoz, daí conservando como ribeira um *E* maiúsculo de cursiva.

Goianinha – município em 1832, repete a ribeira de Arez com as mesmas justificativas, é o que dizem os que criam por lá.

Macaíba – município em 1877. Ferra com um *J*, do rio Jundiá, que na cabeça se abre em forquilha (*V*), talvez para significar, quando de sua adoção, Vila de Macaíba (?).

Macau – município em 1847. Usa um *G*, meio troncho, que também pode ser entendido como um *SC* em monograma (ver desenho). *G* por causa da povoação de Guamaré ou da Ilha de Manoel Gonçalves, e *SC* – aí por motivo religioso, N. Senhora da Conceição, padroeira local.

Martins – município em 1841; até 1890, tinha o nome de Maioridade. Usa um *E* maiúsculo de imprensa. Dizem que o *E* é um *M* deitado para não ter aparência com as ribeiras de Mossoró ou de Areia Branca.

Mossoró – município em 1852. Ferra com um *M* com uma asa às esquerdas – do rio Mossoró. “[...] foi oficialmente adotada em 1897 não tendo sido mais modificada”⁹⁸

Natal – Já nasceu cidade (1599). Demarcou-se o sítio da Cidade... conta L. C. Cascudo, em *Nomes da terra*, e melhor foi explicado mais no princípio.

98 Of. s/n, de 03/jun./1959, do encarregado do registro de ferros, Edgard Filgueira Burlamaqui.

Papari – município em 1852, que a partir de 1948 foi crismado de Nísia Floresta. Usa o *T* do rio Trairi, com pequenas diferenças no Baixo Trairi, Chapado, Inharé de Cima e Boa Hora.⁹⁹

Portalegre – Vila em 1761, município em 1833, terceiro em ordem cronológica, criado ainda com o nome de Vila do Regente. Tem como ribeira a letra *Y*. Certeza certa de sua origem não foi possível apurar. Alusão gráfica ao Riacho da Forquilha (que arremeda o *Y*), o principal afluente do Apodi no município?

Santa Cruz – município em 1876, sede na Vila do Trairi. A letra *T* do Trairi é da “Lei Municipal nº 33, de 07/ago./1947, no seu art.º 30” – explica o Sr. Prefeito José Ferreira Sobrinho (Of. nº 44/59).” Naturalmente, é de se imaginar, para legitimar tradição velha.

Santo Antônio – município em 1890. Em set./82, Guilherme de Azevedo obteve a informação de ser um *J*, do rio Jacu, que banha o município.

São Gonçalo – município em 1833. Tem como ribeira o *P* maiúsculo alusivo ao rio Potengi.

São José de Mipibu – município pelo alvará de 03/maio/1758. Repete em sua ribeira a letra *T* da grande bacia hidrográfica do rio Trairi.

São Tomé – município em 1928. Também usa o *P* – ribeira do Potengi. Uns poucos entendem que a letra é alusiva ao rio Pedra Preta da geografia local. “Na zona do rio Quixaba, afluente do Potengi, é usada a letra *C*” – diz o pref. J. Aribaldo de Carvalho (Of. nº 17/59).

99 Of. nº 44, de 20/jun./1959, do pref. Lauro Bezerra Trindade.

Taipu – município em 1891. A ribeira local é um VT em monograma – Vila de Taipu.

2. Numéricos

Assim chamamos os municípios que adotam como ribeiras números, a mais das vezes explicáveis pela cronologia da emancipação ou pelo curso dos rios da geografia local.

Luiz Gomes – município em 1890. A ribeira é o número 2 – o segundo a ser desmembrado de Pau dos Ferros (o primeiro foi São Miguel, em 1876).

Nova Cruz – município em 1868. Ferra a ribeira com um 3, segundo apurou, em dez./82, Guilherme de Azevedo, acrescentando: Penha 1, Pedro Velho 2 – todos lavados pelo Curimataú.

Pau dos Ferros – município em 1856. O número 3 é a sua ribeira – terceiro município a se desmembrar de Portalegre; o primeiro foi Apodi (1835) e o segundo Martins (1841). Todos da zona Oeste do estado. Numa “oiticica, sombreando praça de fazenda de gado, riscavam no tronco liso e rijo os ferros da ribeira, identificadores dos rebanhos. A árvore constituía um cartório vegetal, arquivando e expondo a legitimidade dos registros da gadaria”.¹⁰⁰

Pedro Velho – município em 1890; antes foi Cuitezeiras e Vila Nova. O número 2 usado como ribeira significa o segundo a ser banhado pelo Curimataú, depois da Penha, que ferra com o 1. Alguns criadores ainda usam o C de Cuitezeiras.

100 CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da terra*.

São Miguel – município em 1876, o primeiro a ser desmembrado de Pau dos Ferros. Daí a ribeira com o número 1.

Aqui vale explicar melhor. É que a repetição numérica se dá em municípios que estão em extremos opostos no mapa do estado. Penha, Pedro Velho e Nova Cruz – região agreste, proximidades da capital. E São Miguel, Luiz Gomes e Pau dos Ferros – encravados na zona Oeste, parede e meia com o Ceará.

3. Religiosos

Baixa Verde – município em 1928, rebatizado de João Câmara em 1953. A letra *H* da ribeira vem do nome de sua padroeira Nossa Senhora Mãe dos Homens (1915).

Lajes – que naqueles tempos se escrevia com a letra *g*, é município desde 1890. A ribeira é um *I* maiúsculo de cursiva, inicial da padroeira, Imaculada Conceição. Especulam uns poucos ter vindo de Santa Isabel, antiga denominação na Serra da Cacunda, da geografia local.

Macau – aqui repetido (v. Geográficos), não descartando a origem de Senhora da Conceição (v. desenho).

Patu – município em 1890. O *SD* em monograma (ver desenho) é o da padroeira local – Nossa Senhora das Dores.

Touros – município em 1833. A ribeira, um *N* maiúsculo de imprensa, invoca o padroeiro da terra – Bom Jesus dos Navegantes.

4. Indecifrados

Nos três itens anteriores, aqui-acolá topamos com ribeiras de letras cuja decifração talvez tenham deixado dúvidas. E mais duvidosas que todas restaram:

Angicos – município em 1833, desmembrado de Assú, “reincorporado ao Assú em 1835. Restaurado em 1836. Transferida a sede para a povoação de Macau em 1847 e reinstalado em 1850” – relembra L. C. Cascudo, em *Nomes da terra*. Dessa desgastante miúda-e-graúda luta pela sua emancipação dizem ter ficado o brasão candente, queimado em couro de bicho-vivo: a ribeira um V, querendo dizer “Vitória”.

O pref. Pedro Moura de Vasconcelos (of. nº 49/59, de 10/set./59) adianta: “a) [...] encontrei apenas que, pela Resolução nº 237, de 22/nov./1851, a Câmara Municipal, entre outros artigos adicionais aprovando as posturas municipais, determinou a marca V, na perna esquerda do gado. b) [...] teve em vista fixar através dos anos a comemoração da sua vitória nas lutas travadas desde longos anos com os municípios de Santana do Matos e Macau, pela independência do município de Angicos. Não sei, todavia, se é verdadeira a versão. Sei [...] que é corrente entre os mais velhos e que ainda não foi desmentida”.

Santana do Matos – município em 1836, desmembrado do Assú. A ribeira é um x minúsculo de cursiva (ver desenho) e ninguém sabe dizer a sua origem. Nada vi nos mapas da região, no

histórico do município, nem ouvi da boca do povo que decifrasse o mistério. Ainda em 1959, na Representação do RN no Rio de Janeiro, levei a minha dúvida ao deputado Aristófanes Fernandes (1911-1965). Calado, espiando a cinza do charuto e depois de pensar um pouco, como a rebuscar esquecidos da memória do porquê daquele x , sentenciou:

– Vem desde o princípio do mundo...

6. Anexos

- I. Idéa da população da Capitania de Pernambuco, de suas anexas [...] – Governador e Capitam General José Cezar de Menezes.
- II. Lei de 9/mar./1835 que regulamenta o producto dos barbatões.
- III. Lei nº 20, de 26/mar./1835, designando quaes as terras próprias para a criação e a lavoura.
- IV. Lei nº 10, de 23/out./1837, marcando a forma de arrecadação do dízimo do gado vaccum e cavallar.
- V. Resolução nº 5, de 18/out./1838, declarando os sinaes caracteristicos, pelos quaes devem ser conhecidos os barbatões, gado do evento, e dos ausentes.
- VI. Resolução nº 31, de 8/out./1842, que altera a de 26/mar./1835.
- VII. Resolução nº 320, de 17/ago./1855 – manda que sejam registrados nas Câmaras Municipais os ferros e signaes dos gados.
- VIII. Lei Provincial nº 503, de 5/jun./1861 que disciplina a arrecadação dos dízimos.
- IX. Lei Provincial nº 945, de 1885, da cidade de Imperatriz (Martins).
- X. Legislação Federal (1910-1965), inclusive a Lei nº 4.714, de 29/jun./65, que determina sobre o uso da marca a fogo no gado bovino.

I. IDÉA da população da Capitania de Pernambuco, e de suas anexas, extensão de suas costas, Rios e povoações notaveis, agricultura, número de engenhos, contractos e rendimentos reaes, aumento que estes tem tido & a & desde o anno de 1774 em que tomou posse o Governo das mesmas Capitánias. O Governador e Capitam General José Cezar de Menezes.

Breve notícia da Capitania do Rio Grande do Norte

A Capitania do Rio Grande do Norte Governo subalterno do de Pernambuco do qual dista setenta Legoas, tem noventa de Costa, que principiando na Serra Negra do Capitão Mor Francisco de Oliveira Ledro, que a divide com a Capitania da Paraíba, pelo rio do Peixe: corre ao rumo do Norte pelo do Apodi abaixo, até a barra Mossoró ao sul da linha equinocial, em quatro grãos e des minutos de Latitude, e tresentos trinta e quatro grãos, e cincoenta minutos de Longetude, ao qual o Regimento dos pilotos chamão Upanema; faz extremas com a Capitania do Seará grande, e virando ao rumo de Leste até quaze quatro grãos e trinta e seis minutos de Latitude, e trezentos quarenta e sete grãos, e quatorze minutos de Longetude no Porto do Touro, vira quaze ao rumo do Sul até cinco grãos e trinta e cinco minutos de Latitude, e trezentos quarenta e oito grãos e três minutos de Longetude na ponta da Pipa, e dahi a sette grãos, ao lugar dos Marcos confina com a Capitania da Paraíba, a qual he Commarca desta do Rio Grande, comprehende-se nella cinco Ribeiras a saber: a

ribeira do Norte, que fica quaze ao meio da Capitania, a Ribeira do Assú que fica a Oeste da do Norte, a Ribeira do Apodi, que fica quaze no mesmo rumo da do Assú; a ribeira do Seridó que he no Certão da Capitania, e fica ao Nascente da do Apodi, e a ribeira do Sul que fica ao mesmo da do Norte.

Ribeira do Norte

Esta Ribeira que como fica dito, está quaze no meio da Capitania, e das noventa legoas que tem a dita de Costa na qual principia no Porto de Agua Maré, em quatro grãos e vinte e cinco minutos de Latitude e trezentos quarenta e seis grãos, e sete minutos de Longitude onde faz a divisão do Assú, e para o Sertão ao rumo do Sul com a ribeira do Siridó na Fazenda chamada S. Pedro, Cabeceiras do Rio Putigi, e com a do Sul no rio Pirangi, que corre ao rumo de Oeste, a Leste, e com sete legoas vae ao mar fazer Barra; dista quarenta e tres legoas da Costa com desaseis Portos abertos. Tem esta ribeira do Norte ao Sul quinze legoas de largo, e de Leste ao Este vinte e oito de comprido. Ha nella uma Cidade, a qual he Capital, e uma Villa de Indios com suas Freguezias, as quaes são as seguintes.

Cidade do Natal

Ao pé desta Cidade corre um rio caudelozo, a que chamão rio grande, de que toma esta Capitania o nome, e faz barra junto a Fortaleza della, que fica distante quaze meia legoa, em cinco grãos, e desesete minutos de latitude, e trezentos e quarenta e sete grãos, e cincoenta e seis minutos de Longitude, onde a mayor parte dos moradores, e sertão ficão além do Rio; e para a parte do Norte della, em pouca distancia,

está a Ribeira da mesma, onde he o Porto das embarcações, e tem bastantes moradores que tratão de pescarias: o orago da Freguezia he Nossa Senhora da Apresentação Vigararia Colada, e nella reside o Capitão Mor Governador e Provedor da Real Fazenda, e duas Companhias de Infantaria paga: tem seis legoas, de Costa que principião para a parte do Norte ao Rio Quajerú que faz barra no mesmo rio grande, e faz divisão com a Villa e Freguezia de Estremos e para o Sul confina com a Villa de S. Jozé da Ribeira do mesmo Sul, no riacho Pitembú, que desagua no Rio Pirangi, donde divide a Ribeira do Norte, com a dita do Sul, e para o Certão confina com a Freguezia do Caicó da Ribeira do Siridó na Fazenda de S. Pedro, onde também divide as ditas Ribeiras com acima fica dito. Tem cinco Engenhocas das quaes algumas dellas fazem finos assucares de bom peso que emcaixão; e segundo o rol da desobriga do anno de mil setecentos setenta e cinco tem: seis Capelas filiaes: doze Fazendas; quatrocentos setenta e dois fogos; e duas mil duzentas e trinta pessoas de desobriga.

Villa de Extremoz do Norte

Esta Villa he de Indios da Lingua geral, com algum numero dos da travada das Nassões Panacú, Assú, e Capella fica tres legoas ao Puente da Cidade do Natal e dista outras tantas a Costa do Mar, tem trinta e sete de Costa, e duas Legoas de terra muito superior onde plantão suas lavouras todo o anno sem necessidade de chuvas por terem bons alagadiços, os quaes ficão distantes da Villa tres Legoas ao principio dellas, com sufficiente numero de Portuguezes, principia pela parte de oeste no Porto de Agoa maré que faz divizas com a Freguezia da Ribeira do Assú, ainda que para a jurisdic-

ção das Justiças he mais acima sete Legoa no rio amargoço, por se desmembrar do dito Assú, e para Leste confina no rio Guajerú com a Freguezia da Cidade do Natal: o orago desta Freguezia he Nossa Senhora dos Prazeres, e São Miguel e segundo o rol da desobriga do anno de mil sete centos setenta e cinco tem: desaseis Fazendas; quatro centos e oitenta e quatro Fogos; e mil cento e vinte e tres pessoas de desobriga:

Da Lingoa travada cento e noventa e quatro fogos, e cento e noventa e quatro pessoas de desobriga.

E dos Portuguezes duzentos e oito fogos; e mil sessenta e sete pessoas de desobriga.

Os Dizimos desta Ribeira forão rematados por triennio este anno de mil sete centos setenta e cinco por preço de 1: 050\$000 que terá principio no primeiro de Janeiro de 1776. E o gado do Invento por 44\$000. [Total] Rs. 1: 094\$000.

Ribeira do Assú

Esta Ribeira tem vinte e huma Legoa de Costa que principia na Fazenda do Jatobá ao Sul della, que divide com a Ribeira do Apodi, e correndo para o Norte buscando a Marinha até a dita Costa na ponta do Mel em quatro grãos e vinte e dous minutos de Latitude, e trezentos e quarenta e cinco grãos, e vinte minutos de Longetude, tambem divide com a mesma ribeira do Apodi e correndo o rumo de Leste até o Porto de Agoa maré em quatro grãos, e vinte e cinco minutos de Latitude, e trezentos e quarenta e seis grãos e sete minutos de Longetude, divide com a ribeira do Norte, e virando ao rumo do Sul vai té a fazenda do Saucha-há, e o riacho chamado graganta do Padre David, onde vae confinar em huma e outra

parte com a Capitania da Parahiba, e a ribeira do Sirido: He esta Ribeira de algum commercio, por virem todos os annos tres ou quatro Barcos ás officinas a factura de Carnes secas, e courama: Tem huma Povoação com sua Freguezia a qual he a seguinte.

Povoação e Freguezia de S. João Baptista da Ribeira do Assú

Esta dista desaseis legoas ao Mar, e tem vinte e huma de Costa, nella reside o Juiz espadano, e Cura da Freguezia, e contém toda a extensão da ribeira, e segundo o rol da desobriga do anno de mil sete centos setenta e cinco tem: tres Capellas filiaes; noventa e seis Fazendas; quinhentos setenta e hum fogos; e duas mil oito centas sessenta e quatro pessoas de desobriga.

Os Dizimos desta Ribeira forão rematados por triennio neste anno de mil sete centos setenta e cinco, que terá principio no primeiro de Janeiro de mil sete centos setenta e seis por preço de 4: 850\$000. E o do gado do Invento por 405\$000. [Total] Rs. 5: 255\$000.

Ribeira do Apodi

Esta Ribeira está no principio das noventa legoas, que tem de Costa a Capitania que principia pela parte do Sul na Serra negra do Capitão Mor Francisco de Oliveira Ledro, que a divide com a Ribeira do Pinhacó da Capitania da Paraíba, e correndo para o Norte faz extrema com a ribeira de Jaguaribe da Capitania do Seará grande na Serra de S. João, e na de Santos Cosme, e segundo o mesmo rumo até a barra do

Rio Mossoró que faz divisão com a dita Capitania do Seará grande, e para o rumo de leste pela mesma Costa té a ponta do Mel confina com a Ribeira do Assú. Comprehende-se nesta Ribeira huma Villa de Indios com sua Freguezia, e duas Paroquias de Portuguezes as quaes são as seguintes:

Villa de Portalegre

A qual he de Indios da Lingua travada na Nassão Paiacú, esta situada em huma famoza serra onde plantão, e tem somente duas legoas e meia de comprido, legoa e meia de largo pouco mais ou menos que he o que comprehende a Freguezia, suposto que a jurisdicção das Justiças se estende mais até a passagem funda do Rio Mosoró: tem bastantes Portuguezes, moradores, e agregados a Villa; o orago desta Freguezia he Nossa Senhora da Conceição, e S. João Baptista, e tem segundo o rol da desobriga: setenta e oito fogos; duzentos setenta e seis pessoas de desobriga.

E dos Portuguezes sessenta e tres fogos; e trezentas e sessenta pessoas de desobriga.

Freguezia de Nossa Senhora da Conceição dos Páos dos Ferros

Esta freguezia divide com a das Russas da Ribeira de Jaguaribe, e com a da Villa do Pombal da Ribeira do Piancó da Capitania da Paraiba, e na Serra dos Martins com as Freguezias das Varzes do Apodi, ficando a dita Serra na jurisdicção della a qual he famozissima, e a melhor das plantas, digo, de plantas que tem a Capitania: pertence alguma parte desta fre-

guesia, a jurisdição das Justiças de Jaguaribe, e da dita Villa do Pombal, aquella da Capitania do Seará, e esta da Parahiba, por se desmembrarem dellas para esta; e segundo o rol da desobriga tem: tres Capelas filiaes; 6 fazendas; 210 Fogos; 2: 058 pessoas de desobriga.

Freguezia de Nossa Senhora da Conceição e S. João Baptista das Varzes

Esta Freguezia está a oeste da Serra dos Martins, na qual abaixo della principia e divide com a Freguezia dos Páos dos Ferros, e para o Norte até a Barra do Mosoró, e ponta do Mel, que confina com a Freguezia do Assú, está toda na Jurisdição das Justiças de Portalegre, e da Povoação do dito Assú; conthem treze legoas de Costa, e dista della quinze com duas Capelas filiaes, quarenta e oito Fazendas; setenta fogos; e mil e quatro centas pessoas de desobriga.

Total: cinco Capelas filiaes; cincoenta e quatro Fazendas; quatrocentos vinte e um Fogos; e quatro mil e noventa e quatro pessoas de desobriga.

Os dizimos desta Ribeira forão arrematados por triennio este anno de mil sete centos setenta e cinco, que terá principio no primeiro de Janeiro de mil sete centos setenta e seis por preço de 4: 100\$000. E o do gado do invento 212\$000. [Total] Rs. 4: 312\$000.

Ribeira do Seridó

A qual he toda do Termo da Cidade do Natal, principia ao Poente na Fazenda chamada dos Patos, extremando no rio das Piranhas com a Capitania da Parahiba e Ribeira do Assú,

e correndo para o Nascente, confina no rio Canhaá com os encostos do Rio Putugi, e Pituassú na Fazenda do Molungú e Serra do Coité, finalizando pelo Certão com a Ribeira do Sul. Ha nella uma Parochia de Portuguezes, a qual he a seguinte.

Freguezia de Santa Anna do Caicó

Esta Freguezia comprehende toda a extenção da Ribeira do Sirido, e ainda alguma parte da jurisdicção da Villa do Pom-bal da Ribeira do Piancó da Capitania da Parahiba, por se desmembrar para esta Freguezia: tem sete Capelas filiaes; setenta fazendas: duzentos Fogos; e tres mil cento setenta e quatro pessoas de desobriga.

Os Dizimos desta Ribeira, forão arrematados por triennio este anno de mil sete centos setenta e cinco, que terá principio no primeiro de Janeiro de mil sete centos setenta e seis por preço de 2: 635\$000. E o do Gado do Invento 81\$520. [Total] Rs. 2: 716\$520.

Ribeira do Sul

Esta Ribeira he a ultima das cinco de que se compoem a Capitania, tem treze legoas de Costa, que principia para a parte do norte no rio Pirangi, que divide com a ribeira do norte, e para o sul confina com a Capitania da Paraíba no lugar dos Marcos, onde tambem divide a Capitania com a dita Paraíba; e para o Certão vai com trinta legoas a Fazenda do Mulungú, adonde confina com a ribeira do Siridó para a parte do Poente: tem esta tres villas de indios com suas Freguezias, e uma Parochia de Portuguezes, que são as seguintes.

Villa e Freguezia de S. Jozé

A qual he de indios de lingua geral, e dos da travada da Nação Pega, fica nove legoas ao Sul da Cidade do Natal, tem mais de duas legoas de Costa da qual dista seis e duas onde cultivão com sufficiente numero de Portuguezes no termo que se lhe assignou: tem esta duas Matrizes, huma na mesma, e o seu orago he a Senhora Santa Anna, e outra no Papari distante meia legoa, que lhe fica ao nascente, cuja foi Curato, e hoje unida a dita Villa na creação della, onde reside o Coadjutor: o orago he Nossa Senhora do O, divide esta Freguezia para a parte do Norte no riacho Pitumbú que desagua no rio Pirangi com a Freguezia da Cidade do Natal, e para o Sul no riacho Santo Alberto, confina com a Villa de Arez; tem vinte e duas Engenhocas que só fazem mel, e rapaduras, e segundo o rol de desobriga tem: vinte e cinco Fazendas; dusentos cincoenta e um fogos; e quinhentas e doze pessoas de desobriga.

Pegas: vinte e cinco Fazendas: digo 110 Fogos, e 205 pessoas de desobriga.

E de Portuguezes tem trezentos e noventa e quatro fogos, e mil sete centos e cinco pessoas de desobriga.

Villa e Freguezia de Arés

He de indios de lingua geral, fica doze legoas ao Sul da Cidade do Natal, dista ao Mar tres legoas, e tem huma pequena extenção de termo que lhe assignalou a Freguezia, com pequeno numero de Portuguezes a qual principia no riacho santo Alberto, que divide com a Freguezia de S. Jozé para a parte do Norte, e confina na Alagoa Guarairá da parte do Sul com a Freguezia de Goyaninha, ainda que a jurisdicção das

Justiças se estendem até ao riacho Sumaré que divide com a da Villa Flor, e para o Certão com a Freguezia do Caicó na Serra do Japi; tem duas legoas de terra onde plantão: o orago he S. João Baptista e segundo o rol de desobriga tem: huma Capela filial: trezentos e quarenta Fogos; e mil cento e cinco pessoas de desobriga.

E de Portuguezes: quarenta e seis Fogos, e duzentas e nove pessoas de desobriga.

Villa e Freguezia de Villa Flor

Tambem é de Indios de lingua geral e está ao Sul da Cidade de Natal, desesete legoas, e huma de vizinhança a Costa, e tem somente duas Legoas em quadra na qual cultivão, ainda que a jurisdicção das Justiças no termo que lhe assignou, principia no riacho sumaré, correndo para o Sul até aos Marcos, que divide com a Capitania da Paraiba, e para o Certão confina ao Poente com a Freguezia de São Pedro, e São Paulo da Villa do Monte Mor o novo no citio chamado do Boqueirão da dita Capitania da Parahiba e tem segundo o rol da desobriga: duzentos sessenta e quatro fogos; e seis centas quarenta e oito pessoas de desobriga.

Freguezia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goyaninha

Esta Freguezia está ao Sul da Cidade do Natal quinze legoas, e tem onze de Costa, da qual dista cinco, e esta situada nas jurisdicçoens das Justiças da Villa de Arez, e Villa Flor com a mesma extensão dos termos de huma, e de outra villa, excepto abeirada da Alagoa guarairá, pegando do Riacho Santo

Alberto athé ao pé da dita Alagoa, como já fica dito que pertence a Freguezia de Arez, por se desmembrar della, da qual fica ao rumo do Sul tres legoas; tem no dstricto desta Freguezia onze Engenhocas que só fabricão meiz, e rapaduras, e tres engenhos Reaes, e segundo o rol da desobriga de mil sete centos setenta e cinco tem: tres Capelas filiaes; dez fazendas; quatro centos oitenta cinco fogos, e dois mil duzentos setenta e sete pessoas de desobriga.

Total: quatro Capelas filiaes; trinta e cinco fazendas; mil oito centos fogos; digo mil oito centos e noventa Fogos; e seis mil seis centos sessenta e huma pessoas de desobriga.

Os dizimos desta ribeira forão arrematados por triennio este anno de mil sete centos setenta e cinco, que terá principio em o primeiro de Janeiro de mil sete centos setenta e seis por preço de 1: 725\$000. E do gado do Invento por 22\$000. [Total] Rs. 1: 747\$000.

Rezumo

A ribeira do Norte tem: uma Cidade; uma Villa; vinte e oito Fazendas; seis Capelas; mil tresentos cincoenta e oito Fogos; quatro mil seis centos e quatorze pessoas de desobriga; A ribeira do Assú tem: uma freguezia; noventa e seis fazendas; tres Capelas; quinhentos setenta e hum Fogos; e duas mil oito centas sessenta e quatro pessoas de desobriga.

A ribeira do Apodi tem: uma Villa; duas fazendas, aliás freguezias; cincoenta e quatro fazendas; cinco Capelas; quatro centos vinte e hum fogos; e quatro mil e noventa e quatro pessoas de desobriga.

A ribeira do Siridó tem: uma freguezia, setenta fazendas; sete Capelas; duzentos fogos, e tres mil cento setenta e quatro pessoas de desobriga.

A Ribeira do Sul tem: tres villas; huma freguezia; trinta e cinco fazendas; quatro Capelas; mil oito centos e noventa fogos; e seis mil e seis centas sessenta e uma pessoas de desobriga.

Total: uma Cidade: cinco Villas; cinco freguezias; duzentos e oitenta e tres fazendas; vinte e cinco capelas; quatro mil quatro centos e quarenta fogos; e vinte hum mil quatro centas e sete pessoas de desobriga.

Dizimos pelos annos de 1776 até 1778

A Ribeira do Norte	1: 094\$000
A Ribeira do Assú	5: 255\$000
A Ribeira do Apodi	4: 312\$000
A Ribeira do Siridó	2: 716\$520
A Ribeira do Sul	<u>1: 747\$000</u>

Rs. 15: 124\$520

II. LEI Nº 9, DE 6 DE MARÇO DE 1835

Ordenando que o producto dos barbatões, e gados do evento fiquem pertencendo às Camaras dos respectivos Municípios, promovendo estas a sua arrecadação.

Basilio Quaresma Torreão, Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte: Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sancionei a Lei seguinte.

Art. 1.º – O producto dos barbatões e gados do evento, que se acharem dentro do termo de qualquer Municipio desta Provincia, ficará, d'ora em diante, pertencendo a Camara respectiva; sendo arrecadado de Ordem da mesma, como melhor convier.

Art. 2.º – Ficão revogadas quaesquer disposição em contrario.

Mando para tanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O Secretario da Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Cidade do Natal aos seis dias do mez de Março de mil oitocentos trinta e cinco, decimo quarto da Independencia e do Imperio.

a) Basilio Quaresma Torreão

III. LEI Nº 20, DE 26 DE MARÇO DE 1835

Designando quaes as terras proprias para a criação, e lavoura.

Basilio Quaresma Torreão, Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte: Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte.

Art. 1.º – Fica prohibida a criação de gado vaccum, cavallar, ovelhum, cabrum, e porcos soltos sem pastor nas terras de agricultura desta Provincia.

Art. 2.º – São terras de agricultura todas as Serras proprias para lavouras; alem destas todas as margens dos rios, e lagoas, caatingas e ariscos a ellas immediatos, comprehendidos nesta divisão; a saber: No Municipio de Villa Flor, desde a

Costa até a barra do Coité na margem do rio Curumataú, e d'ahi em rumo certo para a parte do Sul, limitando com a Provincia da Parahiba. No de Goianninha, desde a Costa até a Cana-brava na margem do Rio Jacu. No de S. José de Mipibú, começando também da Costa até o Sobrado na margem do rio Trahiri. No da Capital, e S. Gonçalo, principiando da Costa até a barra do Rio Camaragibe na margem do Potengi. No de Estremoz, e Touros, principiando da Costa até duas legoas abaixo da Fazenda Boa-agua, e dahi em rumo certo até a Ilha de cima na Costa.

Art. 3.º – Fica livre ao agricultor plantar sem cerca dentro dos terrenos marcados no Art. 2. Aquelle porem, que plantar em beira de estrada, será obrigado a fazer hum reparo, para que não seja offendido pelos animais que viajão.

Art. 4.º – O agricultor, que achar dentro em sua lavoura qualquer dos animais comprehendidos no Art. 1.º, o poderá matar livremente, avisando, se poder, ao dono, para aproveitar, salvo o animal cavallar, que nunca poderá ser morto; porem o dono ficará responsavel pelo prejuizo.

Art. 5.º – Os agricultores gozarão de regalia da presente Lei do ultimo de Setembro do corrente anno em diante.

Art. 6.º – Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

Mando para tanto que todas as Authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

IV. LEI Nº 10, DE 23 DE OUTUBRO DE 1837

Marcando a fôrma de arrecadação do Dizimo do gado vaccum, e cavallar.

O Doutor Manoel Ribeiro da Silva Lisboa, Presidente da Provincia do RGN: Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sanccionei a Lei seguinte:

Art. 1.º – O Dizimo do gado vaccum, e cavallar desta Provincia será d'ora em diante arrecadado em moeda a seis mil reis o garrote, e o poldro a dez mil reis, pagos á vista ao Collector.

Art. 2.º – As avaliações serão metade do preço do garrote, ou poldro. Os quartos do vaccum serão a cem reis, e os do cavallar a quatrocentos reis cada hum.

Art. 3.º – Os creadores, que preferirem pagar o seu Dizimo em genero, o entregarão ao Collector, que em tal caso o poderá ceder a outrem pelo mesmo preço, e com a mesma condição do Art.º 1.º desta Lei.

Art. 4.º – Ficão revogadas todas as Leis e Disposições em contrario.

a) Manoel Ribeiro da Silva Lisboa

V. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 18 DE OUTUBRO DE 1838

Declarando os sinaes caracteristicos, pelos quaes devem ser conhecidos os barbatões, gado do evento, e dos Ausentes.

João Valentino Dantas Pinajé, Vice Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte: Faço saber a todos os seus habi-

tantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sancionei a Resolução seguinte.

Art. 1.º – Os barbatões, de que faz menção a Lei Provincial de 6 de Março de 1835, são aquelle gado vaccum e cavallar, de hum ano de nascido pelo menos, que, estando apartado da rez mãe, e não tendo signal, nem ferro, se não póde conhecer como propriedade de pessoa alguma.

Tambem se reputarão barbatões o gado ovelhum, e cabrum, que estando nas circumstancias acima declaradas tiver pelo menos seis mezes de nascido.

Art. 2.º – O gado, de que trata o Artigo antecedente, que tiver signal e ferro, ou sómente huma das duas coizas, com desmancho ou defeito tal, que não dê a conhecer a quem legitimamente pertença, se reputará gado do evento.

Art. 3.º – O gado, que tiver signal, ou ferro, ou ambas as coizas distinctas, e cujo dono se não conheça, se reputará por Ausentes.

Art. 4.º – Ficão revogadas todas as Disposições em contrario.

Mando por tanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Resolução pertencer, que o cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Palacio do Governo do Rio Grande do Norte na Cidade do Natal em dezoito de Outubro de mil oitocentos e trinta e oito, decimo setimo da Independencia e do Imperio.

a) João Valentino Dantas Pinajé

VI. RESOLUÇÃO Nº 31, DE 8 DE OUTUBRO DE 1842

Sancionada pelo Presidente D. Manoel d'Assis Mascarenhas, altera a anterior em seus artigos.

Art. 1.º – A Lei Provincial de 26 de Março de 1835 sob nº 20, fica em vigor com as seguintes alterações.

§ 1.º – He permitida a qualquer pessoa a criação de gados vaccum e cavallar nas terras de agricultura desta Provincia.

§ 2.º – Os agricultores serão obrigados a cercar suas lavouras com estacas de palmo a palmo, e com tres cintas; e as chamadas de caissara, terão sete palmos de altura.

§ 3.º – Quando for encontrada alguma rez na lavoura cercada da maneira prescripta no paragrafo antecedente, será seu dono obrigado a pagar a destruição, avaliada esta segundo o tempo da colheita; ficando a mesma rez sugeita á coima.

§ 4.º – Se a rez for reconhecidamente damninha, alem das penas marcadas no paragrafo antecedente, será o dono multado em doze mil reis.

Art. 2.º – A disposição do § 1.º não comprehenderá as terras de agricultura, para as quaes fica em todo vigor a citada Lei.

Art. 3.º – A execução da presente Lei só terá lugar do 1.º de Janeiro de 1843 em diante.

Art 4.º – Ficão revogadas as Leis e Disposições em contrario.

Mando para tanto a todas as Authoridades, a quem com conhecimento e execução da referida Lei pertencer.

a) D. Manoel d'Assis Mascarenhas

VII. RESOLUÇÃO Nº 320, DE 17 DE AGOSTO DE 1855

Manda que sejam registrados nos archivos das Camaras Municipais os ferros e signaes com que se marcam os gados dos respectivos municipios.

Antonio Bernardo de Passos, bacharel formado em Direito, official da Ordem da Rosa, Presidente da Provincia do Rio Grande do Norte, por S. M. o Imperador a quem Deos guarde etc. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Resolução seguinte.

Art. 1.º – Os fazendeiros e criadores de gado vaccum e cavallar desta Provincia, por si, seus constituintes, e administrados, poderão registrar nos archivos das Camaras de seus municipios, os ferros e signaes, com que marcarem os gados de suas pretensões.

Art. 2.º – As camaras municipais darão os livros necessarios para os registros, sendo gratuitamente abertos, numerados, rubricados e encerrados por seus presidentes, ficando autorizados para esta despeza.

Art. 3.º – Os fazendeiros e criadores por si, seus constituintes, e administrados, pagarão por cada hum ferro e signal, que registrarem, a quantia de 160 rs., que, com uma nota de ferro e signal, nome do proprietario e do lugar da criação, entregarão ao procurador da camara, que dará um recibo para documento.

Art. 4.º – O procurador da camara, tendo recebido a nota de que trata o artigo antecedente, a entregará ao secretario da mesma,

que por ella fará o registro; e mais a quantia de 80 rs., que lhe pertence por seu trabalho, ficando em poder do mesmo procurador o restante, de que dará contas á camara, com sua receita. Sob as mesmas condições ficam os secretarios obrigados á registrar os ferros e signaes dos fazendeiros e criadores, que, sendo de outros municipios, os quizerem registrar.

Art. 5.º – Os secretarios das camaras são obrigados a apresentar os livros de registro ao escrivão do Juiz Municipal, e ao administrador das rendas provinciaes, que os devem examinar, afim de verificar se o gado vaccum e cavallar, que for denunciado como do evento, tem algum dos ferros e signaes registrados; e tendo-o não será como tal arrematado, e no caso contrario será a arrematação tida como de nenhum effeito, e o juiz, que a praticar, responsavel pela integral restituição ao dono.

Art. 6.º – Quando se der encontro de algum ferro ou signal, terá direito a elle aquella pessoa, que tiver usado do ferro ou signal primeiramente, e na falta de prova de antiguidade, preferirá a pessoa que tiver maior numero de gados ferrados e assinados.

Art. 7.º – Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando, por tanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contem. O secretario da provincia a faça publicar, imprimir e correr.

Palacio do Governo do Rio Grande do Norte na cidade do Natal, 17 de Agosto de 1855, trigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

a) Antônio Bernardo de Passos

VIII. LEI PROVINCIAL Nº 503, DE 5 DE JUNHO DE 1861

Pedro Leão Velloso, presidente da Provincia do Rio Grande do Norte. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1.º – A arrecadação dos dízimos de gado vaccum, muar e cavallar das freguezias, em que a arrematação tiver sido feita por cabeças, será confiada á agentes nomeados pelo presidente da Provincia.

Art. 2.º Os arrecadadores perceberão pelo seu trabalho uma porcentagem que se regulará pela importancia das freguezias, e em caso nenhum poderá exceder a 15 por cento, sendo feitas a sua custa todas as despezas até a entrega das rezes arrecadadas aos respectivos arrematantes.

Art. 3.º – No caso de não apparecerem licitantes, ou não serem approvadas as licitações sobre os dizimos de alguma freguezia, poderá o presidente da provincia mandar arrecada-los pela forma prescrita no art.º 1, e vender a particulares os gados assim arrecadados, por preços nunca inferiores ás licitações não approvadas.

Art. 4.º – A porcentagem de que trata o art. 2, será paga em dinheiro, não podendo os arrecadadores comprar ou possuir por qualquer modo gado das freguezias em que fizerem a arrecadação, sob pena de perderem a referida porcentagem, e ficar pertencendo o gado que assim possuirem á fazenda provincial por cuja conta será arrematado.

Art. 5.º – Os arrecadadores serão obrigados a prestar fiança idonea, e a remetter a thesouraria provincial, no fim da co-

brança dos dizimos, uma lista circunstanciada das fazendas, em que a mesma cobrança se houver effectuado, com declaração do producto arrecadado em cada uma dellas, assim em gado como em dinheiro.

Art. 6.º – Revogam-se as disposições em contrario.

XI. LEI PROVINCIAL Nº 945, DE 21 DE MARÇO DE 1885

Approva adicionais as posturas municipais da Cidade de Imperatriz.

Art. 1.º –

Art. 2.º – Fica igualmente prohibido neste municipio ferrar-se gado vaccum em outra parte do corpo que não a extremidade inferior da coxa.

a) Francisco Altino Correia de Araújo

X. LEGISLAÇÃO FEDERAL

O primeiro Decreto sobre *Marca de Animais*, nº 7917, de 24/mar./1910, foi assinado pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha. Dois anos depois, 20/mar./1912, o Dec. 9542 de Hermes da Fonseca estabelece em 26 artigos o sistema de numeração progressiva *ordem e progresso* que em seu art. 3.º determina aos estados e municípios a fazerem o registro das marcas. Em 1939 – Dec. 1176 – era estabelecido o tamanho máximo das marcas e regiões do corpo do animal onde deviam ser queimadas. Seguiu-se o Dec. 4854/42 e a Lei 4.714 de 29/jun./1965, sancionada pelo Presidente H. A. Castelo Branco, que assim reza¹⁰¹

101 REIS, Régis Ávila. *Marca de fogo no gado*.

Art. 1.º – O gado bovino só poderá ser marcado a ferro candente na cara, no pescoço e nas regiões situadas abaixo da linha imaginária, ligando as articulações fêmuro-rótulo-tibial e humero-rádio-cubital, de sorte a preservar de defeitos a parte do couro de maior utilidade, denominada *grupon*.

Art. 2.º – Fica proibido o uso de marca cujo tamanho não possa caber em círculo de onze centímetros de diâmetro (0,11m).

Art. 3.º – Fica proibido o emprego de marca de fogo, por parte dos estabelecimentos de abate de gado bovino para identificação de couros.

Art. 4.º – Os estabelecimentos de abate, que sacrifiquem gado cuja marcação esteja em desacôrdo com o estabelecido nos arts. 1.º, 2.º e 3.º desta Lei, ficam sujeitos à multa de valor equivalente a 5% (cinco por cento) do maior salário-mínimo vigorante no País por animal assim marcado.

Art. 5.º – Compete ao Ministério da Agricultura, por intermédio do seu órgão competente fiscalizar o fiel cumprimento desta lei, nos estabelecimentos industriais sujeitos à inspeção federal, nos matadouros que abatem para consumo local e nos próprios estabelecimentos pastoris.

§ 1.º – O Ministério da Agricultura promoverá, igualmente, pelos seus órgãos de divulgação, ampla campanha educativa junto aos criadores, no que se refere aos objetivos desta lei, em colaboração com as associações rurais do País e os órgãos especializados do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 6.º – O Banco do Brasil e demais estabelecimentos bancários, dos quais a União seja a maior acionista no estabelecimento de normas sobre níveis de empréstimos por cabeça de gado, levarão em consideração, para fins de níveis especiais,

os criadores e invernistas que apresentarem o gado bovino devidamente cuidado e isento de berne e carrapato e dispuserem de meios necessários ao tratamento, por polvilhamento, pulverização ou imersão do gado.

Art. 7.º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação com exceção do disposto em seu art. 4.º que vigorará somente a partir de 1.º de Janeiro de 1969.

7. Bibliografia

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da história colonial*. 5. ed. Brasília, EUB, 1963. 402 p.

ALBANO, Ildefonso. *Jeca Tatu e Mané Xiquexique*. 3. ed. Fortaleza, Secretaria de Cultura, 1969. 95 p.

ALMEIDA, Jayme Duarte de. *Enciclopédia tauromáquica ilustrada*. Lisboa, Ed. Estampa, 1951.

BARRETO, Mascarenhas. *Corrida: breve história da tauromaquia em Portugal*. Lisboa, Casa Portuguesa, 1970.

BARROSO, Gustavo. *Terra de sol*. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912. 271 p.

BRAGA, Renato. *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*. 3. ed. Col. Mossoroense XLII. Fortaleza, 1976. 540 p.

BROCKHAUS Enzyklopadie. Berlim, 1970.

CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1939.

CARVALHO, Antônio José Fernandes de. *Diccionario das instituições, usos e costumes dos romanos*. Braga, Cruz & C., 1904.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro, MEC, 1965.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da terra*. Natal, FJA, 1968.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Paróquias do Rio Grande do Norte*. Natal, DI, 1955.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte*. Natal, FJA, 1972.

CASTRO, Francisco Alves de Andrade e. Marcas a fogo usadas no Ceará. *Boletim da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do Ceará*. Fortaleza, ano I, nº 1, dez/1947.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. 2. ed. Rio de Janeiro, Laemmert & C., 1903. 618 p.

CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da nobreza brasileira*. Rio de Janeiro, MJ/Arquivo Nacional, 1969 (v. II).

DOMINGUES, Octavio. *Introdução à zootecnia*. 2. ed. Rio de Janeiro, MA/SIA, 1960.

ELLIOT, Lawrence. Nômades dos desertos árticos. *Seleções*. Rio de Janeiro, abr./1970.

FARIA, Oswaldo Lamartine de; AZEVEDO, Guilherme de. *Vocabulário do criatório norte-rio-grandense*. Rio de Janeiro, MA/SIA, 1966.

GALVÃO, Hélio. *Cartas da praia*. Rio de Janeiro. Ed. do Val., 1967.

GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1971. 223 p.

JOHANN, A. E. *Steppenwind*. Gütersloh, Bertelsmann Verlag, 1962.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 20/set./1968.

JÚLIO, Sílvio. Marcas de gado usadas no Ceará. *Ilustração Brasileira*, Rio de Janeiro, jan./1924.

JÚLIO, Sílvio. *Terra e povo do Ceará*. Rio de Janeiro, Liv. Carvalho, 1936.

LAMARTINE, Juvenal. *Velhos costumes do meu sertão*. Natal, FJA, 1965.

LUSH, Jay L. *Melhoramento genético dos animais domésticos*. Rio de Janeiro, USAID, 1964.

LUZ, Milton. A ferro e fogo. *Propaganda*, São Paulo, mai./1974.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília, s/e, 1983. 312 p. il.

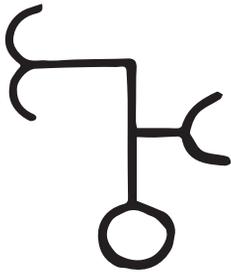
MÉNARD, René et SAUVAGEOT, Claude. *Le travail dans l'antiquité*. Paris, Ernest Flammarion, 1913. 331 p. il.

MENEZES, José Cezar de (Governador e Capitam General). *Idéia da população da Capitania de Pernambuco, e de suas anexas, extensão de suas costas, rios e povoações notáveis, agricultura, número de engenhos, contractos e rendimentos reais, aumento que estes tem tido desde o anno de 1774 em que tomou posse o Governo das mesmas Capitánias*. Rio de Janeiro, BN, 1924.

MENEZES, Otoniel. *Sertão de espinho e de flor*. Natal, DI, 1952.

MORAES E SILVA, Antônio de. *Diccionario da Língua portugueza*. Lisboa, Typ. Lacerdina, 1813 (2 v.).

- NOBREGA, Januncio da. *Saudades do Seridó*. Natal, Clima, 1978.
- RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 4. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1953.
- REIS, Régis Ávila. Marca de fogo no gado. *Correio do Povo*. Porto Alegre, RS., 16/jul./1976.
- RICHSOFFER, Ambrósio. *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais (1629-1632)*. 2. ed. São Paulo, IBRASA/INL, 1978.
- ROHAN, Henrique de Beaurepairê. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.
- RUDPFISKY, Bernard. In A ferro e a fogo. Milton Luz. *Propaganda*. São Paulo, mai./1974.
- SUASSUNA, Ariano. *Ferros do Cariri, uma heráldica sertaneja*. Recife, Guariba Editora de Arte, 1974. il.
- VIRGÍLIO (Publius Virgilius Maro). *Georgicas*.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram*. 2. ed. Lisboa. Ed. A. J. Fernandes Lopes, 1865.
- WEBB, Walter Prescott. *The great plains*. New York, Grosset & Dunlap, 1931.



Oswaldo Lamartine de Faria

Apontamentos sobre **a faca de ponta**

Sumário

1. Do porquê 215
2. Estórias de ferro e fogo 217
3. As tendas de Vulcano 223
4. As tendas sertanejas 227
5. Das lembranças e leituras 239
6. Das facas de ponta 245
7. As criminosas 253
8. Do regionalismo 265
9. Dos arremates 269

1. Do porquê

Em julho de 77, datada do dia sete, recebi do Prof. Newton Carneiro, da Universidade do Paraná, uma carta dizendo por aqui assim:

[...] Escrevo-lhe por indicação do Mestre Câmara Cascudo a quem dirigi um S.O.S em termos etnográficos. Trata-se de informações (ou bibliografia) sobre os diversos tipos de facas usadas no Nordeste e sua fabricação. É que estou elaborando um trabalho sobre as *facas de tropeiros* produzidas em Sorocaba.

Aí cuidei em botar no papel tudo o que tinha e me vinha à lembrança e fui respondendo ao professor, logo a partir do dia 28.

Findado o adjutório, aquilo me ficou no juízo e, com o tempo, vê aqui, lê ali, pergunta acolá – quando dei acordo de mim, havia arrebanhado esses *Apontamentos sobre a faca de ponta* nos sertões da caatinga.

Tenho cá comigo que tivemos um rico artesanato de cutelaria que está reclamando preservação e catalogação para o amanhã. E não pensem os mal-avisados que a gente naqueles mundos tinha inclinação malina, só por apreciar uma ponta-de-espada bem enterçada. É que a faca no sertão-velho, além das suas serventias de tra-

balho, também queria dizer respeito, poder, coragem e esperança – filha que é da espada contada e cantada até nas Escrituras Sagradas.

Todo mundo sabe que a geografia da caatinga se estira por muitos horizontes, a perder de vista nesse mundão de meu Deus. E naqueles ermos e começos, muitos espiavam com desconfiança e desprezo para quem conduzia uma arma de fogo. Era a arma preferida do tocaieiro, traiçoeira e capaz de fazer o mal sem carcer de tomar chegada. Daí apreciarem e respeitarem o ferro frio. É que ele tem a lealdade do corpo a corpo, o olho no olho e o alcance de um braço.

Assim era aquele mundo velho sem porteiras...

2. Estórias de ferro e fogo

Essa história do uso da arma branca nos sertões, para ser contada dos começos, tem de se pegar de muito longe. É coisa do tempo em que o diabo era menino, ainda no quebrar da barra da vida do bicho-homem. E todo mundo sabe que, bem antes dos metais, ele se valia mesmo era das madeiras mais duras, da pedra lascada e depois polida, dos ossos, dos chifres e dos dentes dos bichos, como armas muito mais de golpear e furar do que de cortar.

Dizem os livros de maior saber que o homem deu com o cobre e depois com o bronze, lá para as bandas do Oriente, isso coisa de bem uns três ou quatro mil anos para trás. E tudo faz crer que, de princípio, eram usados mais como enfeites.

Depois é que, botando sentido na maior dureza do metal e talvez nos sítios de sua maior fartura, teve a inclinação de com eles fazer suas primeiras armas brancas.

E, no encurtar caminho desse ontem mais distante, contam os papéis velhos que o ferro chegou na Europa pela Itália, levado pelos úmbrios ou etruscos, aí por volta do ano 1.000 antes de Cristo¹.

1 SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais*.

Daí pra frente, os que melhor trabalhavam os metais e deles faziam mais uso tinham melhores ferramentas para a agricultura e armas para os seus exércitos. E foi com a força dessas armas que fizeram guerras e foram vencedores e vencidos.

Centenas e centenas de anos depois é que o ferro velejou para cá. E, tão logo botou os pés na terra, derrubou o pé-de-pau para a cruz da missa primeira, cortou pau-tinta, alevantou casas, encoivou matas para enraizar a cana, o fumo, o algodão e o café, cortou madeira para o estacame dos currais, cavoucou as entranhas da terra na ganância das minas e forjou armas para as desavenças de branco com branco, branco com caboclo-brabo e branco com negro.

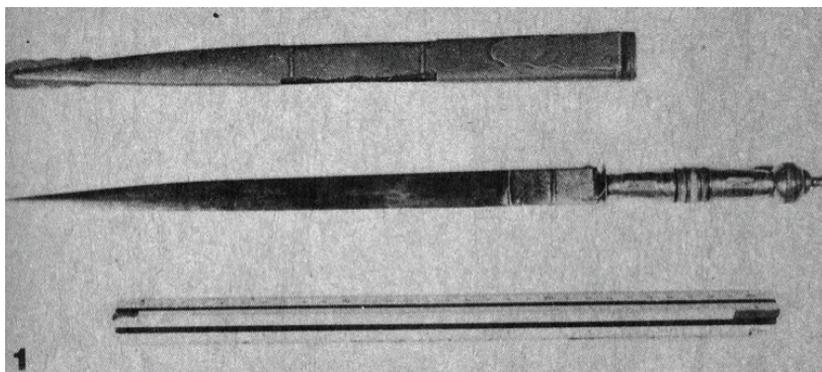
E, para acudir a toda a sorte de precisão dos que povoavam a terra, logo principiaram, à força do fogo, do malho e da bigorna, a forjar os ferros de que careciam. E bem fatível que outras tendas tenham se montado antes, mas, dos papéis que passaram pelos meus olhos e deles me alembro, um dizia que em 1554, em Piratininga, chãos de São Paulo, o irmão Matheus Nogueira forjava “facas, anzóis, cunhas e machados”² naturalmente com a mesma feitura dos trazidos do reino. Assim, as tendas devem ter se espalhado por toda a terra onde se situavam o branco e o negro, que também entendiam do ofício.

Mestres de escasso saber, desapetrechados de ferro e sem contar com melhor matéria-prima, imagino que deviam ser elas pequenas tendas de serventias miúdas e obras de carregaço. É que, naqueles tempos, quem podia e queria melhor mandava vir do reino.

2 LEITE, Pe. Serafim... S, J. *Artes e ofícios dos jesuítas do Brasil* (1549-1760).

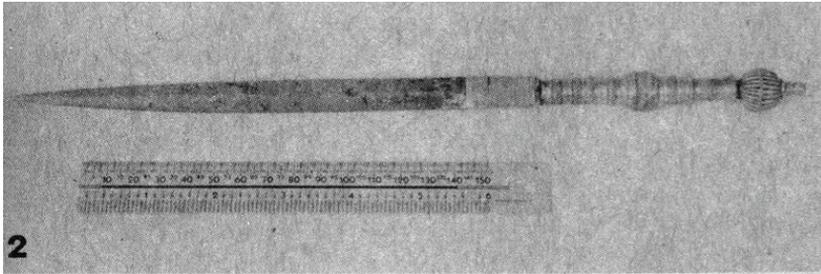
Do meu conhecimento e do pouco que andei lendo e perguntando, parece que nunca tivemos mestres capazes de deixar tradição na memória dos homens. Também naqueles idos se queria muito mais quantidade do que qualidade.

Daí, botando de banda as especulações, as oiças da gente vão dar com o tinido das tendas em Pernambuco, nos escritos dos cronistas dos últimos séculos. Em 1781, anotava Pe. Manoel Aires Casal: “[...] duas léguas ao norte de Igaráçu, na estrada de Goiana, está a considerável Aldeia de Pasmado, orna- da com duas ermidas, e povoada de brancos em grande parte serralheiros”³. Pasmado é a mesma cidade de Abreu e Lima dos mapas de hoje, trocada de nome que foi pela nossa incurável bajulação geográfica, em homenagem ao mártir da Revolução Pernambucana de 1817, Pe. José Ignácio de Abreu e Lima (1766-1817).



Punhal que pertenceu a Dilermano Marinho de Albuquerque Cavalcanti (15/maio/1898 – 12/dez./1979), senhor do Engenho Buriti, Catende PEJ. A bainha é revestida de metal trabalhado com duas dobradiças na parte central para maior flexibilidade da peça. Régua de 30 cm. Hoje na posse de sua filha Teresinha Marinho.

3 *Corografia brasílica ou relação histórica e geográfica do reino do Brasil.*



Punhal que pertenceu ao poeta Manoel Bandeira (Recife 1886, Rio de Janeiro 1968). Cortesia do sociólogo Mario Afonso Carneiro, Régua de 15 cm.

Ainda naquele ano de 1817, Tollenare escreve que os malhos continuam no seu canto de araponga a forjar ferros: “A duas léguas adiante está o povoado de Pasmado, edificado em quadrado, e contando uma igreja e 300 a 400 habitantes; e em Pasmado que se fazem as melhores facas”.⁴ E naqueles mundos, por todo o século passado, falar *Pasmado* era dizer de suas facas de ponta.⁵

É sabido de Deus e do mundo que a faca, já bem antes desses tempos, não se apartava do cóis da calça do sertanejo. O cinto para sustentar as calças é, desde os princípios, o local mais fácil e funcional da arma curta: “Durante toda a Idade Média, foi uso trazer à cinta facas e pequenos punhais, quer para a defesa contra agressões, quer para instrumentos de alimentação”.⁶ E aqui mesmo em nossos sertões, até o século XVIII, comia-se à mão – a faca de cortar carne era a de cada um.

4 TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*.

5 COSTA, F. A. Pereira da. *Vocabulário pernambucano*.

6 MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*.

Sem querer botar arroteio, é bom a gente se lembrar que até meados do século passado as armas curtas de fogo, também conhecidas como de pederneiras ou de chispa, além do seu custo mais elevado, eram verdadeiros trabucos. Graúdas, incômodas, de recarga demorada e sem outra maior serventia que não fosse a defesa pessoal. Mesmo depois que apareceram as de espoleta ou armas de ouvido, continuava na desvantagem da recarga morosa e, aqui-acolá, uma negava fogo ou *quebrava catolé*, isto é, o cão da arma percutia, mas não inflamava a pólvora. Daí ainda hoje o sertanejo ter esse dizer no sentido de falhar, faltar com a palavra dada ou compromisso.

Eram, assim, pouco portáteis e de pouca confiança, tanto que diziam por lá: “O freguês depende da arma, da espoleta, da pólvora e da pontaria. E no ferro frio, ele só depende dele mesmo...”. Mas, ao contrário da arma curta, as de cano longo sempre foram de muita estima e valia, não só como armas de defesa da propriedade, mas sobretudo como armas de caça. Primeiro foi o clavinote de pederneira, depois melhorado com a adoção do ouvido e da espoleta. Já dessa época, as célebres espingardas lazarinas, de compridos canos, que faziam o orgulho do sertanejo quando, pabulando, batia nos peitos e gavava: “[...] é uma lazarina legítima de Braga”⁷

Mas, cortando essa conversa com catinga de pólvora e voltando a falar de faca que é ferro que corta – a faca é que nem uma espada menos graúda, mais fácil de conduzir e do uso utilitário do dia a dia de cada um.

⁷ Mandadas vir de Braga, Portugal, das afamadas oficinas do armeiro Lázaro Lazarino. Daí lazarino ainda hoje é, nos sertões, sinônimo de pessoa esbelta, longilínea.

E o ferro de corte talvez tenha se entranhado no inconsciente coletivo como símbolo de poder – herança histórica do homem sertanejo. Na mente deles, quem sabe, tenha principiado pelas citações bíblicas onde até a *espada do espírito* é usada para significar palavra de Deus (Ef. 6:17). Também nas estórias de Trancoso e romances de folhetos que falam nos juramentos pela cruz da espada, na degradação pela espada (ou espora) quebrada, na rendição pela entrega da espada e em toda a sua simbologia de poder e glória.

Era, assim, a arma nobre, dos poucos sobejos da romântica cavalaria, arma de ataque ou defesa no peito a peito, olho a olho, no corpo a corpo – costurado um no outro, como no dizer do povo. Tem o ferro frio a lealdade da pequena distância. Diferença da pólvora, com toda uma legenda de anonimato na tocaia, lambendo uma rapadura por detrás de um toco. Parece até que veio com a fumaça da pólvora o falar mais grosso da sentença sertaneja de reparação da justiça: “[...] se não tem natureza (coragem) vá criá a fãmia. Mas se tem, o remédio é uma boca-de-noite (tocaia). Porque Deus é grande, mas o mato é muito maió e adonde se acaba a terra de Nosso Sinhô principia a de Nossa Senhora”.

3. As tendas de Vulcano

Arde e turva a vista quando a gente, no calor do assopro do fole, intima em espiar a fumacenta história da metalurgia. É que, de primeiro e aqui-acolá, ela se enterça com a alquimia, envultada com seus mistérios e abusões de segredos não respondidos.

A barra de ferro encontrada na pirâmide de Keops estava intacta, não oxidada e data de pelo menos 2.500 anos a.C. [...] Todas as técnicas metalúrgicas derivam da magia. A ciência explicou-as nalguns casos. O aço flexível da Síria obtinha-se passando a lâmina da espada aquecida ao rubro através do corpo de um escravo vivo. [...] O nitrogênio orgânico é o elemento requerido e, conhecido ele, a metalurgia moderna chegou à nitrogenação dos aços. [...] Os egípcios sabiam temperar o cobre. Não se sabe, porém, como procediam.⁸

Lá no outro lado do mundo, no Japão, teve a espada, durante o regime dos xoguns (séculos XII ao XIX), todo o apogeu de seu culto. Cinco eram os elementos básicos para a sua fabricação: o ferro, o fogo, o barro, a água e o homem. E para cada um deles eram dispensados cuidados especiais, que envolviam o local, qualidade, tempo e ritos tradicionais, com trajas antigos, demarcação

8 BERGIER, Jacques. A magia, ciência fóssil? In: SELIGMANN, Kurt. *História da magia*. Prefácio.

do templo com cordas sagradas, purificação e preces em altar sagrado. A própria areia de ferro usada na manufatura da espada era refinada por um processo especial, resultando no “tamahagane” – aço que sofria um repetido tempero.

Produzidas uma a uma e cada uma com suas próprias características, evoluíram em sua funcionalidade da espada antiga (jodaito) à velha (koto), à nova (shintō) e à ressurrecta (fukkoto). Durante a era de Kamakura (1192-1333), a arte de fazer espadas teve o seu ponto mais alto. E tão célebres foram determinadas escolas e modelos, que períodos como Muromachi, Momoyama (1568-1603) e Edô (1603-1867) cobriram de glórias os seus mestres. A *uchigatana* abriu as portas da História para Sekino Magoroku e Senko Muramasa. E ainda um dia desses, em 1965, em Osako, dois herdeiros modernos dessa secular arte artesanal – Akihira Miyairi e Sadatsugu Takahashi – foram considerados “tesouros nacionais vivos”.

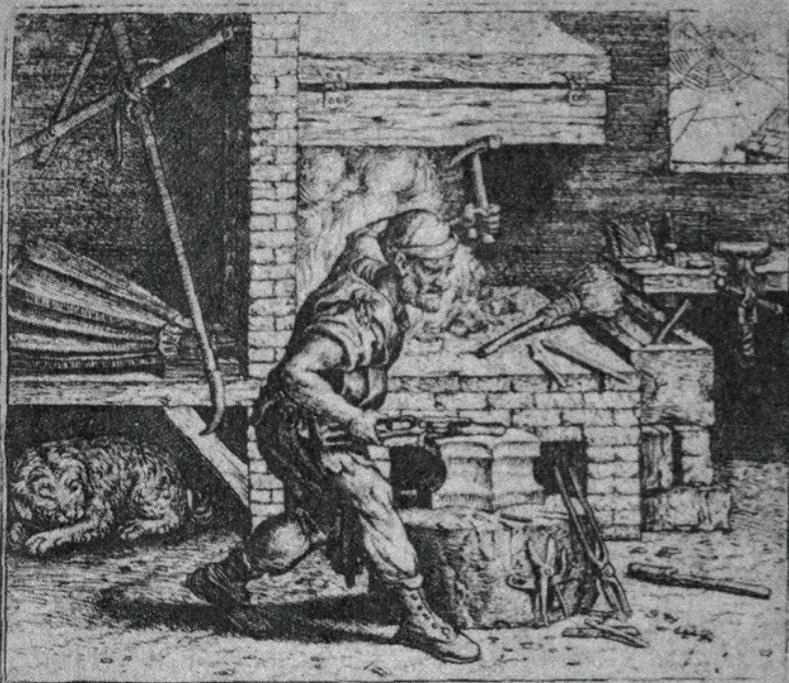
Os diferentes períodos de atividades dos mais afamados artesãos estão hoje devidamente identificados e publicados em preciosos catálogos, à moda do que os ingleses fizeram com suas pratarias e os franceses com suas porcelanas.

O que encabula é que os entendidos confessam que a ciência moderna, com toda a sua soberba parafernália, ainda não conseguiu produzir exemplares semelhantes aos do passado.⁹

Mas tudo isso pode parecer folclórico ao leviano e apressado turista do saber dos nossos dias.

9 A espada japonesa. Como são feitas as espadas japonesas. *Diário de notícias*.

133
Indignum ex alieno labore otium.



Nam & cum essemus apud vos, hoc denuncia-
bamus vobis: quoniam si quis non vult ope-
rari, nec manducet. 2. Thess. 3, 10.

I 3

VVL-

*Viridarium Moralis Philosophiae per fábulas animalibus brutis attributas traditae, inco-
nibus artificiosissime in aes insculptis exornatum. Coloniae Edebat Georgius Mutingus
M.D.XCIII.*

4. As tendas sertanejas

As pequenas oficinas artesanais que, com o tempo, foram se plantando por todos os sertões, eram em nossas ribeiras mais conhecidas como tendas de ferreiro. Nasciam em paredes de taipa e prosperavam remontadas na mais singela alvenaria de tijolos e telha vã. Portas de duas folhas, divididas à altura da cintura, se fechavam em ferrolhos e tramelas. Dos caibros pendiam, em rosário-aramé, toda sorte de aros, argolas, porcas e arruelas das mais diferentes bitolas. Paredes aninhando nichos e prateleiras, onde se arrumavam ou esqueciam objetos menores, peças ou pedaços, ferros e vergalhões – sobejos de trabalhos terminados ou reserva eventual de uma serventia vindoura.

Localizada de maneira mais ao gosto de cada mestre, ficava a fornalha atiçada por um fole de couro, de onde em tenazes pinçavam o ferro candente para ser moldado no tinido do malho em uma safra – bigorna de uma só ponta – presa a um cepo. Noutra canto, um torno de bancada para prender as peças no acabamento derradeiro. Depósito de carvão. Tinas d'água. Outra menor com óleo para dar a têmpera e, espalhada pelos cantos ou em todos os cantos, toda uma catrevagem de talhadeiras, punções, limas, alicates, martelos, escalas e ferros que povoavam aquele quadrado onde a magia

e a arte dos mestres criavam desde a beleza da miúda e delicada mola de uma máquina à força bruta e linheira de um barra-mina.¹⁰

A julgar pelo que dizem os livros que falam das coisas de antanho, as nossas tendas sertanejas ainda parecem intocados arremedos das oficinas de Évora, no Portugal do século XIV:

[...] dois homens – os serventes – malhavam o ferro enquanto um quarto, o foleiro, certamente ainda aprendiz, tangia o fole. Um moço – chamado *ganhadinheiros* – acarretava o ferro, a lenha e o carvão, a água para arrefecer o metal e, por último, empilhava as ferraduras e os cravos. A oficina ocupava, portanto, cinco pessoas. Resta dizer que eram judeus e mouros quase todos os ferreiros da cidade.¹¹

E a roupa de trabalho é pouco mais ou menos a mesma de hoje – predominando o avental de couro e os calçados para evitar as queimaduras por brasas ou fagulhas.

Tomando chegada mais para cá na História, e embora ainda longe dos nossos chãos, deixaram fama as dos Sertões do Rio das contas na Bahia com tradição de para mais de cento e cinquenta anos. Foi, no século passado, zona de muita prosperidade e de afamado artesanato. Ali, ainda em maio de 1957, as suas tendas vendiam “facas comuns de 20 a 50 cruzeiros e as obras de ouro e prata, Cr\$ 2.000,00”.¹²

10 Ver Capítulo “Dos pequenos ofícios”. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*.

11 MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*.

12 PEREIRA, C. J. da Costa. *Artesanato e arte popular (Bahia)*.

Aqui, mais chegado aos nossos mundos, cresceu e amadureceu o tinido dos malhos, o arquejar dos foles dos Cariris Novos (Ceará) e dos Cariris Velhos (Paraíba) – sementes, tudo faz crer, ainda do bê-á-bá deixado pelos jesuítas.

Em 1962, o custo médio do assentamento dos apetrechos de uma tenda no Juazeiro do Padre Cícero andava pela casa seguinte:

Torno manual de ferro	Cr\$ 3.000,00
Safra (bigorna)	Cr\$ 5.000,00
Fole	Cr\$ 4.000,00
Tenaz	Cr\$ 400,00
Martelo	Cr\$ 700,00
Lima triângulo	Cr\$ 700,00
Lima chata	Cr\$ 1.000,00
Limatão	Cr\$ 700,00

O material era fornecido ao custo médio de:

Aço	Cr\$ 30,00/kg
Galalite	Cr\$ 500,00/kg
Vidro inquebrável	Cr\$ 500,00/kg
Chifre	Cr\$ 20,00 ponta
Latão (metal amarelo)	Cr\$ 800,00/kg
Metal branco	Cr\$ 1,200,00/kg

O ganho dos operários era por produção semanal e o ganho médio andava pela casa dos Cr\$ 150,00. As bainhas de couro das facas eram encomendadas fora e custavam de Cr\$ 200,00 a 700,00/dúzia.¹³ E “vendem centenas de facas enfeitadas com marfim e algumas com fios de prata. Os punhais do Cariri são famosos por todo o Brasil. A lâmina é tirada do pedaço de um eixo de vagão da Estrada de Ferro de Baturité, que lembra a de Nazaré, na Bahia, a pior linha férrea do mundo. Aproveitam também a ponta de espada, material apreciado no comércio”¹⁴

E por mais que a gente suba no espinhaço das serras e lá, de chapéu em concha perto das ouças, bote sentido no rumo dos quatro aceitos do estado, quase nada se escuta do tinir de afamadas tendas. Aqui-acolá, nessa ou naquela ribeira, em diferentes eras, um martelar de maior sabença bateu e se calou, sem deixar tradição nos escritos ou no falar dos homens.

Ainda ginasião, já encabelado, tive de ver um punhal, cabo de marfim e ouro, de fino acabamento, presente de tio Quincas Ourives a meu pai, em Serra Negra, quando de sua formatura, em 1897. Mas essa peça levou sumiço. E o velho tio Quincas – como era chamado pelos lá de casa, parente que era muito chegado –, contam ter sido uma dessas pessoas de extrema habilidade, que tudo que se botava a fazer, fazia e fazia bem-feito.

Uma outra peça de marfim de artístico acabamento é uma faca ponta-de-espada, cabo de marfim e prata, que pertenceu ao

13 RIOS, José Arthur & Associados. *Artesanato e desenvolvimento: o caso cearense*.

14 MOREL, Edmar. *Padre Cícero, o santo de Juazeiro*.

Major Theodozio Xavier de Paiva (S. José de Mipibu, 1858 – † Natal, 1926), hoje na posse de seu neto Áureo Lamartine Paiva. Monarcas também são o punhal que pertenceu ao cel. Quincas Saldanha, da Fazenda Amazonas (1872-1936) e a faca do seu primo, o finado Quincas Veras, da Fazenda Maracanaú (1876-1948), aqui reproduzidos mais para o fim.

No “Concurso do estado à exposição internacional do centenário”, o Rio Grande do Norte nada apresentou levado de suas tendas – pelo menos é o que se depreende do relatório do nosso delegado, prof. Amphiloquio Camara.¹⁵

Já muito mais para cá no tempo, coisa de um dia desses, em 28 de setembro de 1984, o Mestre Irineu, 78 anos batidos, hoje em Santa Maria das Placas (São Paulo de Potengi, RN), disse ter tido sua maior fase de atividades no tempo da II Grande Guerra. E os ferreiros de maior fama do seu conhecimento foram os Mestres José Augusto (São Tomé, RN) e Silvino (Lajes, RN).

A tradição das facas de ferreiro no Cariri cearense parece vir de muito longe. E é bem fatível ter nascido ou prosperado, estrumada pela enfieira de desavenças do passado daqueles mundos, pendenças que vêm desde os tempos do imperador velho. Quem disso dá as provas são os escritos dos que rastejaram esses acontecimentos.¹⁶

E ferros de corte de diferentes feitios e serventias devem ter saído de suas tendas primeiras e alguns até batizados com os nomes daquelas ribeiras. Dê-se por visto o *canindé* – facão estreito

15 CAMARA, Amphiloquio. *Scenários Norte-Riograndenses*.

16 MONTENEGRO, Abelardo F. *Fanáticos e cangaceiros*.

de ponta curva –, de que hoje ninguém mais se lembra.¹⁷ E daquelas forjas algumas tinham e até deixaram fama, registradas em páginas dos homens que escreveram a História: “Tinha um verdadeiro arsenal. Andava [...] com uma faca feita pelos Fernandes do Crato, os ferreiros mais afamados do Ceará.”¹⁸

Com o tempo, a aura popular da batina do Pe. Cícero Romão Batista (1844-1934) fez de Juazeiro a meca de todo o sertão-velho da pedra e do espinho. Ali, o tinido das tendas era a cadência da vida de muitas forjas de boa ou menor valia. Tudo para acudir o formigueiro deromeiros que principiava – e ainda hoje é assim – nos derradeiros dias de agosto e só ia estancar lá para a pegada do inverno, de dezembro para janeiro.

De ano para ano, o crescimento das romarias fazia prosperar os negócios. A faca de ferreiro foi aos poucos deixando de ser objeto utilitário ou arma de defesa, para se virar em “coisa de lembrança” daquele lugar. E a precisão de fazer cada vez mais fez do artesão um fazedor de peça de carregaço. A qualidade deu lugar à quantidade – o fazer, ao fabricar.

Quando, em 1962, o sociólogo Mario Afonso Carneiro andou fazendo rastro por tudo que era chão do Ceará, para uma pesquisa sobre artesanato¹⁹, conversou com aquela gente e anotou em cadernos de onde copiei depoimentos que dizem melhor que interpretações:

17 Ver o conto "Lobisomem", em *Alma sertaneja*. Gustavo Barroso.

18 BARROSO, Gustavo. O Patuá, em *Praias e várzeas*.

19 *Artesanato e desenvolvimento: o caso cearense*. José Arthur Rios & Associados.

Estou com 22 anos de oficina. Em 1945, cheguei a ganhar 50 contos sem ajuda de ninguém. Aí comprei duas casas. De 1946, 7, 8 e até 49 as coisas arruinaram danadamente. Perdi as duas casas e hoje moro de aluguel...

Em 1945, havia aqui pra bem umas 200 cutelarias. Seu Fulano comprava as peças de todas a Cr\$ 70/dúzia e vendia de Cr\$ 240 para 300/dúzia. Ele também vendia para nós todo o material necessário para o trabalho. Com o tempo, ganhou muito dinheiro, enricou, e deixou o ramo que era muito trabalhoso...

Tangendo com alguma dificuldade, tem agora aqui umas 8 cutelarias. As maiores são a minha, a de Emídio Gomes, Olímpio Santana Gouveia e João Francisco dos Santos. As outras quatro é coisinha de nada. O melhor serviço, quem diz mesmo é o povo, é o meu. Eu faço tipo de faca joia, que os outros não sabem. Aprendi aqui mesmo com Januário Feitosa (Janu), sobrinho de Zé Caroca, de Campina Grande. Ele veio para cá e ficou sendo o melhor cuteleiro. Mas havia muita tenda de peças de pouca valia e ele teve de rebaixar a qualidade do serviço. Aí preferiu deixar a arte e foi negociar com ouro...²⁰

No momento, o quilo de trilha aqui está por Cr\$ 30 nas casas de ferro velho. A galalite Cr\$ 500/kg, chifre Cr\$ 20/ponta, o latão (metal amarelo) Cr\$ 800/kg e o metal branco a Cr\$ 1.200/kg. [...] Agora eu compro trilha, boto no fogo e quando está vermelho vai para a safra, onde é aberto em tiras. O forjador vai forjando as peças (lâmina e espiga). Depois, um outro operário vai limar a peça que depois vai para o encabador, encabar. Os cabos sou eu mesmo que faço: serro, furo e monto o encabo. Mando botar bainha fora e pago a dúzia das pequenas a Cr\$ 200 e Cr\$ 800 a das médias. Bom banheiro aqui é o Benedito, na rua Pio IX, 868.

20 As informações da presença do Mestre Janu (Januário Feitosa) em Juazeiro são confirmadas por seu primo, Waldemar Torquato dos Santos, em carta de 14/jul./85 ao autor.

E é o Mestre Benedito, o bacheiro da rua Pio IX, em Juazeiro, quem conta:

[...] Há uns dez anos que faço isso, depois de trabalhar na mesma arte como aprendiz durante cinco anos. Antes não podia ficar por conta própria, porque não tinha dinheiro para comprar u'a máquina de costura. Há dez anos que tenho esta. De primeiro, eu ia costurar na casa dos outros e pagava, por cada dúzia de bainha, 3 cruzeiros. [...] Trabalho com dois tipos de couro: a raspa e a vaqueta. Compro, uma vez por semana, 6k de raspa (Cr\$ 100/kg) e uns 30 pés de vaqueta (Cr\$ 30/pé). Isso dá para fazer umas dez dúzias de bainha. Eu faço de 10 a 15 dúzias por semana. Uso ainda o sal azedo²¹ para limpar o couro; o verniz (amarelo ou marrom) para dar o brilho e a linha. Compro uns Cr\$ 100 de verniz por semana, que regula umas 50g, e 1/4 de sal azedo por Cr\$ 100. Gasto uns 3 carros de linha por semana (Cr\$ 90 os 3) e faço todas essas compras na segunda-feira. [...] Tenho um sobrinho de 15 anos que é aprendiz. Dou a ele de Cr\$ 200 a 300/semana. O aprendiz quase que só faz mandados. Também passa um sal azedo ou um verniz – mas quem dá toda a orientação sou eu. Não dá para botar um operário; hoje em dia, eles querem ganhar mais que o dono do serviço. [...] Há aqui na cidade para bem uns 20 bacheiros todos fazendo o mesmo tipo de bainha. Lá um ou outro é que trabalha em bainha preta (de verniz).

21 Sal de azedo, sal azedo ou salazedo é o nome vulgar do bioxolato de potássio. É usado para limpar manchas superficiais do couro já curtido onde depois costuma-se passar verniz de goma lacre para conservação da peça já trabalhada. (Carta de Walde-mar Torquato dos Santos, Campina Grande, 15/set./85).

Consoante o material e o acabamento, os preços podem variar de Cr\$ 100 a Cr\$ 500/faca. O operário quase sempre ganha por produção que, feitas as contas, anda pela casa dos Cr\$ 150/dia.

A Leste dali, em terras dos Cariris Velhos da Paraíba, tinham as safras das tendas dos Carocas. Mestres maiores do artesanato das facas de ponta sertanejas, tiveram seus imbigos cortados nas ribeiras do Seridó. O casal José Torquato dos Santos (✕ Jardim do Seridó, RN, – † São Paulo, 15/dez./1978) e Francisca Antônia de Jesus batizou sete filhos machos: Fortunato, Francisco, João, Manuel, Antônio, Joaquim e José.

O vulgo Caroca, que virou nome de família, é explicado por um neto à revista *Visão*²²: “[...] meu avô gostava muito de corrida de cavalos, mas nunca teve animal que prestasse. E, em vista das muitas cabriolas que involuntariamente andava exibindo com seus cavalos, ganhou o apelido. Caroca quer dizer cabriola”.

Pelo que se sabe – e quem sabe se não tangido pela seca de 1915? –, Zé Torquato foi morar na Vila de São Mamede, então município de Santa Luzia (PB), onde, em 1918, seu filho Chico já constava ter sua tenda. Ali nasceu a faca Caroca. Ali também os irmãos Fortunato e José – suando, tangendo fole, malhando o ferro incendiado, limando e polindo – fizeram o seu aprendizado do amanhã.

No princípio das eras de 30 – é bom lembrar que 30, 31 e 32 foram também anos secos –, Fortunato se foi para Juazeiro do Pe. Cícero e José, o mais moço, para Campina Grande, onde montou tenda

22 *Visão*. São Paulo, 28/mar./1958.

à rua Padre Ibiapina, 93. Arrastou com ele dois ajudantes do sertão, passou a arremedar o ofício e a arte do irmão, Mestre Chicó – o mestre dos mestres – como ainda hoje é reconhecido por todos eles.

Contam que as facas do Mestre Chicó:

[...] tinham as lâminas um pouco mais largas e chatas, exclusivamente para corte, e eram feitas com aço dos trilhos de *decauilles*²³ das usinas de açúcar. Esse aço, provavelmente de procedência inglesa, pegava excelente têmpera. Logo depois da lâmina feita, o Mestre Chicó a levava novamente ao fogo da forja até incandescer, quando a tirava, deixando-a esfriar um pouco. E, com a lâmina ainda bem quente, passava um pedaço de chifre sobre ela. Desse fazer advinha o especial corte que o aço adquiria e fascinava os apreciadores e entendidos. As facas do Mestre Chicó tinham cabos de chifres com canos e carretéis de metal branco, que naquela época era chamado de alpaca²⁴. As bainhas eram encomendadas ao mestre João Se-leiro – o melhor daquelas redondezas. A fama dessas facas era mais pela qualidade do seu corte, fio de lâmina e têmpera, que se distinguia também pelo tinir. A pessoa segurava a faca pelo cabo e, com a outra mão, colocava a unha do polegar na lâmina, forçando uma pequena flexão: bruscamente solta, a lâmina sonoramente tinia. Daí sentenciarem: tine como um sino.²⁵

23 Via férrea de pequena bitola (40 a 60 cm) facilmente desmontável, criada pelo industrial francês Paul Decauville (1846-1922).

24 Um modelo de cabo muito comum entre as facas mais simples e populares é feito de anéis alternados de chifres e metal, apelidado de *embuá* – por lembrar em suas listras claro-escuras aquele miriápode.

25 Informações de Waldemar Torquato dos Santos (sobrinho do Mestre Chicó) ao autor, em carta de 13/jul./85.

Esse procedimento era também comum entre os barbeiros antigos quando selecionavam as célebres navalhas suecas, *Três Coroas e as alemãs Solingen*.

Em Campina Grande, José Caroca, com seus ajudantes trazidos do sertão e seu aguçado saber no manuseio do martelo, marreta e lima, aprendido na tenda-escola do Mestre Chicó, foi, de ano para ano, crescendo e tomando conta de todo o mercado. Com o tempo, chegou a ter umas trinta tendas de ferreiro espalhadas pelos bairros, trabalhando para ele. E, com a sua ajuda técnica e financeira, muitas delas conquistaram a sua independência.

O auge da produção foi nos anos da Guerra, 1942-5, quando os soldados americanos vinham da Base Aérea de Parnamirim (RN), para comprar suas peças – e eles só gostavam dos produtos de cabos feitos especialmente de chifres, esclarece Waldemar. Nessa altura, já adquiria a galalite e a alpaca diretamente das fábricas em São Paulo. E, para suprir-se de marfim, pagavam Cr\$ 500 por bola velha de bilhar.²⁶

A marca “Caroca” que era gravada nas peças com máquina rotativa, tipo caneta de dentista, passou a ser carimbada quando ainda a lâmina estava incandescente.

Com os tempos, ali nos Cariris Velhos da Paraíba como nos Cariris Novos cearenses, as facas industrializadas do Sul foram, pouco a pouco, dominando mercado. Daí o silêncio das 200 cutelarias no Juazeiro do Pe. Cícero, de que fala o informante daquelas bandas. Hoje, em Campina Grande, Juracy Silva Lemos, Lindaci

26 Revista *Visão*, São Paulo, 28/mar./1958.

Medeiros e Chiquinho Caroca – descendentes mais chegados ou distantes do velho José Caroca, que ali sentou tenda no princípio das eras de 30 – passaram a fazer facas de caça, de cozinha, faqueiros, espátulas, chaveiros, estojos, broches, placas, letreiros e quase tudo que se derrete e molda no fogo mágico das forjas, assegurando a sobrevivência do nome que é a tradição maior de orgulho do seu artesanato primeiro.

5. Das lembranças e leituras

O pouco que sei, aprendido do que vi ou ouvi dos mais velhos, refere-se aos sertões do Rio Grande do Norte, mormente à região do Seridó – aquela reentrância ao Sul do estado, que se entranha na Paraíba, lá formando outra, onde, politicamente, até pelos anos setenta, era chamada de “o sovaco de João Agripino”, por ser seu reduto eleitoral.

E, para princípio de conversa, vale esclarecer: a *peixeira*, o nome está dizendo, faca de retalhar peixe, parece que veio do litoral pernambucano. Somente a partir de 1930, pelo seu baixo valor aquisitivo e fabricação industrial, é que se derramou por todos aqueles mundos, substituindo as antigas e afamadas *facas de ponta* e até ao *trinchete* – este mais de uso doméstico nos afazeres da cozinha. De cabo de madeira e folha mais larga e delgada que a nossa faca de ponta, foi anotada por Pereira da Costa como: “faca de pombeiro para cortar peixe na venda a retalho e abonada pelo *Jornal do Recife*, n. 323/1916”.²⁷ Em maio de 1984, anotei em uma cutelaria do Rio de Janeiro o comprimento das lâminas que são medidas em polegadas, a começar de 5 até 10 – quando salta para a mais graúda, de 12 polegadas.²⁸

27 COSTA, F. A. Pereira da. *Vocabulário pernambucano*.

28 "Há muita peixeira. Não há mais aquelas facas grandes, feitas para vender nas feiras, chamadas facas-de-ferreiro. O trinchete desapareceu." GALVÃO, Hélio. *Novas cartas da praia*.

Contam os mais velhos que, até meados do século passado, também foi de uso por todos os sertões o cutelo²⁹. Era que nem um trinchete graúdo, com lâmina de uns 30 para 50 cm. “[...] pois ele pensa / Que me atura uma hora no martelo. Hoje eu meto esse bicho no cutelo / Do couro deste cabra eu faço manta / E deixo os osso dele num farelo”.

Não alcancei mais o costume que mandava o rapaz, já de calças compridas, encabelando e engrossando a fala, pedir ao pai licença para raspar a rala barba que despontava. Mas, ainda naqueles idos, a licença para conduzir sua primeira face vinha como um atestado de maioridade – mesminho sucedia lá por São Paulo:

[...] realizara o sonho de toda criança da roça, a faca de ponta. Dera-lhe o pai, como diploma de virilidade.

– Menino, doravante és homem...³⁰

Isso quando principiei a me entender por gente, já nas eras de trinta. Naquele tempo, a faca usada pelo sertanejo era a faca de ponta, misto de instrumento utilitário e arma. Cabo de metal (níquel ou latão) e osso ou chifre (substituído no após guerra pelo plástico), lâmina de aço ferrugento (que guarda mais corte), com uns 2 a 3 cm de largura e 20 a 30 cm de comprimento. Bainha de couro, singela ou trabalhada, de acordo com a posse do freguês. Bem vasada (amolada), tanto servia para o vaqueiro, almocreve, arreeiro ou agricultor picar o fumo de corda e aparelhar a palha de milho do

29 Informações do Dr. Jayme Santa Rosa, químico industrial aposentado do INT, grande conhecedor das coisas do sertão onde nasceu no Acari, RN.

30 LOBATO, Monteiro. Pedro Pichorra in *Cidades mortas*.

cigarro como cortar uma vergôntea de pau, sangrar uma rês, tirar um couro, descarnar, retirar um estrepe ou espinho e, na dor do desespero, até de alavanca para extração de um dente doente:

Fato muito banal no sertão é este de um homem tirar a faca da bainha, meter a ponta por baixo de um dente e, fazendo alavanca, extirpar o molar que lhe infernizou o sono toda a noite, com a maior naturalidade.³¹

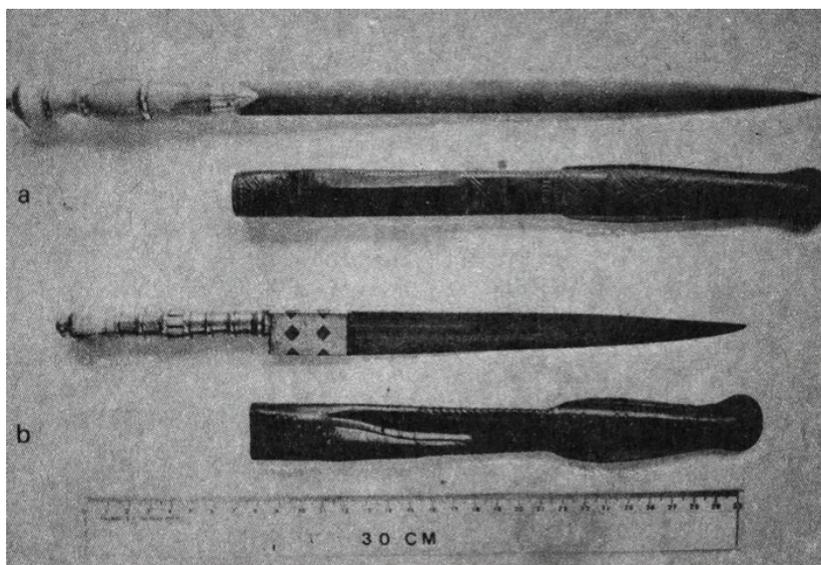
As avulsões dentárias não as praticavam a boticão. As pontas dos punhais eram infalíveis alavancas.³²

E não carece acrescentar que, na hora da precisão, era a arma de cada um...

De primeiro, antes do automóvel, as facas manufaturadas nas oficinas sertanejas tinham, como principal matéria-prima, o aço refugio das ferramentas agrícolas importadas (foices, pás etc.) e pedaços de trilhos trazidos do litoral. Lá, um ou outro ferreiro de maior valia devia ter tenda montada por aquelas ribeiras. Mas, das que ficaram na lembrança ou pelo falar dos mais velhos, as mais gavadas e que abasteciam todos aqueles sertões eram as de Santa Luzia, no Seridó da Paraíba.

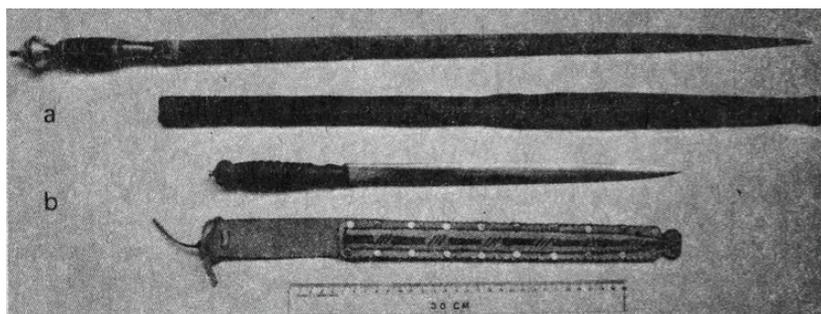
31 GUERRA, Paulo de Brito. *A civilização da seca*.

32 LIMA, Estácio de. *O mundo estranho dos cangaceiros*.



A – Punhal que pertenceu a Joaquim da Silva Saldanha, Fazenda Amazonas, Brejo da Cruz, PB, 1872-1936. Cabo de marfim e ouro, manufatura desconhecida. Col. Joaquim da Silva Saldanha Neto.

B – Faca ponta de espada que pertenceu a Joaquim Martins Veras, Fazenda Macaranaú, Augusto Severo, RN, 1876-1948. Cabo em prata, marfim e ouro. Manufatura desconhecida. Col. Joaquim da Silva Saldanha Neto. Foto: Ricardo J. Duarte Galvão, Mossoró/RN.



A – Faca com cabo de metal branco e cobre. Col. Rogério Dias.

B – Faca com cabo de madeira torneada. Artesão Exedito. Mossoró/1964. Col. Rogério Dias. Foto: Ricardo J. Duarte Galvão. Mossoró, RN.

E, se bem me lembro, alguns desses mestres de maior zelo e fama costumavam (ou ainda costumam?) fazer marcas de diferenciação no metal do encastoamento das lâminas de suas peças de maior valia. O levantamento e catalogação dessas “marcas”, com o período de atividade de cada artesão, é uma dívida que os estudiosos dos costumes têm para com eles. Os portugueses fizeram com seus ferreiros e armeiros,³³ os japoneses com os mestres sagrados de suas espadas, os ingleses com sua prataria, os franceses com sua porcelana – mas nós subestimamos ou desvalorizamos o que se faz aqui, até que um gringo arregale os olhos e procure açambarcar o que ainda existe...

Já das eras de trinta para cá é que os ferreiros locais passaram a utilizar as lâminas de feixe-de-mola de caminhão como matéria-prima. Também ainda vi, a propósito de gavar a boa têmpera de suas facas, furarem de um só golpe uma moeda de vintém (20 réis): “[...] faca enterçada, que furava um vintém de lado a lado e dava ganas de ser experimentada no couro dum cristão.”³⁴

A quicé, pequena faca bem amolada, de uns 8 cm de lâmina, era usada para afazeres menores – assinar orelhas de miunças (caprinos e ovinos), castração, trabalhos de couro etc. E no sertão velho, alguns a portavam por baixo da camisa para a eventualidade do uso, como arma, num corpo a corpo – isso me disse Jayme Santa Rosa, pois não foi mais do meu tempo. Lá para os mundos de Sergipe, tinha outro nome: “[...] o peão simples, o agregado, usava só caxerenga”³⁵

33 VITERBO, Souza. *A armaria em Portugal*. Notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal.

34 BARROSO, Gustavo. *Alma sertaneja*.

35 AMADO, Gilberto. *História da minha infância*.

Para o sertanejo típico é sintoma de desleixo conduzir ferro (faca) cego. Assim, os mais zelosos os têm bem vazados, amolados e afiados, a ponto, às vezes, de raspar cabelo...

Curiosamente, não ficou em minha lembrança, nem na dos mais velhos, a quem venho caningando de perguntas, a maior presença do canivete em nossos sertões. De folha regulando pouco mais ou menos a de uma quicé, parece ter sido mais do agrado e uso da gente da rua. *Nos velhos inventários do Seridó*, de 1737 a 1875, que Olavo de Medeiros Filho desenterrou, estudou e divulgou, figura apenas... *um canivete*... \$100 rs, nos bens deixados pelo Capitão-mor Manoel de Medeiros Rocha, da Fazenda Remédio, falecido em 8 de fevereiro de 1837.

Já menino de colégio no Recife (1931-1932), é que vim a conhecer de perto os afamados canivetes “Corneta”, com suas folhas de uns 5 a 7 cm, ponta rombuda e que faziam o orgulho da meninada. Um modelo maior, mais estreito, de cabo preto, lâmina mais longa (10 cm) e de ponta, com mola de trava – era espiado com certo desprezo e tido como arma fronteira, sinistramente apelidado de *mata-vigia*. Do meu conhecimento, nem os mais velhos, já de barbas apontadas, tinham ou queriam um daqueles.

6. Das facas de ponta

Os de maior posse mandavam manufaturar suas facas ou punhais nas oficinas mais afamadas de Santa Luzia (PB) ou na Cutelaria Caroca, de José Caroca, hoje (1977) dirigida pelo seu sobrinho, Juracy (Campina Grande, PB).

Eram as afamadas pontas-de-espada, feitas com o aço de espadas antigas (muitas da Guarda Nacional), lâminas de uns 2 cm de largura por uns 20 a 30 de comprimento, cabo de marfim (ou osso) e ouro (ou prata). O aço pacífico dessas espadas era caçado e cobiçado para, nas tendas sertanejas, se virar em lâmina das mais apreciadas facas de ponta. Mantinha, como autenticidade do material de origem, a depressão que existe ao longo da folha. Mas até isso, com o tempo, os melhores artífices aprenderam a arremedar com aços outros de boa procedência.³⁶

36 Espadas oriundas de uma siderurgia de Ipanema (SP), montada ainda no Império e que teve como oficiais mestres técnicos trazidos da Alemanha e da Suécia (Inf. Jayme Santa Rosa). "Em 1810, era criada a Fábrica de Ferro de São João do Ipanema [...] na comarca de Itu, e termo de Villa de Sorocaba, na margem esquerda do rio Ipanema." VERGUEIRO, Nicola Pereira de Campos. *História da fábrica de Ipanema e defesa perante o Senado*.

As bainhas, em couro delicadamente trabalhado, eram feitas pelos melhores artesãos de couro – muitas vezes mulheres. Ainda vi faca de ponta (arma) com bainhas de metal (latão). Mas não eram muito do agrado do sertanejo, pois alegavam alguns que, com a queimadura do sol, o aço destemperava, isto é, perdia a boa temperatura.

Nas ruas (cidades), as facas eram usadas presas ao cinturão e, lá um ou outro, na liga da meia. Alguns preferiam a cava do colete. Assim vi fazer meu pai (Juvenal Lamartine de Faria, 1874-1956), o senador pelo Rio Grande do Norte José Augusto Meira Dantas (1873-1964)³⁷ e, já muitos anos depois, Luís da Câmara Cascudo me dizia que o Presidente Epitácio Pessoa (1864-1942) também assim portava a sua faca. Usança que era do agrado do romancista José Lins do Rêgo (1901-1957): “O José Lins, de porre, com uma faca metida na cava do colete...”³⁸. E ainda hoje o presidente da Academia Brasileira de Letras, Austragésilo de Ataíde, não se aparta de sua faquinha.³⁹

O costume devia ser comum naqueles tempos e dele não escapando nem os de batina: “[...] o hábito de esconder um punhal sob a sotaina é velho. O cônego João Antônio, vigário de Lençóis, na Bahia, sempre andou armado. O mesmo aconteceu com o padre Manoel Félix de Moura, de Vila Bela, em Pernambuco, e com o monsenhor Afonso Pequeno, de Triunfo”⁴⁰.

37 Inf. do seu filho Silvio Meira (Rio, 03/jun./85).

38 CAMARGO, Aspásia & outros. *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*.

39 Inf. de Joaquim Inojosa de Andrada (1901-1987). Rio de Janeiro, jun./84.

40 MOREL, Edmar. *Op. cit.*

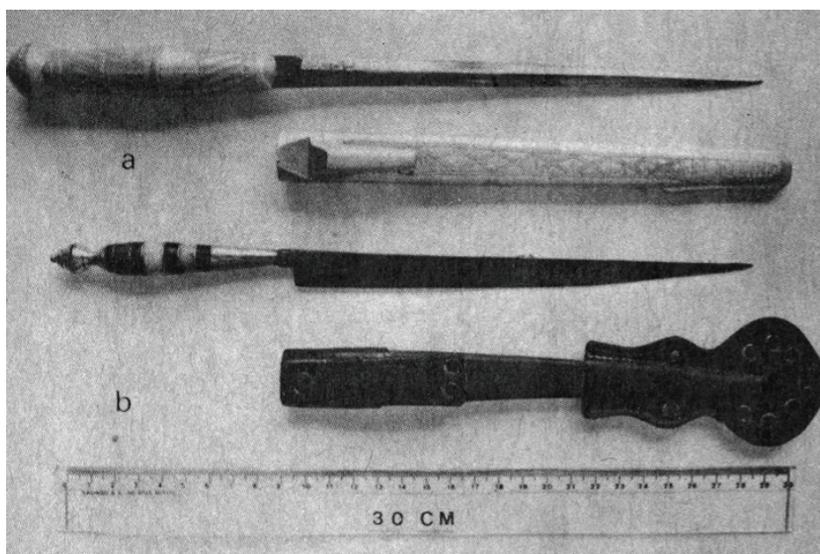
Em 19 de dezembro de 1948, era discutido no plenário da Câmara o projeto de cassação dos mandatos dos comunistas. “Lembro-me do comunista Gregório Bezerra sacando do revólver enquanto o Padre Arruda Câmara se coçava, levantando a batina para agarrar a sua ‘peixeira’”.⁴¹ Coisa de poucos anos depois, já na era de cinquenta, o professor Silva Mello viu e escreveu: “Há quase um culto pelo punhal, pela faca de ponta, chamada também pernambucana, que tem o cabo trabalhado, quase um artigo de luxo”.⁴²

De comum, era a faca mesmo que se usava. Lá um ou outro conduzia o punhal – que é que nem uma faca de ponta, mas com a lâmina sem bordo de corte. Mais escasso ainda era o pequeno punhal à moda estoque, lâmina de três quinas, que era apelidado de *língua de peba*.

Também diziam de outros – gente do oco do mundo – que conduziam a faca presa ao cóis da calça, mas de cabo para baixo. As bainhas muito justas impediam que caísse – donde o falar comparativo de *apertado que só faca na bainha*. Esse uso permitia que, na hora do pega pra capar, o adversário que contava com um sacar fronteiro e de baixo para cima fosse surpreendido com a mão fugidia que das costas arrastava ferro para a luta.

41 FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada* (Memórias).

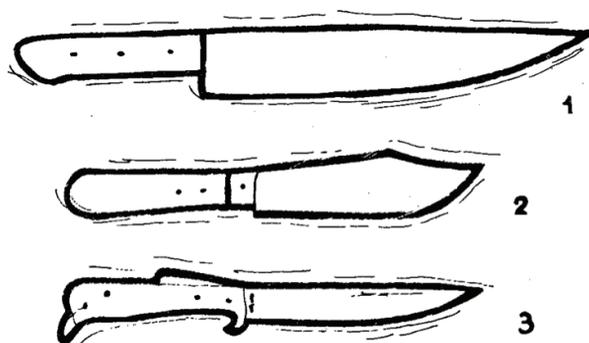
42 MELO, A. da Silva. *Nordeste brasileiro* (Estudos e impressões de viagem).



A – Punhal de lâmina de aço com cabo e bainha de alumínio. Artesanato de Caraúbas, RN/1985. Col. Rogério Dias.

B – Faca com cabo de bronze, osso e madeira. Artesanato da Bahia. Col. Rogério Dias.

Foto: Ricardo Jorge Duarte Galvão, Mossoró/RN.



1 – Peixeira – Faca industrializada de cabo de madeira, lâmina delgada, podendo medir de 5 a 12 polegadas.

2 – Trinchete – Faca industrializada, cabo de madeira e de uso mais doméstico.

3 – Canivete – Marca “Corneta”, mola de trava, lâmina de 10 centímetros, que no Recife (1932) era conhecido como “mata-vigia.”

No interior do Maranhão (Barra do Corda), quando por lá ciganei, nas eras de quarenta, o trabalhador rural não costumava usar a faca de ponta nem a peixeira, e sim o facão de mato, tipo Collins, também conhecido por terçado e até rabo de galo – quando meio curvo. Eram de rara habilidade em seu manejo. E vi homens que possuíam o facão de trabalho e um segundo, mais bem cuidado, amolado e de bainha pespontada, que era reservado para os dias festivos.

Nos raros engenhos de rapadura do Seridó, também cheguei a ver um facão de cortar cana, de folha larga, com um gancho na ponta do lombro, que alguns apelidavam de *catana* e outros, *panavueiro*.

O danado é quem sabe direito, mas tenho na mente que toda essa confusão de nomes para dizer das armas brancas, que medeiam entre o quicê e a espada, tenha chegado ao nosso falar pelas falas marinheiras e as letras do romancieiro. Doutra jeito, como explicar o *alfange*, o *terçado*,⁴³ a *catana*⁴⁴ e até “um florete de prata lavrado” – todos ferros arrolados nos inventários dos nossos troncos velhos.⁴⁵

Aliás, esses inventários dão muito pano pras mangas – quem duvidar que confira. Espingardas, raras pistolas e a presença quase permanente de espadas ou espadins. Vale ressaltar que quase to-

43 Alfange: “é a espada mouresca e turca, larga, curta e curva, que só tem um gume. Terçado: do castelhano ‘terciado’, é a espada curta e larga: ‘Por armas tem adargas e terçados’. Camões, *Lusíadas* 1.47.” ROQUETTE, J. I. *Diccionario de Synonymos da língua portuguesa*.

44 “As velhas denominações orientais, divulgadas pelo português... uma catana de latão, de 3\$000 rs, no inventário de Araújo Menezes, em 1752, do japonês katana, valendo espada, alfange, terçado.” CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. E no inventário de José Pais de Melo, Goianinha, 1752: “[...] uma catana com copos de ferro, 1\$000 rs”. GALVÃO, Hélio. *Velhas heranças*.

45 Ver ainda MEDEIROS FILHO, Olavo. *Op. cit.*

dos os finados eram graduados dos corpos das Ordenanças⁴⁶ que antecederam a Guarda Nacional.

A Guarda Nacional do Império – houve também a da República – foi organizada por Diogo Antônio Feijó, em 1831 (Lei de 18-8-1831), quando o padre político paulista ocupou a pasta da Justiça, no período da Regência. Foi criada, após a extinção das *Ordenanças* e dos antigos corpos de *Milícias*, para que servisse de sentinela da Constituição jurada. Prestou reais serviços na manutenção da ordem, principalmente durante a regência de Feijó. Posteriormente, quando rebentou a Guerra do Paraguai, o governo mobilizou, pelo decreto n° 3.383, 14.796 guardas-nacionais, que seguiram para o campo de operações, policiaram os sertões ou substituíram os corpos de polícia e de guarnição nas capitais das províncias, assegurando a manutenção da ordem. Era a reserva do Exército. Terminou, entretanto, como tropa de oficiais honorários. Tal e qual como sucedeu com as *Milícias* coloniais. Não houve grão-senhor das cidades, ou dos sertões, que não obtivesse o oficialato da Guarda Nacional. O título de “coronel” passou a ser encarado como sinônimo de fazendeiro ou de riqueza. Assim foi no Império e assim foi na República, proclamada em 1889 e derrubada em 1930.⁴⁷

Daí porque, no sertão velho, chamavam o chefe político local, do estado ou do país, de *homem do facão grande*.⁴⁸

Quem vive nos campos carece, nos seus afazeres, de um ferro de corte mais a mão. E cada um tem o que pode e como pode e

46 As Ordenanças, ao contrário das Milícias, não venciam soldo, tendo um caráter mais parecido com a Guarda Nacional (Inf. de Olavo de Medeiros Filho).

47 SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo*. (Aspectos da vida patriarcal do sertão da Bahia nos séc. XVIII e XIX).

48 MOTA, Leonardo. *Viroleiros do Norte*.

isso nada tem a ver com o instinto do cidadão. Daí a existência desse artesanato regional que, com os tempos, teve de se virar para o mercado de “souvenir” – único jeito de escapar ao poder das indústrias do Sul, que chegaram tomando conta de tudo. As tendas que ainda estão vivas é porque, além de fazerem de um tudo, conservam, mesmo nas obras de carregação negociadas nas feiras e ambulantes, a originalidade e a arte de uma cutelaria sem arremedos. Ainda em 1932-9, os próprios gringos viam e arregalavam os olhos para o trabalho anônimo daquela gente:

Comparável, de certo modo, ao paciente trabalho das rendeiras é a indústria, aliás única e famosa em todo sertão, do fabricante de “facas de ponta”, em Campina Grande. Não estivessem associadas ao punhal tantas ideias vis e sangrentas e, com mais prazer, gabaríamos a perfeição dessas obras de arte. Como o lenço e a toalha de crivo, essas facas têm acabamento perfeito e teriam entrada nas melhores casas desse gênero nas grandes capitais. Tudo denota capricho: a lâmina, o cabo enfeitado, a bainha de couro; mas tudo é feito à mão, sem auxílio da máquina, a não ser o mais primitivo rebolo.⁴⁹

A solidão daqueles silêncios, povoados de sombras e acalentados na latomia de recontadas histórias e estórias, era a sementeira estrumada de toda uma legião de heróis, bichos e armas mágicas que faziam o encantamento de cada um.

Não apenas a bíblica *espada do espírito* (Ef. 6:17) nem a *resplandescete (dsu al Fekar)* de Mahomet. Mas também e sobretudo a *plotança*, a *batizo* e a *braba* de Ferrabaz. A *durindana* de Roldão, a

49 IHERING, Rodolpho von. *Ciência e belezas nos sertões do Nordeste*.

selvagina e a *corante* de Urgel de Danoá. A *flambergue* e a *altaclara* de Oliveiros e a *joiosa* do imperador Carlos Magno – aços mágicos forjados nas tendas dos irmãos Galus, Muníficas e Aufiax.⁵⁰

Daí, quem sabe, cada um querer trazer para o seu mundo aquele mundo de encantamento e nele arremedar, como criança, ao gesto adulto. Assim é que lagartixa era a arma de Francisco Alves Feitosa na desavença com os Montes (CE) nos princípios do século XVIII⁵¹; *canário* e *negra velha*, o bacamarte e a granadeira do cearense Vicente da Caminhadeira (1805-18.); *bargado*, o bacamarte do cangaceiro Jesuíno Brilhante (1844-1879); *volta*, a bengala de 15 kg de Nascimento Grande (18.-1936), e tantas outras ouvidas e esquecidas de um ontem que já se distancia quase a se perder de vista. Não fosse o vento-redemoinho que revira o chão da caatinga nos meses de seca, tudo isso quem sabe era coisa do nunca-mais. Mas quando é ainda agora, Dom Pedro Dinis Quaderna, o Decifrador – soberano, profeta e grão-mestre da Ordem do Reino, depõe:

[...] Naquele dia, como já disse, meu rifle *Seridó* já ia amarrado no arção da sela. A minha legendária espada *Pajeú* já estava pendurada à minha cintura. Assim, empunhei meu ferrão sagrado e real, isto é, minha legendária lança *Cariri*, e aguilhada sertaneja que me serve, ao mesmo tempo, de Cetro real, de Báculo profético e de lança guerreira.⁵²

50 *História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França*. Trad. do castelhano em português por J. Moreira de Carvalho. Era um dos poucos e obrigatórios livros das estantes sertanejas do século passado.

51 MACEDO, Nertan. *O clã dos Inhamuns*.

52 SUASSUNA, Ariano. *Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*.

7. As criminosas

Há, e disso a gente não pode furtar o corpo, para uns poucos, o instinto ruim que só imagina a faca como arma de ferir. Mas isso não sucede apenas na quentura do sol do sertão. Tanta gente de gravata nas cidades grandes, que serra os canos de uma espingarda de linhagem nobre – artesanato de grandes armeiros – e faz dela uma sinistra escopeta assassina. É o velho e difícil divisor de águas entre o bem e o mal, o certo e o errado, o feio e o bonito e a arte e a pornografia...

Quem cortou o imbigó no sertão-velho e cresceu ouvindo a literatura de alpendre dos romances de cavalaria, a fome das secas e a sede de sangue dos cangaceiros, as lutas de famílias e dos fanáticos, as façanhas dos vaqueiros e dos caçadores caldeado foi na quentura da mesma forja que forjou seus ferros de cortar carnes e lembranças: “Ali se aprecia muito / Um cantador e um vaqueiro / Um amansador de poldro / Que seja bom catingueiro / Um homem que mata onça / Ou então um cangaceiro”.⁵³

Não é segredo de ninguém que a geografia dos sertões foi, em diferentes épocas, pastos de sangrentas desavenças de famílias ou ninhos de fanatismo religioso, além do ciganar dos bandos de

53 BATISTA, Sebastião Nunes. *Antologia da literatura de cordel*.

cangaceiros e das persigas. Ora, sempre que isso sucedia, costumava findar escasseando pano para mortalha e urubu se enfiando de carniça. Talvez – não sei – isso ajude a explicar a maior prosperidade do artesanato de facas nos Cariris Velhos e Novos – isto é, o da Paraíba e o do Ceará, centro ou vizinhanças de muitas dessas pendengas.

Falas nascidas nas bocas sertanejas devem ter sido a *pajeú*, para diferenciar as facas forjadas no vale do Pajeú das Flores, em Pernambuco, de afamadas tendas: “Tive medo / De descer o Pajeú, / Que é pasto de urubu, Terra de morrê e matá / Cabra de lá / É macho na lazarina, / No fuzil, na carabina, / No cacete e no punhá”.⁵⁴ E lá naquelas ribeiras também é conhecido pelo nome de *baixa-verde*.⁵⁵ Nome, bem fatível, herdado da maloca dos “[...] Chocós, índios bravos que vivem nos montes da serra chamada Baixa-Verde, acometeram de improviso esta aldeia do Pajeú, no ano de 1838, arruinaram-na e roubaram”⁵⁶. É por aquele enladeirado de serras que corre a linha de divisa de Pernambuco com a Paraíba, apartando Triunfo de Princesa. E por todas aquelas terras os livros de batistério estão cheios de nomes que fizeram história na sociologia do cangaço.

54 CARVALHO, Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*.

55 Informação, em out./86, do Dr. José Gomes Bezerra da Câmara que na seca de 15 deixou o imbigó enterrado no mourão da porteira da Fazenda Caiçara, Afogados de Ingazeira (PE).

56 SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Diccionario geographico-historico e descriptivo do Imperio do Brazil*.

Os punhais e as facas de Baixa-Verde, especialmente estas, granjearam nomeada em todo o sertão. Fabrica-se ali cada *lambedeira* de três dedos de largura, lâmina de 30 a 40 centímetros, que são verdadeiras obras-primas no gênero. Os cabos são confeccionados com finas rodela de chifre de boi, intercaladas de outras tantas de metal amarelo que, depois de espetadas no espigão de aço, comprimidas a fogo e polidas com esmero, transformam-se em admiráveis artefatos pelo primoroso acabamento que ostentam. E que têmpera sabem imprimir ao aço! Quando os compradores examinam o artigo, fazem a experiência de praxe [...] comprimir o fio na unha e depois soltar com força. O aço produz um som característico, mais surdo ou mais estridente e agudo [...] – Êta acinho bom da gota! Até parece o sino da matriz [...]. Vou levar. Porque sei que posso meter no bucho do cabra, sem sobrosso, e tenho a certeza de que ele ficará bem servido.⁵⁷

Têm essas facas folhas largas e bem mais delgadas que a faca de ponta comum e de mais parecença com a reproduzida neste trabalho (nº 5 da fotografia), procedente de Santa Luzia, na Paraíba. A vizinhança geográfica talvez diga melhor dessa irmandade de modelos. Tendo a *pajeú* a folha mais larga e delgada, como a de uma peixeira, se presta como ela a um amolar erosivo, bem afiada, de onde o dizer do povo, *lambedeira*, já popular em 1848.⁵⁸ Isto é, a mais afiada, fina e cortante, a mais lambida na pedra de amolar, ou ainda a forma mais sinistra – *lambida dos dois lados* – quando amolados os dois bordos da folha, prática apenas de uso dos mal-intencionados.

57 CARVALHO, Rodrigues de. *Serrote preto*.

58 *Lambedeira*: faca-de-ponta. "Dar-vos-emos a resposta nas pontas das lambedeiras." A voz do Brasil, n. 38 de 1848. In: COSTA, F. A. Pereira da. *Vocabulário pernambucano*. *Op. cit.*

E, parede e meia com o Pajeú, lavando terras da Paraíba, corre o Piancó em sentido contrário em rumos do Norte. É tudo terra do mesmo chão, no dizer de João Melquiades: “Quando eu falo em Piancó, / Sinto a carne me tremer... / Ali, pra se ver defunto, / Não precisa adoecer: / Qualquer intriga é bastante / Pra se matar ou morrer”.⁵⁹

No vale do Pajeú, a cutelaria apresenta aspectos de sadismo. Nas oficinas de Flores, por exemplo, as peças têm missão específica. Nenhuma sai para usos normais. Mas todas sob um signo de morte, com previsão de qualidade dos futuros sacrifícios. O aço é preparado para eles como se, ainda na forja, começasse a retalhar fantasmas de fogo, nas primeiras experiências. Constroem-se as lâminas para destruir e com a técnica do enverga-mas-não-quebra, dos cortes e da perfuração sem fazer força. Um gesto leve e elas mergulham na carne da gente num jeito de carícia fatal. Curiosa é a hierarquia que os fabricantes lhes atribuem quanto aos ornamentos e aos destinos. Facas e punhais de cabo de osso, de ouro ou madreperla, facas e punhais para liquidar pés-de-poeira ou graúdos, como se essa graduação ainda representasse respeito e consolo no momento da queda.⁶⁰

É a força do dizer no talento do poeta tonteado talvez pela quentura do sol da seca de 1958. Não sou desse pensar. Mesmo porque – tirando os japoneses que cometem haraquiri (*seppuku*) com suas fidalgas armas – aqui pelos nossos mundos, grandes e pequenos têm sido esfaqueados com a mais insignificante quicé ou a mais pé-rapada das peixeiras: “[...] em 8 de setembro de 1915,

59 MOTA, Leonardo. *Violeiros do Norte*. *Op. cit.*

60 MOTA, Mauro. *Paisagens das sêcas*.

quando Manso de Paiva [...] encrava nas costas de Pinheiro Machado uma faca marca ‘Salva Vida’ e que comprara por 60 centavos do Largo do Machado”.⁶¹ A geografia da morte com sangue depende tanto dos acontecimentos como da natureza das pessoas.

A bem da verdade, não sei de certeza certa se a cidade de Parnaíba no Piauí foi ou ainda é centro maior de cutelaria. O que sei, de ouvir, ler e ver, é que em todos os nossos sertões era chamada de *parnaíba* a faca de ponta de folha fina e exageradamente longa que nem as que usavam os cangaceiros. E isso não é dizer de agora, os livros dos mais velhos estão aí para atestar:

“[...] Estavam armados com um arcabuz ao hombro e uma parnahiba à bandoleira”. (José de Alencar – O sertanejo, 1875). “E que pena mereceria quem nos trahisse com a ponta de uma parnahyba...” (O diabo a quatro, n. 43 de 1876 in Pereira da Costa – Vocabulário Pernambucano). “Joaquim, feroz por natureza, sanguinário por longo hábito, descarregou a parnahyba sobre a cabeça do primeiro...” (Franklin Tavora – O Cabeleira, 1876). “– Tenha mão, capitão Bertho – disse-lhe eu, aparando o golpe, com a minha parnahyba”. (Domingos Olímpio – Luzia Homem, 1903). “A parnaíba e a pernambucana não eram armas dos comboleiros que vi na minha infância, mas de capangas e jagunços”. (Gilberto Amado. *História da minha infância*, 1954).

Isso em diferentes datas e na literatura erudita nacional. Mesmo porque, se a gente se botar a catar nos folhetos de feira, aí é um nunca acabar de citações.

61 MOREL, Edmar. *Op. cit.*

Os mais velhos diziam que essas facas de folhas exageradamente compridas também eram conhecidas como *facas-de-arrasto* – naturalmente pelo maior tempo que levavam para serem sacadas ou “arrastadas” da bainha. E isso não é falar moderno: “[...] Dias depois, voltou José, [...] trazendo uma espingarda nova na mão, uma faca de arrasto pendente na cintura.” (Franklin Távora. *O Cabeleira*, 1876).

Tudo faz crer que era a faca mais do agrado da gente acangaceirada, de vez que não podia sequer ser ocultada pelas vestes. As fotografias reproduzidas nos livros sobre cangaço mostram a constante dessas armas atravessadas na parte da frente do cinto de cada um dos cabras. E quem tiver a pachorra de medir, em escala, nos retratos coletivos do grupo de Lampião, poderá ver que quase todos os cabras conduziam facas que regulavam em tamanho com a do chefe.

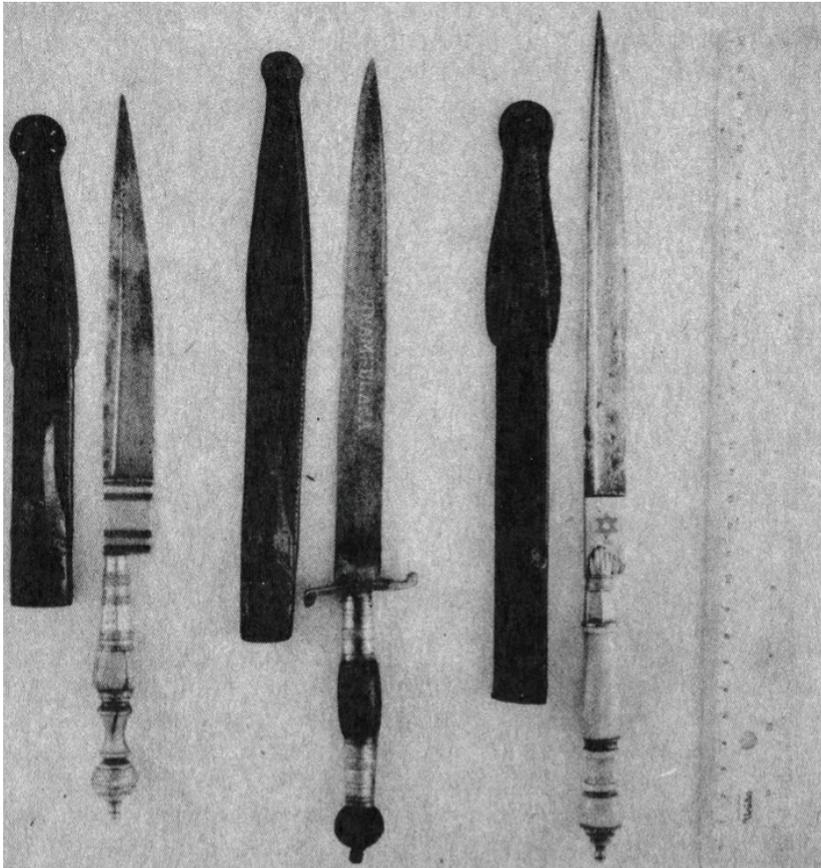
O de Lampião era um punhal de setenta centímetros de comprimento e onze centímetros de cabo⁶² “Faca de folha de aço com 77 centímetros com cabo de terço de níquel, adornado o cabo com três anéis de ouro.”⁶³ “[...] aparecia o cabo do punhal ou da faca, com bainha de metal branco, medindo de 50 a 70 centímetros de afiada lâmina... Vi um punhal de três quinias, folha em triângulo, de aço puro, ponta fina, cuja única finalidade era matar e sangrar vítimas daquelas feras.”⁶⁴ “Childerico [...] apanhou a fita métrica e fez a medição. Assombrou-se com o resultado: setenta e oito centímetros de lâmina, de aço fino, de espada da velha Guarda Nacional. Usada para torturar e sangrar prisioneiros.”⁶⁵

62 OLIVEIRA, Aglae Lima de. *Lampião, cangaço e Nordeste*.

63 BARBOSA, Eduardo. *Lampião, rei do cangaço*.

64 GOIS, Joaquim. *Lampião, o último cangaceiro*.

65 FERNANDES, Raul. *A marcha de Lampião: assalto a Mossoró*.



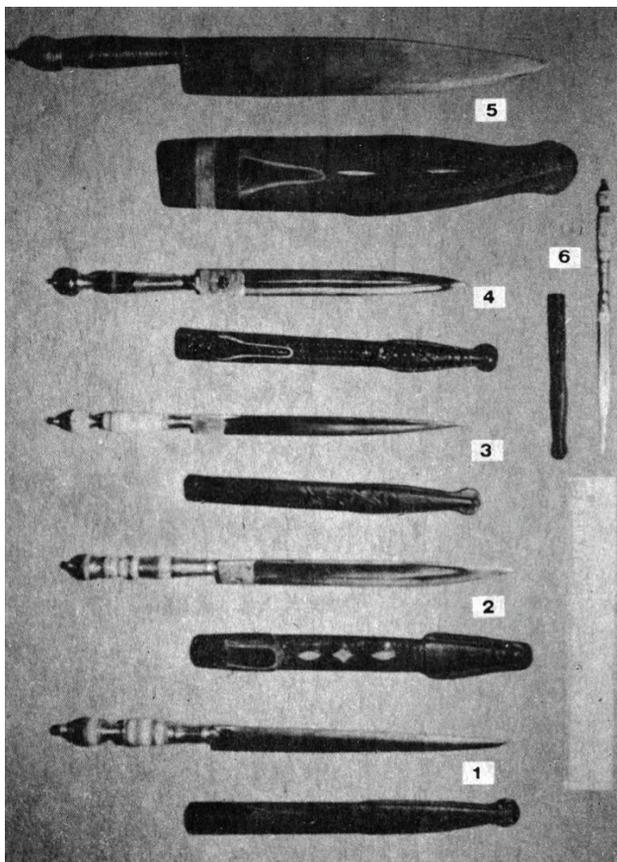
1 – Faca ponta-de-espada, cabo de prata e marfim, que pertenceu ao Major Theodozio Xavier de Paiva (S. José de Mipibu, RN, 1858 – Natal, 1926) e hoje na posse do neto, Áureo Lamartine Paiva.

2 – Faca “Pernambucana”, procedente de Pernambuco. Início do século. Col. do autor.

3 – Face ponta-de-espada, cabo de marfim e níquel. manufatura dos Carocas (Campina Grande. PB), aproximadamente em 1927. Pertenceu a Clovis Lamartine de Faria (Acari, RN, 1901. Natal 1988).

4 – Régua de 30 cm.

Foto de Petronio Rezende. Natal, set./84.



- 1 – Faca de ponta com lâmina de aço e cabo de níquel e osso. Pertenceu a Octavio Lamartine (Acari, RN, 1903-1935).
- 2 – Faca ponta-de-espada, cabo de níquel e osso (Zona da Mata, PE.) Herculano Cavalcanti de Albuquerque – Garanhuns 1878-1934).
- 3 – Faca ponta-de-espada, cabo de ouro e marfim. Pertenceu a Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956).
- 4 – Punhal com lâmina-de-espada e cabo de níquel e chifre. Encastamento da lâmina com motivo mourisco (Zona da Mata, PE).
- 5 – Faca de uso popular sertanejo: lâmina de feixo-de-mola de carro; cabo de chifre e metal amarelo (Santa Luzia, PE).
- 6 – Pequeno punhal c/cabo de osso e níquel (Fab. Carocas, Campina Grande, PB).
- 7 – Régua de 20 cm.

E sem querer encompridar a conversa, parece que vale a pena dizer, mesmo pela rama, o quase nada que sei, mais por ouvir contar em conversa de alpendre, de alguns costumes daqueles que devem à justiça. Dizia-se que alguns “marchantes” (matadores profissionais, hoje chamados de pistoleiros) deixavam a sua faca enfiada num sapo cururu (*Bufus marinus*), coisa de uns dois dias. Assim faziam para o ferro ficar mais reimoso, e também o acreditavam empeçonhado das glândulas parotidianas desse inofensivo batráquio. E outros faziam dentes na lâmina da afiada peixeira para, no arrastar da facada remexida, dilacerar e expor as vísceras. Daí o dizer para os de muita coragem: “[...] é homem de pisar nas tripas”. É que sabiam da fatalidade de peritonite: “fedeu a cocô, fedeu a cemitério”, sentenciavam os cabras de Lampião.⁶⁶ É que “se os intestinos foram perfurados, preparar a rede para o enterro (fedeu a cocô, fede a defunto)” – confirma Aglae.⁶⁷ Isso ouvi contar, mas não sei de certeza certa onde esbarra a verdade e principia a conversa de Trancoso.

Naturalmente cada um deles tem lá o seu feitio de fazer o malfeito. Que vi com os meus olhos, falo apenas de um que retirara o cabo de madeira da peixeira, já lambida dos dois lados e, inocentemente enrolada num papel de jornal, a conduzia no bolso interno do paletó. Fino e inocente embrulho como o de uma régua, mas que, na hora oportuna, era “esquecido” nas vísceras do cristão. Era um amarelo, mais para baixo, franzino e de falar manso, que foi dar lá na Fazenda Ingá (Acari, RN) dizendo que sabia do paradeiro de um dos assassinos de meu irmão Octavio (1903-1935). Falava de

66 LIMA, Estácio de. *Op. cit.*

67 OLIVEIRA, Aglae Lima de. *Op. cit.*

José Galdino que, preso e condenado, evadiu-se da cadeia em Natal durante a revolução comunista de 1935. Já estávamos descrentes de enganosas pistas em ganas de propinas e até prevenidos contra os que apareciam com uma orelha salgada, dizendo ter morto um dos assassinos. E foi isso, sem arroteios, que meu irmão Olavo (1899-1966) disse ao amarelo, ao que ele retrucou:

– Não sinhô. Num ‘stou querendo um tostão adiantado. Só arrecebo o acertado adispois do interro.

Olavo disse que assim o preço estava garantido, mas carecia saber do esconderijo exato, de modo a permitir à polícia a prisão do criminoso. Era no interior da Paraíba, e isso reclamaria um entendimento entre os governos dos dois estados para se efetuar a diligência. O amarelo não escondia o seu espanto e decepção:

– Mas cuma é qui os sinhores, gente de recurso, mais prefere me pagá pra intregá o home à puliça? Esse home já fugiu u’a vez. E assucedede qêu num quero negoço cum a justiça apois tombém devo a ela...

Somente depois de estar convencido de que ele não apareceria e nem haveria redução no preço pedido, é que orientou direitinho o local. Paga a empreitada e preso José Galdino, ele ainda zanzou uns dias por lá. Silveira Dantas (Campina Grande, PB), sabendo do acontecido, mandou avisar a Olavo:

– Não queira essa cascavel em sua fazenda nem mais um dia. Eu sei quem ele é e de que é capaz...

Ressabiado com a insignificância da figura física, diante do serviço a que se propunha, uma vez perguntei a ele:

– Mas como é que você, magro como eu, se atreve a dar fim a um homem?

– Não sinhô. Nossa Senhora me defenda de brigá com ninguém. Eu sô um bom trabaiaidô. Me ofereço ao cidadão e capricho no serviço inté ganhá a cunfiança du home. Aí, cum a retirada garantida e ele de corpo aberto (desprevenido), cada um segue a sua sina...

8. Do regionalismo

a. Do falar

- ... botar a faca nos peitos – coagir, obrigar.
- Apertado que só faca na bainha.
- Corta bainha (indivíduo que, por razão fútil, puxa da faca e não luta).
- ... dou-lhe tanta facada que não tem doutor que costure. Ou...que não tem quem conte os buracos. Ou... que você fica que nem papelão de rendeira.
- Faca de ponta há de ser o seu fim (praga do sertanejo).
- Faca na barriga dos outros não dói.⁶⁸
- Faca que corta dá talho sem dor (o velhaco explora-nos sem que nos apercebamos).⁶⁹
- Emendá os panos (ou as camisas). No sertão velho, usavam camisas longas, pouco acima dos joelhos. E constituía forma bárbara de duelo os desafetos se atarem pelas fraldas das camisas e, a faca, decidirem suas divergências. Sobreviveu, na linguagem popular, a expressão de desafio.

68 MOTA, Leonardo. *Adagiário brasileiro*.

69 *Ibidem*.

– Dar murro em faca de ponta – querer o impossível.

b. Do cantar

– Espingarda pá-pá-pá, / Faca de ponta tá-tá-tá (estribilho de um coco).

– Faca de ponta / Espingarda / Colubrina / Nunca vi couro tão duro / Como couro de botina (versos de um coco).

– Não deve o homem brigar / Com arma destemperada; / Vai dar uma cutilada, / se vira ou vê se quebrar... (Nicandro do Teixeira, PB, 1829-1918).

– ... Dou três tapas – são três queda! / Três empurrão – são três tombo! / Se eu puxá por minha faca, / Não tem quem te conte os rombo.⁷⁰

– Mandei fazê um punhá de aço puro / Para furá no escuro / A mulé que m'inganou. / O cabo é de metá, / Tem dois anelão de ouro, / Morena, deixa de choro / Qu'eu nasci para te amá (versos de Maria Júlia).

– O cabra atira, / Eu me agacho, / A bala passa; / E no rumo da fumaça / Vou pegá-lo no punhá! / Faca de ponta é danada pro costela, Nêgo vê a ponta dela / Morre doido e não vai lá... (embolada).

– Cachorro briga de dente, / Galo briga de peitada, / Cavalos briga de coice, / Novilho de marruada; / Homem só briga de ferro, / Mulher só briga agarrada... (Xano – Feliciano G. Simões).⁷¹

70 MOTA, Leonardo. *Cantadores*.

71 MOTA, Leonardo. Os quixotes da viola e do ganzá. In: *O Ceará*. Antônio Martins Filho & Raimundo Girão.

– ...Não quero guerra de briga, / Mas de língua eu sou o cão!
/ ...Pra brigá de ferro frio / Não sirvo, não presto não. (Azulão –
Sebastião Cândido dos Santos).⁷²

c. Dos costumes

– É desrespeitoso entrar em casa alheia armado ou de esporas. Isto só se permitia aos mais íntimos.⁷³

– Quando se diz que houve faca-de-fora numa briga é para significar que foi séria. Faca-de-fora é faca fora da bainha. A faca, com a lâmina na bainha, é trazida de viés, presa ao cinturão. Um gesto de respeito é pedir licença para puxar a faca. Outro, é chegar nos bailes e entregar a faca ao responsável pela festa.⁷⁴

d. Da crônica sertaneja

Também ouvi contar – coisa do tempo do ronca – de um acontecido em um arrasta-pé daqueles mundos. Dizia que lá para as tantas, sem quê nem pra quê, saiu uma alteração entre dois cavaleiros. E o mais moço e fogoso foi logo se valendo de faca e intimando.

– Se for homem, corra dentro!

A resposta mansa, macia e confiante foi de botar água na fervura:

– Guarde o ferro, menino. Que tenho mais medo de sua mão melada de merda...

72 MOTA, Leonardo. Os quixotes da viola e do ganzá. In: *O Ceará*. Antônio Martins Filho & Raimundo Girão.

73 CASCUDO, Luís da Câmara. *Tradições da pecuária nordestina*.

74 GALVÃO, Hélio. *Novas cartas da praia*.

Coisa já de um ano desses, Cascudo (1898-1986), correndo os olhos ainda no alinhavado dessas anotações, explicava a origem da história:⁷⁵ [...] num episódio com meu tio Chico Pimenta – o capitão Francisco José Fernandes Pimenta – irmão de minha mãe, houve esta resposta, da parte dele: – Guarde o ferro pra ele não se constipá...”⁷⁶

75 Carta de Luís da Câmara Cascudo ao autor, em 15/ago./77.

76 Constipação no sertão velho servia para designar resfriado.

9. Dos arremates

1 – Os alinhavados apontamentos sobre os começos da faca de ponta nos sertões do Rio Grande do Norte e vizinhas ribeiras visam apenas tentar mostrar a sua importância em nosso passado.

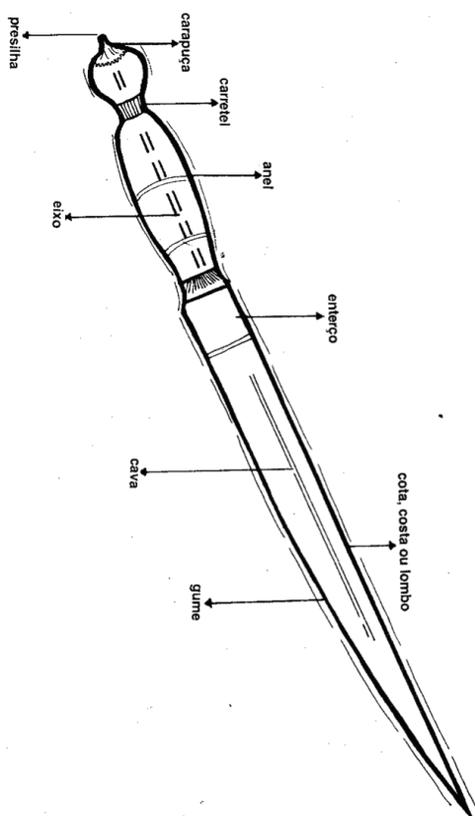
2 – O artístico artesanato de valiosas peças manufaturadas por alguns artesãos, em diferentes épocas e tendas sertanejas, está condenado ao completo esquecimento caso não se tente, o quanto antes, identificar e catalogar os raros sobejos daqueles tempos.

3 – Para tanto, é necessário procurar conhecer as *marcas* (diferenças, sinais ou carimbos) que os ferreiros faziam em suas peças de encomenda, procurando repeti-las no questionário anexo com o nome do artesão, local e seu período de atividade.

4 – Ainda em 25 de setembro de 1984, já na boquinha da noite, fui dar com a casa do Mestre Irineu – 78 anos nos costados e ainda com a sua tendinha, hoje em Santa Maria das Placas (São Paulo do Potengi, RN). E ele perguntado me disse e mostrou o punção com a letra “I” com que marcava suas obras de maior valia. Teve sua maior fase de atividades no tempo da II Grande Guerra. Informou ainda que das eras de 30 para 40 os mestres maiores que conheceu nas redondezas foram José Augusto (São Tomé, RN) e Silvino (Lajes, RN).

5 – E do Juazeiro do Pe. Cícero vem uma confirmação: “[...] visitei a tenda dos Passarinhos (Manoel) e lá me informaram que não usam mais. Só se o freguês quiser e mesmo assim eles não têm mais o ferro de carimbar. Disseram mais que aqui ninguém mais usa isso”.⁷⁷

Detalhes da faca



77 Carta do pesquisador Daniel Walker Almeida Marques. Juazeiro do Norte, 10/out./84.

Corte aqui

FABRICAÇÃO DE FACAS

Nome da Tenda: _____

Proprietário (Oficial): _____

Período de atividade: de 1__ a 19__

Localidade e estado: _____

Aço da lâmina:

- espadas
- molas de carro
- ferramentas
- outros

Material do cabo:

- chifre
- osso
- marfim
- outros

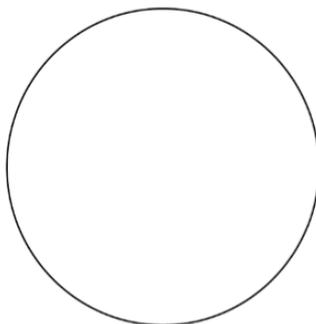
Metal:

- alpaca
- prata
- ouro
- outros

Onde fazia a marca da tenda:

- no sabugo (ou eixo)
- no enterço

Desenhe a marca que era usada:



Obs.: Use o verso para outras informações e endereço para:

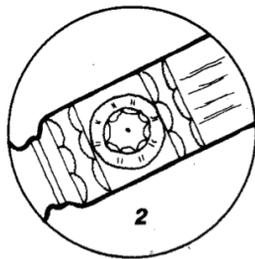
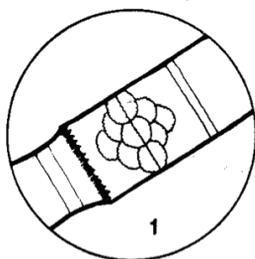
FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

Centro de Pesquisas Juvenal Lamartine

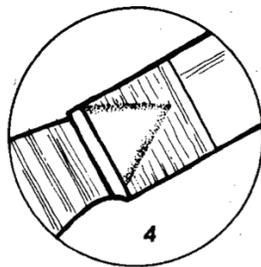
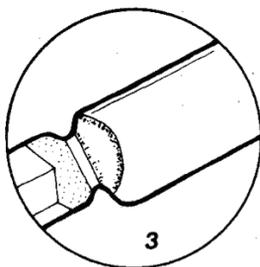
Rua Jundiáí, 641, 59000, Natal (RN)

OBSERVAÇÕES

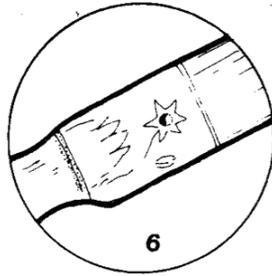
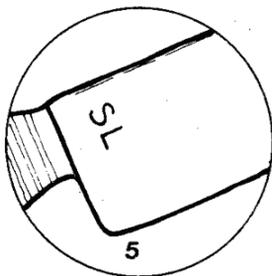
Corte aqui



1 e 2 – Faca e punhal que pertenceram a Herculano Cavalcanti de Albuquerque (Garanhuns, PE, 1878-1934) de manufatura ignorada.



3 – Faca de lâmina de aço e cabo de níquel e osso que pertenceu a Octavio Lamartine de Faria (Acari, RN, 1903-1935); manufatura atribuída aos Carocas (Campina Grande, PB). 4 – Faca ponta-de-espada que pertenceu a José Moacyr Bezerra (Ceará, 1906-1972); manufatura tida como do Juazeiro do Norte, CE, cabo de embuá (chifre e metal).



5 – Faca de lâmina de feixo-de-mola e cabo de chifre e metal de procedência tida como de Santa Luzia, PB. 6 – Faca ponta-de-espada, cabo de marfim e níquel, pertencente a Clovis Lamartine (1901-1988); manufatura tida como dos Carocas, PB.

Bibliografia

AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. Rio: JOE, 1954.

ANÔNIMO. *História do Imperador Carlos Magno e dos doze pares de França*. Trad. cast-port, por J. Moreira de Carvalho. Lisboa: Liv. Editora Viúva Tavares Cardoso, 1906. 434 p.

BARBOSA, Eduardo. *Lampião, rei do cangaço*. Rio: Ediouro, s/d.

BARROSO, Gustavo. *Alma sertaneja*. Rio: Ed. Benjamim Costallat, 1923.

_____. *Praias e várzeas*. Rio: Liv. Francisco Alves, 1915.

BATISTA, Sebastião Nunes. *Antologia da literatura de cordel*. Natal: FJA, 1977.

BERGIER, Jacques. A magia, ciência fóssil? In: SELIGMANN, Kurt. *História da magia*. Prefácio. Lisboa: Ed. 70. 1948, 2v.

CAMARA, Amphiloquio. *Scenários Norte-Riograndenses*, Rio de Janeiro: Ed. O Norte, 1923.

CAMARGO, Aspásia & outros. *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal, CPDOC/FGV, 1983.

CARVALHO, Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*. 2. ed. Parahyba do Norte: Liv. São Paulo, 1928.

CARVALHO, Rodrigues de. *Serrote Preto*. 2. ed. Rio: Sedegra, 1974.

CASAL, Manoel Aires (Pe) S. J. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil: 1549-1760*. Rio de Janeiro: s/e, 1953.

CASAL, Manoel Aires (Pe). *Corografia brasílica ou relação histórica e geográfica do reino do Brasil*. São Paulo: USP/Itatiaia, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

_____. *Tradições da pecuária nordestina*. Rio: MA/SIA, 1966.

COSTA, F. A. Pereira da. *Vocabulário pernambucano*. Rev. Inst. Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco. Recife: 1937.

DIARIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1 e 2/abr./1965.

FERNANDES, Raul. *A marcha de Lampião: assalto a Mossoró*. Natal: Ed. Universitária, 1980.

FERREIRA, C. J. da Costa. *Artesanato e arte popular (Bahia)*. Salvador: Cadernos de Desenvolvimento Econômico, 1957.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *A escalada (memórias)*. Rio: JOE, 1965.

GALVÃO, Hélio. *Novas cartas da praia*. Rio: Ed. do Val, 1968 (Carta nº 14. de 10/fev./1968).

_____. *Velhas heranças*. Bando, Natal: ago./set., 1951.

GOIS, Joaquim. *Lampião, o último cangaceiro*. Aracaju: SCAS, 1966.

GUERRA, Paulo de Brito. *A civilização da seca*. Fortaleza: DNOCS, 1981.

HERING, Rodolpho Von. *Ciências e belezas nos sertões do Nordeste*. Fortaleza: DNOCS, 1983.

LEITE, (Pe) Serafim S. J. *Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil: 1549-1760*. Rio de Janeiro: s/e, 1953.

LIMA, Estácio de. *O mundo estranho dos cangaceiros*. Salvador: Ed. Itapoã, 1965.

LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. São Paulo: Rev. Brasil, 1919.

MACEDO, Nertan. *O clã dos Inhamuns*. 3. ed. Rio de Janeiro: Rennes, 1980.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1964.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: s/e, 1983.

MELLO, A. da Silva. *Nordeste brasileiro*. (Estudos e impressões de viagem). Rio: JOE, 1953. 410p.

MONTENEGRO, Abelardo F. *Fanáticos e cangaceiros*. Fortaleza: Ed. H. Galeno, 1973.

MOREL, Edmar. *Padre Cícero, o santo de Juazeiro*. Rio: O Cruzeiro, 1946.

MOTA, Leonardo. *Adagiário brasileiro*. Rio: JOE, 1982.

_____. *Cantadores*. Rio: Liv. Castilhos, 1921.

_____. Os queixotes da viola e do ganzá. In: *O Ceará*. A. Martins Filhos & Raimundo Girão. 3. ed. Fortaleza: IC, 1966.

- _____. *Viroleiros do Norte*. 3. ed. Fortaleza: UFC, 1962.
- MOTA, Mauro. *Paisagens das secas*. Recife: IJNPS, 1958.
- OLIVEIRA, Aglae Lima de. *Lampião, cangaço e Nordeste*. Rio: O Cruzeiro, 1970.
- RIOS, José Arthur & Associados. *Artesanato e desenvolvimento: o caso cearense*. Rio: SECI/CNI, 1962.
- ROQUETTE, J. I. *Diccionario de synonymos da lingua portuguesa*. Pariz: Aillaud, 1848.
- SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Diccionario geographico-historico e descriptivo do Imperio do Brazil*. Pariz: J. P. Aillaud, 1845.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo (aspectos da vida patriarcal do sertão da Bahia nos séc. XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.
- SCHMIDT, Carlos Borges. *Técnicas agrícolas primitivas e tradicionais*. Rio: Conselho Federal de Cultura, 1976.
- SUASSUNA, Ariano. *Romance d'A Pedra do Reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*. Rio de Janeiro, JOE: 1971. 636p.
- TOLLENARE, L. F. *Notas dominicais*. Recife: SEC/Dep. Cultura, 1978.
- VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da fábrica de Ipanema e defesa perante o Senado*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- VITERDO, Souza. *A armaria em Portugal [...] Histórias e memórias da Academia Real de Sciencia de Lisboa*, 1909.

Oswaldo Lamartine por ele mesmo

OSWALDO LAMARTINE DE FARIA é sobejo da seca de 1919. Caçula de uma ninhada de dez, teve o umbigo cortado na cidade do Natal do Rio Grande, em 15 de novembro daquele ano. Filho de Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956) e Silvina Bezerra de Faria (1880-1951) – descendentes dos povoadores do Seridó. Desasnado na escola da Profa. Belém Câmara (1927); primário no Colégio Pedro II (Natal, 1928-30) do Prof. Severino Bezerra e preparatórios no Ginásio do Recife (1931-3) e Instituto La Fayette (Rio, 1933-6). Técnico agrícola pela Escola Superior da Agricultura de Lavras- MG (1938-40). Administrou a Fazenda Lagoa Nova, Riachuelo-RN (1941-48). Casou-se com Cassilda Aranha Soares (1944), que lhe deu Isadora (1945-1972) e Cassiano (1948), agrônomo da UFRN. Lecionou na Escola Doméstica de Natal e Escola Técnica de Jundiá/RN. Pracinha daquém mar nº 1918 da III Cia. de Metralhadoras/16º RI, durante a 2ª Guerra Mundial. Em 1950, “tomou um Ita no Norte” e foi encarregado da Fa. Oratório, Macaé/RJ. Administrador da Colônia Agrícola do Maranhão (Barra do Corda, 1951-2) e Núcleo Colonial do Pium/RN (1952-4). Em 1955, ingressou no Banco do Nordeste do Brasil onde esteve depositado até se aposentar (set./1979). [...] Teve uma segunda união

com Maria de Lourdes Leão Veloso da Rocha (1961). Repartia o seu entardecer catando livros raros nos sebos do Rio de Janeiro e plantando árvores num “lenço de chão” que apelidou de Acauã (Ipatira-RJ) para o amanhã alheio, ocupação que agora está transferindo para os sertões de sua terra.

Oswaldo Lamartine: livros publicados*

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Notas sobre a pescaria de açudes no Seridó*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1950.

_____. *A.B.C. da pescaria de açudes no Seridó*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1961.

_____. *A caça nos sertões do Seridó*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1961. 75 p. (Documentário da vida rural, n. 16).

_____. *Conservação de alimentos nos sertões do Seridó*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1965.

FARIA, Oswaldo Lamartine de; AZEVEDO, Guilherme de. *Vocabulário do criatório norte-rio-grandense*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1966.

FARIA, Oswaldo Lamartine de; AZEVEDO, Guilherme de. *Vocabulário do criatório norte-rio-grandense*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto; Fundação Vingt-um Rosado, 1997. (Coleção mosoroense, série C; v. 930).

* Registro produzido pelas bibliotecárias-documentalistas Tércia Marques e Margareth Mezezes, da Biblioteca Central Zila Mamede, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A bibliografia completa, incluindo artigos em jornal e revistas, capítulos de livro, plaquetes, separatas e outros escritos, além de publicações sobre Oswaldo Lamartine, pode ser encontrada em: SOBRAL, Gustavo. *O sertão de Oswaldo Lamartine de Faria*: a biografia de uma obra. Natal, Caravela Cultural: 2018. Disponível em: <http://www.gustavosobral.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2021.

FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Encouramento e arreios do vaqueiro do Seridó*. Natal: Fundação José Augusto, 1969.

_____. *Uns fesceninos*. Rio de Janeiro: Artenova, 1970. Edição limitada, fora do comércio para bibliófilos.

_____. _____. Rio de Janeiro: Erotika Lexiko, c1970.

_____. _____. Organização e prefácio de Carlos Newton Júnior. Recife, PE: Bagaço, 2008. (Coleção letras natalenses). Reprodução fac-similar da primeira edição, a partir de exemplar com notas manuscritas do autor.

_____. *Açudes dos sertões do Seridó*. Natal: Fundação José Augusto, 1978. (Coleção Mossoroense, v. 56).

_____. *Os açudes dos sertões do Seridó*. Edição Fac-similar. Natal: Sebo Vermelho, 2012. (Coleção João Nicodemos de Lima; v. 344)

_____. *Sertões do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

_____. _____. 2. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2004. Fac-similar.

_____. _____. Natal: Sebo Vermelho, 2012. Fac-similar.

_____. *Ferro de ribeiras do Rio Grande do Norte*. Fortaleza: Impr. Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1984. (Coleção mossoroense, série C; v. 241).

_____. *Alguns escriptos da agricultura no Império do Brasil*. Natal: Fundação José Augusto; Mossoró: Fundação Vingt-un- Rosado, 1998. (Coleção mossoroense, série C, n. 1010).

_____. *Notas de carregação*. Natal: Scriptorim Candinha Bezerra; Fundação Hélio Galvão, 2001. (Coleção nação potiguar)

_____. *O sertão de nunca mais*. Natal: Fundação Guimarães Duque, 2002. (Coleção mossoroense, série B, n. 2100).

_____. *O sertão de nunca mais*: Oswaldo Lamartine na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

_____. *Apontamentos sobre a faca de ponta*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1988. Desta edição foram tirados 50 exemplares numerados de 1 a 50 e rubricados pelo autor.

_____. _____. Mossoró: Fundação Ozelita Cascudo; Fundação Guimarães Duque, 1988. 66 p : il. (Coleção mossoroense, série C; v. 414).

_____. _____. Natal: Sebo Vermelho; [Mossoró]: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-un Rosado, 2006. (Coleção mossoroense). Edição fac-similar.

MEDEIROS FILHO, João Maria; FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Seridó século XIX: fazendas e livros*. Rio de Janeiro: Fomape, 1987.

_____. _____. 2. ed. Rio de Janeiro: Editores Marques Saraiva, 2001.

SILVA, Raimundo Nonato da; FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Pseudônimos & iniciais potiguares*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1985. (Coleção mossoroense, série B, n. 424).



Este livro foi produzido
pela equipe da EDUFRRN
em dezembro de 2021.

